



1290001124



TCC/UNICAMP Si38a

Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia

*A atividade turística como propulsora do desenvolvimento local. Um estudo
do caso na Prainha do Canto Verde, Beberibe, CE*

Relatório Final de Monografia

Autor: Jorge Hargrave Gonçalves da Silva

RA: 001871

Professora Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Maria Tereza D. P. Luchiani

Campinas, Novembro de 2003

Resumo

Esta monografia faz uma reflexão sobre quais são, hoje, os problemas e contradições da exploração da atividade turística em pequenas localidades sobre as populações locais que nelas residem. Tenta-se avaliar também sob que condições e de que maneira seria possível a integração, direta ou indireta, destas populações ao circuito econômico turístico como agentes ativos, a fim de que se beneficiem dos recursos financeiros e não-financeiros trazidos à localidade pelo turismo e, conseqüentemente, melhorem sua qualidade de vida e sua condição sócio-econômico-espacial. As formas de organização da produção propostas pela teoria da Economia Solidária são estudadas como possíveis formas de efetivar essa inserção, e procurar-se-á avaliar em que medida essas formas de organização alcançam seus objetivos quando contrastadas com a realidade e a especificidade local, e se são possíveis. Para chegar a tal resultado, além da pesquisa teórica sobre os temas propostos, foi feita uma pesquisa de campo na localidade de Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, onde o turismo é organizado em forma de uma cooperativa de turismo. É apresentada também uma breve discussão sobre alguns conceitos de desenvolvimento, especialmente sobre desenvolvimento local e suas relações com o turismo. Além disso, discute-se até que ponto as novas formas de turismo surgidas no final do século XX vieram para mudar realmente seus fundamentos, ou se não passam de mais um refinamento do sistema capitalista, incorporando a sua nova roupagem social e ambientalmente responsável.

Índice

Apresentação e agradecimentos.....	4
Introdução.....	7
Parte I - Reflexões teóricas sobre desenvolvimento.....	9
1. Algumas nuances do desenvolvimento.....	9
2. Desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e turismo alternativo...	11
Parte II - As diversas faces do turismo.....	17
1. Turismo e geografia, algumas reflexões.....	17
2. O turismo no centro das atenções.....	19
3. Novas formas de turismo: novo modelo ou refinação do modelo?.....	23
4. Evolução do planejamento turístico.....	31
Parte III - A economia solidaria como mediação para o desenvolvimento local.....	35
1. Economia Solidaria e Turismo.....	36
2. A Economia Solidaria.....	37
3. Pode o turismo se organizar de forma solidária?.....	43
Parte IV - A Prainha do Canto Verde e o turismo comunitario.....	44
1. O binômio Terra e Mar - a base do modo de vida da comunidade.....	44
2. O nascimento do espírito comunitário e a luta da terra.....	51
3. Qualidade de vida na Prainha.....	58
4. O turismo na Prainha do Canto Verde.....	62
4.1. "O turismo que nós queremos": a gênese de um projeto de turismo comunitário.....	62
4.2. O turismo auto-gestionado: a comunidade como gestora independente	66
4.3. Oferta turística.....	77
4.4. Pra quem vão os recursos do turismo?.....	79
4.5. O papel do turismo de eventos.....	89
4.6. Diagnósticos dos cooperados.....	94
4.7. COOPECANTUR à luz da Economia Solidária: gestão coletiva x propriedade privada.....	104
4.8. COOPECANTUR e comunidade: benefícios e problemas apontados....	106
Parte V - Considerações sobre a importância da Prainha do Canto Verde no debate sobre o turismo.....	108
1. O transbordamento do projeto e o desafio da construção da rede de turismo comunitário.....	108
2. Considerações finais.....	115
Bibliografia.....	118
ANEXOS.....	122

Índice de fotos, tabelas e gráficos

Foto 1 - Os arredores da comunidade.....	45
Foto 2 - Ruas típicas da comunidade.....	45
Foto 3 - Ruas típicas da comunidade.....	45
Foto 4 - Casa antigas de palha.....	45
Foto 5 - Interior de uma casa de palha.....	46
Foto 6 - Vista aérea da comunidade.....	46
Foto 7 - Moradores descansam depois de pegar cocos.....	47
Foto 8 - Jangadas em uma competição na Prainha.....	47
Foto 9 - Moradores protestam em Beberibe.....	53
Tabela 1 - Exemplos de alguns indicadores de qualidade de vida na Prainha.....	61
Foto 10 - Placas na comunidade.....	65
Foto 11 - Placas na comunidade.....	65
Tabela 2 - Pagamentos à comunidade.....	76
Tabela 3 - Repasses do fundo social educacional.....	76
Tabela 4 - Investimentos na comunidade.....	77
Foto 12 - Pousada Sol e Mar.....	78
Tabela 5 - Oferta turística.....	79
Tabela 6 - Número de turistas e de pernoites.....	81
Gráfico 1 - Número de turistas.....	81
Gráfico 2 - Número de pernoites.....	82
Tabela 7 - Renda gerada pelo turismo	83
Tabela 8 - Gasto por turista estimado para 2002.....	84
Tabela 9 - Exemplo de seminário.....	90
Tabela 10 - Exemplo de distribuição de renda entre os grupos.....	91

Apresentação e agradecimentos

A experiência de escrever essa monografia foi muito boa e extremamente gratificante. Levo comigo muitas lições para a vida, não só profissional mas também pessoal. Em primeiro lugar, fico feliz por poder estudar pela primeira vez esse assunto que há muito tempo me fascina.

Eu sou um viajante apaixonado e convicto de que as viagens que fiz, tanto no Brasil quanto no exterior, foram determinantes essenciais na formação da minha cultura, da minha personalidade, mas principalmente, da forma como eu enxergo a realidade do meu país hoje.

As minhas viagens para o Nordeste foram importantes para eu conhecer a realidade de muitas populações locais, as quais, a despeito da riqueza e sofisticação trazidas pelos turistas, não conseguiram alcançar um nível de vida melhor. Isso sempre me causou revolta, mas por outro lado, sempre me estimulou a sonhar que uma outra solução seria possível. Eu sempre gosto de falar que o Brasil, se por um lado é um país que muitas vezes nos causa revolta por ter muitas coisas erradas, por outro, é um país muito apaixonante, pois tem muita coisa por fazer, muito espaço para se sonhar.

As minhas viagens para fora do Brasil serviram para me mostrar que o turismo pode ser sim uma forma de dinamizar economias locais e trazer benefícios para suas populações. Logo, decidi que queria estudar como isso poderia ser feito, e talvez até trabalhar com turismo na minha carreira profissional.

Foi então que eu procurei a minha orientadora Tereza Luchiari. Cheguei lá com esse ideal e mostrei pra ela qual era o meu projeto. Inicialmente, ela me disse que ia ser difícil eu encontrar por aqui o que eu queria, que talvez eu fosse me decepcionar. Porém, eu não desisti e comecei a procurar algum lugar no Brasil em que um projeto de turismo tivesse alcançado esse sucesso, e foi depois de muita pesquisa que eu achei a Prainha do Canto Verde, o que me trouxe um enorme entusiasmo para continuar a pesquisa.

Uma vez encontrada a localidade, resolvi ter a coragem para me lançar numa viagem ao desconhecido. Iria para um lugar que eu não conhecia ninguém, sem saber muito bem como, e sem saber exatamente o que eu deveria fazer. Nesse sentido, considero que tive coragem para ousar e que foi uma escolha acertada.

A experiência na Prainha foi inesquecível. Conheci muita gente interessante e diferente, e fui recebido muito bem por todos na localidade. Desde o primeiro dia, já me senti em casa. Aprendi a admirar o modo simples da vida das pessoas de lá, e também aprendi a força que a união pode trazer para uma luta. A história da luta pela terra deles é emocionante, e nos faz pensar sobre o quão importante é lutar por aquilo que queremos, e sobre como a força do dinheiro pode quase se sobrepor sobre os interesses de centenas de pessoas.

Agradeço a todos na Prainha pela calorosa recepção; talvez eu nunca tenha feito tantos amigos em tão pouco tempo. É difícil citar nomes, mas algumas pessoas merecem um agradecimento especial, e podem personificar os meus agradecimentos aos outros. Entre eles estão o casal Veinha, Sr. Pilé e seus filhos, os meninos do futebol (Ricardo, Wellington e outros), mas um obrigado mais do que especial tem que ser dito para René, que me ajudou muito na pesquisa e esteve sempre ao meu lado para me esclarecer minhas dúvidas, para Dona Socorro e para Dona Mirtes e sua família (Tiano, Maria da Dores, Maria das Graças, Jorge) que me acolheram realmente como um filho durante o tempo que lá estive.

Aqui em Campinas, devo agradecer a Tereza, que me deu a chance de escrever essa monografia e que muito me ensinou sobre a complexidade com que o turismo deve ser tratado. Além disso, ela sempre me deu liberdade para que eu seguisse as minhas idéias e que procurasse argumentos para colocá-las.

Mas cinco pessoas merecem um agradecimento mais do que especial. Meus pais, Victor e Conceição, que me proporcionaram a chance de viajar para a Prainha e que sempre me incentivaram e estiveram ao meu lado para tudo o que eu precisasse, não só agora mas durante toda a minha vida. Principalmente quando eu precisava de tempo, eles sempre foram muito compreensivos e muito me ajudaram. Minha irmãs Bel e Bia que estão sempre ao meu lado e que também me ajudaram muito no trabalho com correções e ajudas na digitação. E Susan, minha grande companheira durante meus últimos 3 anos e meio, que em tudo me ajudou e com quem discuti e formei as idéias que compõem essa monografia. A Su me ensinou também que sonhar e correr atrás dos nossos sonhos são algumas das coisas mais importantes da vida. Sem isso, talvez eu não tivesse realizado essa monografia.

A todos muito obrigado e um grande beijo.

Introdução

Nesta monografia, quer-se avaliar em que medida e sob que condições a localidade pode alcançar o *desenvolvimento sócio-espacial* (Souza, 1999, p.19) – definido, em termos gerais, como a melhora efetiva da qualidade de vida das populações - tendo o desenvolvimento da atividade turística como seu impulsionador. Sob que condições e de que maneira podem as comunidades locais se integrar, direta ou indiretamente, ao circuito produtivo da atividade turística, tirando proveito das externalidades positivas geradas por este.

Essa tentativa de avaliação faz-se necessária, pois a obviedade entre o aumento do fluxo de turistas em uma localidade e o desenvolvimento sócio-espacial desta, como argumentam muitos autores, é apenas aparente, pois a implantação de projetos de turismo pode trazer muito problemas e contradições para as populações locais. Porém, considera-se que análises que somente destaquem os impactos negativos, que a atividade turística certamente produz, subestimam um leque de aspectos que podem ser transformados em positivos desde que haja uma preocupação clara e prioritária nesta direção. Essas análises ignoram também a urgência que há na melhoria da qualidade de vida em certas comunidades que, muitas vezes, não mais conseguem gerar recursos para seu sustento. Elas deixam de levar em conta também a capacidade de reação e adaptação da sociedade.

Essa monografia está dividida em 5 partes, em cada uma será abordado um tema diferente para que ao final consiga-se tecer uma relação entre os diversos assuntos apresentados.

Na parte I serão apresentadas brevemente algumas reflexões sobre o que é desenvolvimento, e quais são os limites do desenvolvimento econômico. Além disso, comenta-se sobre a discussão sobre desenvolvimento local, a qual volta a tona nos anos 80, e sobre o que seria desenvolvimento sustentável, suas relações com o turismo e quais são os limites desse conceito. Também é apresentado o conceito de desenvolvimento sócio-espacial (Souza, 1999), o qual será utilizado ao longo da monografia..

Na parte II são colocados alguns conceitos geográficos e outras reflexões que servirão de sustentação teórica para a discussão posterior sobre turismo. Depois disso, é descrito rapidamente a evolução recente da atividade turística, a qual se insere no contexto

das novas faces social e ambientalmente justas que o capitalismo adquire no final do século XX. São apresentados o que seria o modelo do turismo de massa (inserido no paradigma fordista de produção) e o turismo chamado alternativo (padrão pós-fordista) e é discutido até que ponto esse “novo” turismo representaria uma mudança substantiva em relação ao modelo anterior. Por fim, comenta-se sobre como o discurso da sustentabilidade ambiental e social em voga hoje é inserido no planejamento turístico e nas políticas públicas brasileiras para o turismo.

Na terceira parte, as teorias da Economia Solidária são apresentadas e estudadas como possíveis formas de organizar o turismo local para que esse traga reais benefícios para a comunidade local. Tenta-se encontrar aspectos em que a Economia Solidária pode contribuir para a reflexão sobre turismo local e para sua organização.

Para embasar empiricamente essas proposições, é feito um estudo de caso na localidade de Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE, onde o turismo é organizado na forma de uma cooperativa, o qual é tema da parte IV. E esse estudo serviu para avaliar a prática de como se dá uma ponte possível entre economia solidária e turismo.

O caso da Prainha apresenta muitas singularidades importantes, não só quanto à sua organização turística, mas à própria organização comunitária. Por essas e por outras razões, a Prainha já foi campo de estudo para inúmeras dissertações de mestrado, teses de doutorado e monografias, tanto no Brasil como no exterior¹. Além disso, a comunidade já ganhou diversos prêmios internacionais relacionados ao turismo “sustentável”, como é o caso do prêmio TODO em 1999, que será apresentado posteriormente. Além disso, a comunidade faz parte de alguns guias de turismo internacionais, sendo, pois, reconhecida internacionalmente como um caso de sucesso de turismo comunitário.

Por fim, na parte V retoma-se a discussão teórica apresentada nos primeiros capítulos e é estabelecida uma ponte entre as teorias propostas e a prática observada na Prainha. São apresentadas algumas lições tiradas do exemplo da comunidade que devem ser levadas em conta, e alguns desafios para que esse projeto influencie positivamente a discussão e a prática do planejamento turístico no Brasil. Encerrando, são apresentadas algumas considerações finais sobre toda a discussão proposta.

¹ As referências desses trabalhos é encontrada na bibliografia.

Parte I - Reflexões teóricas sobre desenvolvimento

1. Algumas nuances do desenvolvimento

O conceito usual de desenvolvimento diz respeito ao desenvolvimento econômico. Esse, resume-se normalmente aos processos de elevação do PIB per capita juntamente com a modernização tecnológica. Entretanto, não se pode simplificar tanto o conceito, pois alguns modelos de desenvolvimento econômico ultrapassam um pouco esses aspectos somente quantitativos, e levantam que o desenvolvimento perpassa uma crescente complexidade da estrutura econômica (divisão social do trabalho, divisões da estrutura setorial, especialização etc), o que se traduz no aumento da produtividade média do trabalho. Ademais, muitos outros modelos incorporam também menções a aspectos mais humanos do desenvolvimento, como a melhora nos níveis de educação e de saúde, por exemplo. Porém, a abrangência do conceito de desenvolvimento econômico é ainda principalmente quantitativa, ignorando alguns aspectos qualitativos e humanos que podem ser, muitas vezes mais importantes quando se quer avaliar se houve melhora nas condições de vida para um determinado grupo de indivíduos.

Segundo a ideologia do desenvolvimento econômico, os países sub-desenvolvidos devem se desenvolver (elevar seu PIB e modernizar sua estrutura produtiva) e caminhar para alcançar os níveis de padrão de consumo semelhantes àquele vigente nos países chamados desenvolvidos. Segundo Souza (1997), essa agenda se tornou predominante após 1949 quando o então presidente americano Harry Truman, em seu discurso de posse, apresenta os EUA como um país desenvolvido, sendo desejável que todos os outros países do mundo seguissem seus passos. Coriolano (2003, p.14) lembra que essa ideologia do desenvolvimento econômico tornou-se predominante no Brasil a partir da década de 50, com Juscelino Kubitschek, e ganhou ainda mais força com os governos militares e com a ascensão de Kennedy nos EUA.

Ocorre que, embora muitos dos países da periferia, como o Brasil, tenham conhecido durante os anos 60 e 70 altas taxas de crescimento e elevação da produtividade do trabalho, na maioria deles não se verificou uma melhora nos padrões de distribuição de renda. Ou seja, a despeito da elevação de seu padrão de consumo médio, uma grande parte

de suas populações permaneceu à margem desse processo e os problemas sociais tampouco foram solucionados. Esse movimento histórico foi central para que as teorias tradicionais do desenvolvimento fossem cada vez mais questionadas, embora elas ainda guardem uma importância central na discussão política e acadêmica. Dessa contestação surgiram inúmeras correntes de pensamento e muitas outras formas de se pensar o desenvolvimento foram propostas, sem que, entretanto, nenhuma das áreas do conhecimento científico tenha ainda fornecido um conceito definitivo para o processo de desenvolvimento (Coriolano, 2003, p.23).

Souza (1997, p.19) afirma que a idéia de desenvolvimento não é “geográfica e historicamente desenraizada; ela é um produto histórico do ocidente”; no entanto, o conceito se expandiu para o mundo todo devido à hegemonia econômica do ocidente e teve impacto nas mais diversas culturas. Segundo o autor, o desenvolvimento tem que ser visto como um processo, jamais podendo ser declarado como acabado. Ele destaca também que é necessário se pensar sobre o que os indivíduos de uma sociedade identificam como melhor para eles, para definir o que é desenvolvimento para cada grupo de pessoas. O desenvolvimento visto pelo olhar externo é provavelmente distinto daquele visto internamente. Os desejos e os valores dos cidadãos têm que ser considerados quando pensamos sobre o desenvolvimento.

Souza destaca ainda que a autonomia é um conceito essencial para a discussão. Autonomia identificada como “um princípio que exige a consideração do plano interno (a igualdade de chances de participação na tomada de decisões relevantes para a vida social), mas igualmente que se leve em conta o plano externo (os interesses legítimos e a autonomia do Outro, não importando o quanto ele seja diferente de nós mesmos)”. Além disso, conflitos entre os reais interesses da população e dos dirigentes podem ficar evidentes em muitos casos. Para esse autor, faz sentido questionar quem ganha e quem perde com as diferentes formas de organizar a sociedade e a produção, para cada atividade produtiva. No caso do turismo, faria sentido perguntar quem seriam os beneficiados e os perdedores com a implantação do turismo em uma localidade.

Quando se fala em melhoria da qualidade de vida da população, quer-se, na verdade, chegar a um conceito amplo de desenvolvimento, descartando-se, então, esse

conceito habitual de desenvolvimento econômico baseado no binômio crescimento do PIB e modernização tecnológica.

Utilizando a definição de Souza, desenvolvimento pode ser definido como “...um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais legítima e justa...” (Souza, 1999, p.18). O mesmo autor ainda ressalta a importância de considerarmos o que ele chama de “desenvolvimento sócioespacial”, que incluiria “...conquistas de condições (culturais, técnicas, tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva...” (Idem, p.19). O desenvolvimento teria diversas dimensões simultâneas nos âmbitos sociais e espaciais.

Souza ainda destaca que “...o aumento da produção de bens e o progresso técnico são, no máximo, meios a serviço dos fins” (Idem, p.18). Esse *pseudo-desenvolvimento* pode ocorrer sem que haja melhoria na distribuição de renda, ou seja, os frutos do progresso continuam a ser apropriados por alguns grupos favorecidos e não pela coletividade. Ainda considerando esse pseudo-desenvolvimento, pode se pensar em casos nos quais o aumento da produção pode ter efeitos muito negativos sobre a população local, potencializando processos de transformação sócio-cultural e ambiental.

Cavaco (2001) também contribui para a elaboração de um conceito amplo de desenvolvimento incorporando explicitamente redistribuição de renda, melhoria dos rendimentos, melhorias das expectativas das pessoas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos. Essas interpretações sobre desenvolvimento, mais centradas no homem, são complementadas por uma discussão sobre desenvolvimento local que volta a ser discutida no fim do século XX, como será apresentado no próximo item.

2. Desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável e turismo alternativo

A discussão sobre o desenvolvimento local volta no final dos anos 80 como possível forma de desenvolvimento, juntamente com referências a “...desenvolvimento endógeno (mobilização dos próprios recursos), ascendente (protagonismo dos agentes locais), auto-centrado (centrado nas necessidades próprias das comunidades), sustentável, ecodesenvolvimento...” (Cavaco, 2001, p.95). Isso ocorre, entre outras coisas, devido a mudanças no cenário mundial que se caracterizaram pela diminuição da importância dos

ramos industriais tradicionais, aumento da concorrência em geral, retração dos recursos para políticas sociais e desenvolvimentistas, aumento do desemprego e das disparidades sociais regionais e internacionais (Cavaco, 2001). Além disso, começa a ficar claro que somente a liberalização dos fluxos de bens e capitais e a diminuição da participação do Estado na economia, como prega a ideologia neo-liberal, não seriam suficientes para melhorar as condições de vida das populações, principalmente aquelas marginalizadas dos países chamados “em desenvolvimento”.

Há uma evidente valorização da utilização da especificidade local, dos saberes-fazer, de atividades tradicionais, da capacidade organizacional comunitária ou de tecnologias específicas como meio de alcançar a geração de riqueza e emprego. Esse movimento local não precisaria estar necessariamente à margem do movimento global, mas poderia se aproveitar de algumas de suas demandas e oportunidades. Cavaco define sucintamente desenvolvimento local:

“O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida...” (Cavaco, 2001, p. 98).

A autora afirma, ainda, que algumas formas de organizar a localidade seriam através da combinação de valorização de produtos agrícolas tradicionais, regionais e caseiros e de atividades ligadas ao turismo e à cultura regional.

Outra autora que vê as oportunidades de desenvolvimento local com bons olhos é Rodrigues (1999). Ela afirma que é necessário pensar o desenvolvimento local pois a “tropicalização” das tecnologias e teorias forâneas não tem sido suficiente para promover o bem-estar de grande parte da população nacional. Seria necessário, então, centrar o olhar sobre as capacidades específicas locais de organização e promover as especificidades locais como meio de alcançar benefícios para seus integrantes. Para a autora, a combinação dos elementos externos com as especificidades seria pensar o desenvolvimento local. A autora também afirma que ao se pensar em nível local, pode-se chegar a interessantes projetos alternativos de turismo com efeitos benéficos, como geração de emprego e renda. Outros pontos-chaves apontados por ela como necessários ao desenvolvimento local são os da educação ambiental (principalmente no caso do turismo) e da gestão comunitária.

Porém, admite-se que há problemas e limitações na implantação desse “projeto”, tais como a falta de líderes locais desse movimento, falta de coesão e motivação dentro das comunidades, falta de ajudas governamentais para engendrar tais processos, o conservadorismo dentro das localidades, burocracia, falta de preparo escolar e técnico etc. Contudo, Cavaco (2001) afirma algo que, embora recheado de otimismo, pode ser um estímulo para aqueles que se dedicam ao assunto: “não há territórios condenados, mas apenas sem projetos”.

Benevides (1999) faz um pequeno resumo das discussões sobre o desenvolvimento local, baseado no turismo alternativo, e elabora uma crítica ao que ele chama de ideologia do localismo. Segundo ele, o conceito de sustentabilidade é questionável e dá margem a muitas controversas.

O autor adota uma visão crítica quanto ao que ele chama de ideologia do localismo, que afirma a força local como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Segundo essa ideologia, o turismo rural e ecológico teriam uma lógica alternativa aos modelos hegemônicos, “onde aflorariam outras subjetividades não decorrentes das formas de sociabilidade capitalistas, ou seja, como empreendimentos sociais não agenciados pela teoria do valor” (1999, p.27). Ele afirma que dentro dessa ideologia, o local é visto como uma alternativa na qual podem ser preservadas relações comunitárias pouco hierarquizadas e formas de convivência com o ambiente natural menos predatórias, porém mantendo-se a interação sociedade-natureza.

Da caracterização dessa nova ideologia, Benevides propõe 3 pontos de discussão para desmistificar o debate: primeiro, algumas interpretações sobre a cultura e a identidade local tentam resgatar situações pré-capitalistas, desconsiderando a evolução dinâmica da cultura local e seu contato com a cultura hegemônica. Essa visão dinâmica da evolução das comunidades é compartilhada por Luchiarri (2000, p.111-112), ao afirmar que “(...) a identidade dos lugares não é a cristalização de um passado sacralizado: ela está sempre em construção”.

Segundo, esquece-se que as comunidades podem ter relações sociais excludentes e nem sempre democráticas. Terceiro, aponta-se o desenvolvimento local baseado no turismo como panacéia, sem considerar seus limites e alcances possíveis.

A crítica do autor vai mais longe quando este levanta 5 questionamentos à ideologia do turismo alternativo, quais sejam: primeiro, é necessário conhecer as relações políticas de dominação internas das comunidades, pois essa pode ser excludente e conservadora. Muitas vezes adota-se o princípio de que a redução da escala poderia possibilitar a ampliação da participação democrática, quando isso não é necessariamente verdade. Segundo, incorre-se no risco de tornar a questão ambiental mais importante do que a questão social. Além disso, o controle da escala de operação pode ter como conseqüência a elevação dos preços e a conseqüente seleção econômica dos turistas. Terceiro, qual será o corte de delineará a diferença clara entre o turismo alternativo e o modelo “sol e praia”? Escala, meio ou organização da produção? Quarto, é necessário definir exatamente qual será o papel do turismo no desenvolvimento local, como será o processo de tomada de decisões etc. Quinto, questiona-se se o turismo alternativo não seria apenas um refinamento de mercado atendendo a novas demandas e novos nichos de mercado.

Benevides conclui que é evidente o sucesso econômico que o turismo alternativo vem apresentando e que essa seria a tendência futura. Porém, para o autor, essas novas faces do turismo não serão capazes de aprofundar a relação entre turistas e receptores e torná-las não-estereotipadas e conflituosas, pois os dois grupos seguem lógicas comportamentais distintas, a do ócio e do trabalho respectivamente, e têm uma relação distinta com o ambiente que compartilham.

Entretanto, o autor compartilha de uma visão pragmática no sentido de reconhecer a marginalidade em que se encontram diversas populações locais “...premidos de um lado por apelos, ameaças e dificuldades crescentes de preservarem seus modos de vida, e de outro pelas contradições que decorreriam de sua integração àquelas formas dominantes de exploração capitalista”. Por isso, conclui que “...o turismo alternativo se constituiria como uma ‘mediação possível’ de dar algum dinamismo econômico a esses lugares, representada pela possibilidade de geração local de emprego e renda, que, por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo”.

Luchiari (2000, p.119) aprofunda a crítica ao discurso que envolve o desenvolvimento sustentável, as novas faces do turismo e seus benefícios para as comunidades ao afirmar que:

“A concepção de natureza como infinito de recursos é substituída pela de natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê sua utilização a longo prazo (...). A lógica do modelo de desenvolvimento não se alterou: apenas refinou antigos mecanismos operacionais...”

Ou seja, como o meio natural é central na atração de turistas, a proteção ambiental passa a ser pressuposto da atividade turística para que ela se perpetue no tempo, e para que os agentes possam vincular um marketing verde e social direcionado aos novos nichos de mercado.

Luchiari (2000, p.117) nos lembra que, apesar de o conceito de desenvolvimento sustentável possuir estatuto científico, ele representa um instrumento político que permitiria a exploração econômica a longo prazo. Além disso, a conceituação de capacidade de carga² (utilizada pelo discurso do desenvolvimento sustentável) não poderia ser feita para os âmbitos cultural, social, político, ambiental e econômico, pois há uma diferenciação muito grande entre grupos sociais e meios que sofreriam alterações diversas e reagiriam à mudanças de maneira distinta. Segundo a autora, o conceito de capacidade de carga exigiria a determinação de uma resistência-limite, porém ela questiona com seria possível determiná-la para a população, por exemplo através de variáveis quantitativas.

Rodrigues (2000, p.177) vai mais longe ao avaliar que os termos “desenvolvimento” e “sustentável” são contraditórios entre si. Isso porque que o desenvolvimento, na maneira como é correntemente usado, significa a produção de mais mercadorias. Segundo a autora, a produção contínua de mercadorias requer necessariamente consumo de recursos naturais e produção de resíduos que tem que ser despejados em algum lugar, logo seria insustentável pois transforma o meio natural, esgotando alguns recursos naturais e impossibilitando a recomposição de outros, dada a rapidez em que esse processo tem ocorrido e a consideração da natureza como uma mercadoria. Sustentabilidade significaria manter as condições, o que seria claramente contraditório com a destruição do ambiente natural. À medida em que se instala a infra-estrutura turística o equilíbrio anterior seria rompido, o que para a autora caracterizaria a insustentabilidade.

Já Luchiari (2000, p.128) embora reconheça um quase antagonismo entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento, afirma que “um bom planejamento urbano e regional não precisa incluir esse discurso equivocado para legitimar e pôr em prática o

² Capacidade de carga pode ser definida como a capacidade de regeneração do meio e absorção dos rejeitos.

reordenamento territorial e o desenvolvimento econômico regional.” Esse planejamento teria que se preocupar com uma “...nova orientação em relação à natureza e à sociabilidade no espaço urbano...”, contemplando conservação do meio e justiça social como pressupostos para o desenvolvimento.

De maneira clara, a nova ênfase no desenvolvimento local, e no desenvolvimento sustentável que surge nos discursos políticos e nas discussões acadêmicas no fim do século XX está intimamente ligada à nova roupagem que o capitalismo assumiu neste período, da qual fazem parte bandeiras como a responsabilidade social e ambiental.

Pode-se argumentar, numa linha pragmática, que essas novas faces do capitalismo teriam seus aspectos positivos, se o discurso fosse realmente implementado. Essa nova visão empresarial, embora motivada por fatores mercadológicos e capitalistas, passaria a ser útil para o restante da população que se interessa pela preservação do meio ambiente para manter sua qualidade de vida, preservar os recursos no tempo etc. Nesse aspecto, a economia ecológica está certa em afirmar que se deve aproveitar essas novas feições do capitalismo pois elas têm pontos que vão ao encontro dos interesses comuns.

Ou seja, é importante desmistificar o debate, sem no entanto negá-lo. Nem os problemas serão todos solucionados pela responsabilidade social e ambiental, nem essa nova ideologia chegou apenas para aumentar os níveis de exploração das populações locais e dos recursos naturais. A ênfase em um planejamento que contemple o maior número de aspectos a ser considerados e que inclua democraticamente todos os grupos populacionais envolvidos não deve ser, de maneira nenhuma, trocada pelo novo discurso fácil.

No capítulo seguinte, serão apresentados alguns conceitos básicos da geografia e do turismo que foram utilizados para a elaboração dessa monografia. Será também aprofundada a discussão sobre as relações possíveis entre turismo e desenvolvimento local, e apresentadas algumas vertentes do debate sobre as novas formas que o turismo vem assumindo nos últimos anos, e os limites desse novo discurso.

Parte II – As diversas faces do turismo

1. Turismo e geografia - algumas reflexões

Para iniciar a discussão teórica sobre turismo e desenvolvimento, é necessário apresentar alguns conceitos geográficos e algumas visões sobre o que é turismo, e qual a sua relevância na apropriação do território e nas condições sócio-econômicas das populações locais, principalmente no litoral brasileiro.

Há uma enorme literatura sobre as possíveis definições de espaço geográfico. Naturalmente, não foi intenção desta monografia aprofundar-se sobre o tema, porém é necessário explicitar a definição que fora usada como base teórica para as demais análises. Foi adotada a visão exposta por Luchiari (2000, p.107), onde a autora afirma que o espaço “...só se realiza, só se torna concreto, mediante práticas sociais que erguem paisagens, estabelecem as relações de poder entre os territórios, os limites políticos, econômicos e naturais das regiões e constroem a identidade vivida no cotidiano desses lugares” o espaço, então, “recebe determinações externas e as combina com as narrativas locais”.

Segundo a autora (Luchiari, 2000, p.107) lugar é definido como “o resultado de um feixe de relações que soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais...) às demandas do global que o atravessa”, ou seja, é formado pela interação entre as influências externas e as particularidades internas. Assim, chegamos a um conceito pelo qual a identidade dos lugares não é tida como estática no tempo, ela está em constante formação e mudança, assim como as paisagens e a organização socioespacial do lugar. Nesse sentido, as paisagens só existem enquanto construção e demanda da sociedade, portanto, elas não podem ser extintas, mas somente modificadas. Dessa mesma forma, “...as paisagens turísticas só existem em relação à sociedade. Elas não existem *a priori* como um dado da natureza” (Idem, p.120). A vocação turística de uma localidade é fruto da existência de atributos valorizados pela sociedade num determinado período histórico.

Esse movimento modifica as paisagens, criando novas e consumindo antigas, criando novos usos da paisagem para o lazer, trazendo um novo desenho para o espaço urbano, influenciando diretamente na organização socioespacial das populações e trazendo à tona novos atores sociais. Assim, a urbanização turística determina a organização espacial das localidades agora voltadas para uma lógica diferente das cidades industriais. As cidades

turísticas são erguidas para o consumo de bens, serviços e paisagens (Idem, p.108). A urbanização turística está, então, intimamente ligada aos anseios e valores dos turistas, e não necessariamente à lógica da população e do meio local. Assim, os atributos “provinciano”, “autêntico” e “selvagem” não poderiam existir, pois não fariam mais parte da realidade urbana. Isso, aparentemente se contrapõe a outras correntes que identificam esses atributos como valorizados pelos turistas, porém, o que é afirmado por Luchiari é que o “autêntico” que é valorizado não é realmente fruto da realidade local, mas, sim, é produto do imaginário coletivo de formas estereotipadas de rusticidade, não necessariamente originais da cultura local.

Entretanto, Luchiari conclui que o turismo é um vetor de transformação da sociedade que não deve ser encarado como unicamente negativo, mas sim como uma mediação entre o local e o global, ele:

“Permite também trazeremos à luz novas formas de sociabilidade, articuladas em função do processo contemporâneo de revalorização das paisagens para o lazer. Esse movimento, ao invés de contrapor o tradicional ao moderno, o lugar ao mundo, o natural ao artificial, impulsiona a reestruturação das relações do lugar com o mundo e a formação de organizações sócio-espaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas associadas às novas originam uma outra composição.” (Idem, p.108)

O turismo modifica as paisagens, a realidade sócio-econômica e a configuração espacial dos lugares, sendo um fator determinante da evolução dinâmica dos lugares no tempo pois traz novos atores e novas questões para a localidade.

Outras reflexões também importantes na discussão nos colocam algumas ligações entre diversas áreas do conhecimento e a atividade turística. É importante lembrar a evolução recente no turismo para contextualizar a discussão. Hoje, podemos afirmar que o turismo não depende mais exclusivamente de sua condição natural atrativa, pois cenários podem ser criados a fim de tornar a atividade turística possível e rentável. Exemplos disso são os parques temáticos ou a reinvenção de “hábitos e tradições que há muito foram perdidos” para torná-los atrações turísticas, como no caso de artesanatos de grupos indígenas, comidas típicas etc. (Luchiari, 2000). Isso se insere em um contexto em que o rústico, o natural são valorizados pelos indivíduos e sobretudo pelos turistas. Esse é um dos motivos que levam os turistas a viajar, porém não é o único, e talvez nem o principal.

Remete-se então a uma outra discussão pertinente sobre a motivação dos turistas em viajar e as razões do ganho de importância do turismo nos debates acadêmicos e nas políticas públicas. Há previsões de grande crescimento do segmento turístico nos próximos anos, devido, entre outras razões, a uma cultura que valoriza cada dia mais o lazer como forma de compensação à vida estressante e intensa que se leva nas grandes cidades. Vários autores afirmam que os turistas viajam muito mais por desejarem durante algum tempo fugir de suas vidas cotidianas do que pelo interesse por outras culturas e regiões. Luchiari (2000, p.112) lembra que “O mundo do trabalho faz com que os indivíduos necessitem das férias para descansar, e do descanso para trabalhar”. A autora afirma também que “fazer turismo não cura a contradição, mas abranda o processo de desumanização da vida cotidiana” (Idem, p.113). A vida moderna diminuiu a nossa capacidade de olhar. Quando estamos na cidade, a velocidade com que vivemos faz com que olhemos as paisagens sem as admirar. Logo, o olhar do turista contemporâneo passa a valorizar a natureza e a cultura intocadas, querendo resgatar a nossa capacidade de ver (Idem, p.111).

Apresentadas brevemente essas reflexões que embasaram a pesquisa, passaremos para os aspectos mais específicos que caracterizaram a evolução recente da atividade e suas conseqüências para o uso do espaço e seus aspectos socio-econômicos.

2. O turismo no centro das atenções

O turismo já é, segundo muitos especialistas, a maior atividade econômica do mundo. O setor movimenta pouco mais de 10% do PIB e emprega mais de 10% da mão-de-obra mundial, ultrapassando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais (Silveira, 1999). Estudos indicam que o turismo atinge em torno de 52 segmentos da economia, e isso faz com que este segmento ganhe status diferenciado e atenção especial das políticas públicas nos diversos países do mundo (Luchiari, 2003). Dentre os setores do turismo, nota-se que o ecoturismo e os demais turismos chamados alternativos são os segmentos que mais crescem, numa média de 20% ao ano, sendo que, hoje, já representam mais de 10% do turismo global (Gomes, 1998).

Quando pensamos no Brasil, vemos que, a despeito do reconhecido potencial turístico brasileiro, o país não possui uma indústria turística de porte muito grande, a qual

representa aproximadamente 4% do PIB nacional. O país ocupa a 29ª posição entre os destinos mundiais, tendo recebido pouco mais de 5,1 milhões de estrangeiros em 2000, o que correspondeu a apenas 0,76% das chegadas de estrangeiros no plano internacional. O Brasil gerou cerca de US\$ 3 bilhões em divisas com o turismo em 2002 contra um total mundial de US\$ 482 bilhões, o que corresponde a 0,64% das receitas mundiais. Quanto à utilização de mão de obra, em 2001, 1.304.453 pessoas estavam empregadas em segmentos ligados ao turismo (Embratur).

Segundo Aulicino (1999), isso pode ser explicado, principalmente pela pequena envergadura dos investimentos em marketing feitos pelo Estado, se comparado a outros países, o qual está na ordem de 25 milhões anuais há alguns anos, mas vem crescendo no recentemente. Deve-se considerar também a distância do País em relação aos principais centros emissores (EUA, Europa e Japão), assim como a infra-estrutura menos elaborada e de implantação mais recente do que de outros países líderes do turismo mundial.

Mesmo assim, a atividade é muito promissora no País e está centrada principalmente na exploração contemplativa de suas amplas e belas paisagens naturais decorrentes de extensa faixa litorânea, da tropicalidade do clima, da multiplicidade e da diversidade de ecossistemas³ e uma das maiores biodiversidades do mundo. Além disso, nota-se que existem no País várias regiões ainda pouco habitadas e exploradas, que conferem um “charme” especial aos locais e eleva a atratividade desses, num contexto de economia globalizada no qual se valoriza, cada vez mais, o contato com a natureza, o rústico, o autêntico como negação à cultura homogeneizada e à cultura do trabalho com um fim em si mesmo.

Silveira (1999) afirma que um fator que coloca o turismo no centro das preocupações de muitos Estados nacionais é o fato de este ser visto como possível oportunidade de desenvolver comunidades pobres e carentes, cujas atividades econômicas perderam significância ou competitividade no mercado moderno. Evocam-se argumentos de que o turismo tem grande capacidade de gerar empregos para a população, capta divisas para os municípios, gera lucro para o setor de serviços e setores informais da economia. Uma outra colocação importante é a de que a alternativa de desenvolvimento pelo turismo é

³ Ruschmann (1999) define ecossistema como “...constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos) que vivem em uma área, juntamente com seu meio não vivente (abiótico), e se caracterizam pelas suas relações, sejam elas simples ou complexas.

geralmente apresentada como “...decisiva, um último recurso ante as decepções encontradas pelos outros setores econômicos” (Cazes, 2001,p.80). Porém, além de nem sempre ser verdade que o turismo traz tantos recursos para a localidade, não tem sido dada a devida atenção, nos discursos governamentais, ao fato de que os benefícios dos fluxos turísticos são apropriados de maneira desigual pelos diferentes grupos dentro de uma localidade (Souza, 1999). E, na verdade, nem era de se esperar o contrário, dada a alta heterogeneidade e a dinâmica das relações de dominação e dependência política e econômica internas em que grande parte dessas regiões se encontra, especialmente no Brasil.

Então, sem negar o importante aporte de recursos que o turismo pode trazer para localidades carentes, diversos autores sugerem que o turismo, e também o turismo alternativo, traz uma série de contradições em sua aplicação, o que pode gerar diversos danos ao ambiente natural e às populações locais.

Não tem sido dada a devida atenção, dentro dos planos de desenvolvimento turísticos estatais, para essas contradições que a atividade turística pode trazer para o local explorado, que não são poucos. Essas podem ser de diversas ordens: impactos no meio natural (destruição de praias, rios, vegetação, mangues, montanhas); no patrimônio histórico-cultural (desfiguração de construções históricas, arquitetura típica local, urbanização irracional, privatização de áreas públicas, criação de barreiras naturais ou psicológicas no acesso a áreas públicas); impactos sociais na vida dos habitantes locais da região receptora (queda na auto-estima da população local, descaracterização de sua cultura) e impactos econômicos negativos (aumento dos preços no mercado local, especulação imobiliária, piora das relações de trabalho, prostituição) (Silveira, 1999). Os problemas e contradições trazidas pelo turismo ficam mais evidentes quando é adotado um modelo de “turismo de massa”, o qual será discutido no próximo item.

Benefícios pra quem? O turismo para os turistas, não para a localidade

O “turismo de massa”, modelo que se espelha na experiência realizada em diversos lugares, como Cancun, por exemplo, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi possibilitado principalmente pela instituição das férias remuneradas, pela

melhoria dos meios de transporte e pela organização de uma infra-estrutura da atividade turística. Esse modelo se apóia na “standardização” do turismo, através da qual as localidades são enquadradas em modelos de apresentação, conforto e qualidade internacionais. Logo, sua implantação é, na maioria de vezes, extremamente danosa no que tange às populações locais e ao meio natural. É neste modelo que ficam mais evidentes os problemas que o turismo pode trazer com a sua implantação.

A especificidade local se perde em meio à criação e importação de cenários e hábitos padronizados. Além disso, o modelo não prevê nenhuma forma de integração entre os visitantes e as comunidades receptoras. Pelo contrário, há uma notável exclusão desta em detrimento daqueles no que tange à ocupação do espaço e da sociabilidade. Logo, embora eficaz na atração de divisas para um país, esse modelo pouco contribui para a melhoria real na qualidade de vida de sua população, e mesmo como atrator de divisas não é tão eficaz, pois, como se apóia principalmente em redes hoteleiras internacionais, há sempre uma contrapartida em remessas de lucro para o exterior para remunerar o capital ali investido. Além disso, muitas vezes, a importação de equipamentos é exigida pelos visitantes estrangeiros (Cazes, 2001), o que onera mais uma vez a balança comercial.

A simples implementação da atividade turística baseada neste modelo também pouco acrescenta à localidade. O baixo nível de qualificação profissional dos moradores faz com que os novos postos de trabalho criados sejam preenchidos por indivíduos de outras cidades, que chegam à localidade juntamente com os grandes empreendimentos. Geralmente não há interesse por parte destes em qualificar a mão-de-obra local e, mesmo quando essa possibilidade é vislumbrada, há certa dificuldade, dado um problema estrutural de insuficiência na educação de base e ensino técnico em grande parte das comunidades tradicionais brasileiras (caiçaras, pescadores, ribeirinhos, caboclos, entre outras).

No que toca ao consumo dentro desses empreendimentos, este se constitui basicamente de produtos industrializados, customizados, de marca, de alta escala de produção, que exigem certificados de qualidade, e, portanto, não gera grande demanda pelos produtos produzidos localmente. Por isso, os grandes empreendimentos, como são os “resorts”, funcionam como “ilhas” dentro das localidades, não criando vínculos fortes, nem econômicos, nem sociais com estas. Logo, não se verifica facilmente uma melhoria na qualidade de vida da população local. Essa discussão sobre os problemas locais começa a

tomar grandes proporções até que passa a ser incorporada nos discursos, como será mostrado no próximo item.

3. Novas formas de turismo: novo modelo ou refinação do modelo?

Recursos naturais, turismo e discurso da sustentabilidade

Pode-se falar, hoje, que existem muitas formas alternativas de turismo, como turismo rural, de saúde, de termalismo, de juventude, para deficientes, de aventura, ecoturismo, entre outras. Há quem avalie essas novas formas de turismo como a panacéia do desenvolvimento local, dada enorme gama de alternativas que as localidades têm para explorar essas demandas, e seu discurso que engloba sustentabilidade, como no caso do ecoturismo, principalmente. Entretanto há opiniões que enxergam essas novas modalidades de turismo como um processo de segmentação do mercado turístico. Nascem diferentes opções de roteiros que tendem a focar interesses específicos dos turistas numa contraposição ao turismo de massa – aos quais todos teriam acesso. Esse movimento de segmentação de mercado seria típico do desenvolvimento em economias de capitalismo tardio. Então, começa a ser questionado entre os estudiosos se o turismo alternativo seria realmente uma nova forma de turismo que visa uma maior integração do homem com a natureza e as comunidades locais, ou se seria apenas uma roupagem ambiental e socialmente mais justa para justificar uma nova forma de valorização do capital por parte de empresas privadas. Além disso, questiona-se a distância notada entre o discurso que justifica o turismo alternativo e a prática da atividade e sobre o próprio conceito de ecoturismo, que ainda não apresenta uma definição consensual.

Para aqueles que enxergam essas novas formas de turismo com otimismo, haveria grandes chances de ser obtida uma melhor relação entre a atividade, o meio natural e as populações locais. Uma possível solução para os desencontros e contradições na relação do homem com natureza, e dos visitantes com os visitados, no que tange ao turismo.

Dentre os defensores do avanço conseguido com as novas faces do turismo, Western (1995) afirma que o ecoturismo não deve ser constituído apenas de “...uma pequena elite de amantes da natureza”, mas sim uma “...viagem responsável pelas áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. Para o autor, o

ecoturismo “...é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando a conservação e o desenvolvimento, é evitar o impacto negativo à ecologia, à cultura e à estética”.

Ruschmann vai no mesmo sentido e lembra que a utilização do ambiente natural para o turismo pode ser essencial para o desenvolvimento sócio-econômico de uma região. A autora propõe algumas medidas que devem ser tomadas para que o desenvolvimento do turismo ocorra em harmonia com a preservação do meio natural. Entre eles:

- estabelecer um diálogo entre os agentes da proteção ambiental e os empreendedores a fim de que se elimine o estereótipo de que os empreendedores são destruidores da natureza e os ecólogos são inimigos do capital.
- não generalizar e considerar que exista um bom e um mau turismo. Todas as formas dependem de sua escala e modo de implantação e das especificidades da região receptora.
- evitar políticas de tudo ou nada.
- enfatizar o desenvolvimento sócio-espacial que contemple o lado ecológico, uma apropriação mais democrática do espaço e uma melhora efetiva na qualidade de vida e na inserção social dos indivíduos.
- atentar para que os interesses de valorização dos empreendedores não se sobreponha aos interesses de longo prazo da comunidade e da proteção do meio. Logo, há necessidade de intervenção estatal através de legislação e fiscalização na implantação e uso dos equipamentos turísticos, a fim de proporcionar uma ocupação mais racional e gratificante do espaço. Além disso, estendendo os conceitos da economia ecológica, pode-se falar na necessidade de incentivos econômicos para conservação do meio ambiente.

A autora ainda propõe medidas para diminuir os impactos ambientais na implementação e operação dos equipamentos turísticos:

- identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções em novos projetos.
- cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, construção e operação dos equipamentos turísticos.

- zelar pela preservação ambiental de áreas protegidas ou ameaçadas, de espécies da fauna e flora e das paisagens.
- praticar a economia no consumo de energia
- reduzir e reciclar o lixo
- controlar o consumo de água potável e o tratamento das servidas
- controlar, reduzir ou eliminar os produtos nocivos ao meio ambiente natural, tais como inseticidas, pesticidas, corrosivos tóxicos ou materiais inflamáveis.
- respeitar e proteger objetos e sítios históricos (civis e religiosos).
- respeitar os interesses da população local, incluindo suas tradições, sua cultura e seu desenvolvimento futuro.
- considerar os aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento das destinações turísticas.

Além disso, Ruschmann (1999) afirma também que uma mudança comportamental dos indivíduos se faz necessária. O desenvolvimento de valores como altruísmo, confiança, consciência, normas coletivistas, responsabilidade social, informação e comunicação teriam como resultado a ação voluntária dos indivíduos em agir respeitando a capacidade de carga do ambiente.

Porém, a heterogeneidade dos agentes envolvidos com o turismo tem se mostrado um fator dificultador da disseminação da educação ambiental no turismo. É o setor que mais apresenta resistência é o dos empresários. Porém, especificamente para esses, tem se mostrado economicamente eficiente a vinculação de um “marketing verde”, e isso tem estimulado o respeito das empresas com o meio ambiente. Isso porque no turismo, o recurso ambiental ganha a conotação do uso econômico do ambiente através tanto da apropriação de bens quanto de serviços ambientais. A transformação irracional do meio natural poderá não só influir negativamente sobre a qualidade de vida num futuro não tão distante, como também comprometer a própria atividade turística, pois, como lembra Ruschmann (1999), as paisagens naturais conferem ao local sua atratividade e originalidade, sendo matéria-prima para o segmento.

Levando em conta novamente a economia ecológica, pode-se dizer que incentivos econômicos poderiam facilitar a mudança do comportamento das pessoas. O “marketing

verde” é uma das formas de fazer os agentes agirem em prol na natureza, mesmo que por interesses próprios. Isso se relaciona a uma maior disposição a consumir das pessoas, em empreendimentos que sejam ecologicamente corretos. Outros exemplos de incentivo econômico possíveis são a isenção de impostos para aqueles empreendimentos que conservam uma alta proporção de mata nativa em suas propriedades, ou que promovam campanhas de educação ambiental para seus hóspedes e funcionários, entre outros. Para as populações tradicionais, pode-se pensar em remuneração para que essas realizem um manejo sustentável em suas formas de extrativismo ao invés de praticarem extrativismo predatório, ou mesmo, garantia de renda para os pescadores para as épocas de reprodução dos peixes, a fim de que esses não pesquem durante esse período.

A autora afirma que, embora a consciência ambiental tenha avançado, ainda está longe do ideal, e por muitos anos a sociedade ainda terá que administrar a herança da má ocupação do território feita pela atividade turística, principalmente aquelas localidades visualmente degradadas que ampliaram demais seu número de clientes e são fruto de falta de planejamento.

A autora ressalta ainda que, a despeito da notável evolução do enfoque de desenvolvimento sustentável na atividade, o estabelecimento de um modelo universal será impossível, cabendo assim a análise das especificidades e complexidades locais para cada localidade como uma forma ideal de planejamento integrado e sistêmico para a implementação e organização da atividade turística, de acordo com os interesses tanto do mercado produtor quanto dos consumidores.

Aulicino (1999) lembra, porém, que “...toda a ação do homem transforma o espaço natural e provoca algum grau de destruição sobre o ambiente”, e não haveria de ser diferente pois o homem, como ser social, precisa transformar o ambiente para sobreviver. O que se discute é a intensidade e o sentido em que esse processo se desenvolve.

A autora lembra que o turismo hoje é uma grande fonte de destruição de ambientes naturais. Ela cita duas causas básicas: primeiro, os investidores buscam retorno sobre o capital no curto prazo e utilizam-se de todo o poder atrativo das paisagens sem atentar para a capacidade de absorção do meio; segundo, as autoridades locais lucram também com os recursos advindos do turismo no curto prazo, e não se preocupam com a sustentabilidade no longo prazo devido ao ciclo político. Isso tudo se soma à falta de consciência ambiental do

turista e dos agentes que promovem o turismo, que deriva, entre outros, de uma falta de ênfase na educação ambiental e na falta de educação estrutural que existe no Brasil em geral. Ruschmann (1999) lembra também que a fiscalização sobre a atividade muitas vezes não é feita, a despeito da rigorosa legislação ambiental existente.

Lembrando os conceitos propostos por Sachs, Silveira (1999, p.90) afirma que a sustentabilidade aplicada ao turismo deve levar em conta, em termos gerais, alguns princípios básicos, sendo contemplados não apenas o aspecto ecológico, mas também o espacial, econômico, cultural e social.

- sustentabilidade ecológica, que deve ser entendida como a preservação da natureza e da diversidade biológica. O turismo deve respeitar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas, limitar o consumo de recursos e serviços ambientais, e provocar o mínimo de danos ao ambiente.

- sustentabilidade social, que inclua um padrão estável de crescimento, distribuição eqüitativa da renda, redução das diferenças sociais e garantia dos direitos de cidadania.
- sustentabilidade cultural, que seria a utilização de soluções locais através da participação local nos processos decisórios e de formulação e gestão de políticas de desenvolvimento do turismo. Seria importante a utilização das potencialidades locais e o respeito às identidades culturais e ao modo de vida local.
- sustentabilidade econômica, que assegure o crescimento econômico para gerações atuais, porém que garanta a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras.
- sustentabilidade espacial, que seria uma distribuição geográfica mais equilibrada, evitando aglomerações dos equipamentos e infra-estrutura turísticas, além de uma forma de apropriação do espaço mais democrática, que respeite as populações tradicionais e os ambientes naturais.

Sousa (1999) lembra que as proposições que envolvem comunidade e meio ambiente só serão possíveis quando houver mudanças no modelo de desenvolvimento atual e quando a houver avanços na questão participativa. Isso porque, na maior parte das localidades com potencial turístico, destacam-se problemas como: pobreza, necessidades básicas não-

atendidas, ausência de visão crítica da realidade, falta de organização comunitária e gestão concentradora.

Nesse contexto, muitas comunidades não têm nem a percepção sobre os problemas ambientais, nem a capacidade de intervir no mau uso dos recursos ambientais. Além disso, o discurso da sustentabilidade nem sempre é implementado na prática, permanecendo como um véu que possibilita o marketing, e as questões relevantes para a população local são anexos dos projetos, e não pressupostos para sua realização. Logo, o ecoturismo não tem trazido, em grande parte dos casos, melhora na qualidade de vida das populações locais, e, em muitos casos, tem sido acompanhado de destruição da paisagem natural e limitação ao acesso das populações tradicionais a espaços que lhes eram de direito.

O modelo refinado

Há uma outra forma de ver essas novas faces do turismo, a qual relativiza as proposições que as vêem como uma grande novidade e um grande avanço, no sentido de que a atividade passe a trazer benefícios para as pessoas das comunidades e a manter uma relação menos predatória com o ambiente natural. Sem negar que essa mudança possa ser boa em certos sentidos, essa visão afirma que as novas formas de turismo podem ser consideradas não alternativas ao modelo turismo de massas, mas sim uma mera diversificação do mercado turístico para atender novos interesses de públicos mais exigentes. Luchiari compartilha com Urry (1999) essa visão, segundo a qual essas novas faces estão intimamente ligadas às formas de organização da produção vigentes: “o consumo de massa, fordista, aproxima-se do turismo de massa pela padronização de seus produtos, ao passo que o consumo pós-fordista estaria relacionado a um turismo flexível, mercantilizado e segmentado, correspondendo, na cultura, à estetização contemporânea do turismo” (Luchiari, 2000, p.114). A segmentação do mercado seria então constituída por diferenciações do turismo de massa, havendo uma adequação a padrões de consumo mais altos com uma especialização de mercado maior, que é típica do desenvolvimento de qualquer produto nas sociedades capitalistas. Isso está intimamente ligado ao padrão de produção contemporâneo, que se apóia na especialização produtiva, e na manufatura de produtos cada vez mais diferenciados e personalizados.

Ainda pode se argumentar que essa segmentação mercadológica é liderada por um olhar “romantizado” que busca a “beleza natural intocada”, em lugares desconhecidos, que passam a ser paraísos que são explorados primeiramente pelas elites. Conforme já afirmava Krippendorf (1989, p.85), Luchiari comenta que “Para esses turistas ‘alternativos’, que se aventuram na *natureza selvagem*, que tentam ser amistosos com a população local, e buscam obter um reconhecimento distinto da região, ‘os turistas são os outros’” (Luchiari, 2000, p.116). Porém, esses “paraísos” incorporam-se também ao circuito turístico de massas, passando a receber muitos visitantes posteriormente, pois a valorização do *intocado* passa a ser realidade também para a massa de turistas. A chegada dessa massa é acompanhada pela construção dos equipamentos turísticos de grande porte, a qual é feita, em grande parte das vezes, sem um bom planejamento prévio, o que incorre inúmeros problemas sociais, espaciais e ambientais. Completa-se então o ciclo, muito comum na década de 1980, de descoberta/exploração/destruição dos lugares turísticos (Idem, p.116). A seqüência desse processo é sua própria renovação, através da descoberta pelas elites de um novo lugar a ser explorado.

É interessante a análise de Souza (1999, p.19), na qual o autor identifica alguns padrões para interpretar os possíveis ganhos com o turismo. Segundo ele, pode-se classificar em diferentes grupos sociais os participantes do turismo. O primeiro deles seria a população da área de origem dos turistas. Esses indivíduos tenderiam a ser indiferentes quanto ao turismo. Por um lado eles perderiam o dinheiro que os turistas deixariam de gastar lá. Por outro, eles ganhariam pois os turistas deixariam de exercer comportamentos indesejáveis em sua área (exploração sexual etc). O segundo grupo, o dos turistas, tenderia, sempre a ganhar, pois do contrário eles não seriam turistas. O terceiro, o da população que recebe os turistas, seria composto por grupos heterogêneos que teriam diferentes inserções na comunidade e, portanto, seriam beneficiados e prejudicados de maneiras desiguais. O autor lembra que as populações das áreas de destino turísticas, principalmente no terceiro mundo, tendem a ser extremamente heterogêneas. Certos grupos poderiam até lucrar com o turismo predatório, em prejuízo de outros grupos prejudicados. Seria o caso de pessoas de fora que viessem explorar o turismo durante algum tempo e que se retirassem posteriormente, quando a situação da localidade estivesse ruim, ou mesmo o caso de especuladores imobiliários etc. Aqueles moradores locais que não têm a mesma mobilidade

espacial seriam visivelmente prejudicados por esses. O autor conclui que, de maneira geral, quanto mais fraco político e sócio-economicamente for um grupo, maiores as chances de ele ser prejudicado pelo turismo.

Outro aspecto levantado por Souza foi o de que é importante o grau de diferença entre a população visitante e a receptora. Faz diferença se essas populações são relativamente homogêneas ou se elas possuem realidades sócio-econômicas completamente distintas. Conflitos culturais podem ocorrer com conseqüências traumáticas para ambos, mas principalmente para a comunidade menos favorecida. Seja pelo incentivo a práticas como a prostituição, como pela elevação dos preços dos produtos de consumo na comunidade etc. O convívio entre essas culturas distintas, que poderia ser extremamente proveitosa para ambas as partes, é, na maioria das vezes, um processo desigual, no qual a cultura dos que vêm de fora se apresenta como superior e mais moderna, tendendo a influenciar e enfraquecer a cultura local. A chegada de novos bens de consumo mais modernos e mais caros, os quais a população menos favorecida não terá condições de adquirir, pode impor um sentimento de frustração da população local, e uma conseqüente queda em sua auto-estima e desvalorização de seus signos e valores tradicionais. Não se compartilha aqui de uma visão estática das culturas, pelo contrário, reconhece-se que essas estão em constante evolução, e não se quer também isolar certas comunidades tradicionais como argumentam muitos. Porém, a forma como esse encontro de culturas tem acontecido em muitas comunidades tradicionais, é visivelmente prejudicial para as culturas locais devido aos valores econômicos que se impõe sobre os demais.

Segundo Souza (1999), a interpretação sobre se o turismo leva ao desenvolvimento depende de três aspectos. Primeiro, do que se entende como desenvolvimento. Segundo, do tipo de turismo em questão (seu caráter predatório ou não, e o grau de heterogeneidade entre os grupos sociais em questão – visitantes e visitados). Terceiro, de quais grupos sociais da área receptora que se esteja falando. Ou seja, não haveria uma resposta única ao questionamento se o turismo conduz ou não ao desenvolvimento.

Uma abordagem interessante feita por Rodrigues (2000) afirma que o turismo tem que ser avaliado em toda a sua complexidade de atividade econômica, que engloba diversos setores produtivos e modifica o espaço, a economia, o ambiente natural e as relações sociais, alterando o cotidiano dos moradores locais. Não se pode avaliá-lo apenas como o

consumo de paisagens, pois há por trás desse consumo uma grande produção de bens e serviços, e sua organização social e espacial correspondente.

Nota-se nos dias de hoje que o turismo sustentável, o turismo com base local, o ecoturismo e o turismo alternativo são apresentados por muitos (inclusive pelo discurso governamental) como a panacéia do desenvolvimento. Entretanto, o estudo mais detalhado sobre a implementação de tais projetos nos mostra que as complexidades e as especificidades locais tornam a implementação de tais projetos muito mais difícil do que a teoria propõe. A heterogeneidade intra e inter populações, e a diversidade em forma, fragilidade e importância dos ambientes naturais nos leva a crer que não se pode substituir o estudo caso a caso por teorias gerais e metodologias que proponham essas novas formas de turismo como possível e vantajoso, em todos os lugares com natureza exuberante e ainda não explorados.

Entretanto, considera-se também que as análises que somente destaquem os impactos negativos, que a atividade turística certamente produz, subestimam um leque de aspectos que podem ser transformados em positivos, desde que haja uma preocupação clara e prioritária nesta direção. Esse tipo de enfoque ignora a já em curso destruição dos ambientes naturais pelo turismo e por outras atividades econômicas, para as quais o ecoturismo poderia ser uma alternativa substitutiva melhor. Ignoram também a urgência que há na melhoria da qualidade de vida em certas comunidades que, muitas vezes, não mais conseguem gerar recursos para seu sustento. Elas deixam de levar em conta a capacidade de reação e adaptação da sociedade.

No próximo item, abordaremos de forma sucinta a evolução do discurso sobre o planejamento turístico, e de como os temas ambientais e sociais entraram no centro deste debate.

4. Evolução do planejamento turístico

Ao longo do tempo, pode-se notar um claro avanço no que tange à consciência sobre os efeitos negativos no turismo, e isso teve como resultado mudanças nos estudos sobre turismo e mudanças nos conteúdos das políticas públicas, que tiveram que incorporar aos seus discursos uma postura mais responsável.

Inicialmente, somente a questão econômica da atividade era contemplada, tanto pelos teóricos quanto pelas políticas públicas. Posteriormente, quando muitos problemas começam a derivar da chegada do turismo às diversas localidades, a questão ambiental passa a ser discutida, e passa-se a considerar que deveria haver uma preocupação para que o turismo não esgotasse os recursos naturais locais, até porque isso traria a impossibilidade da exploração a longo prazo dessa atividade econômica. O crescimento dessa preocupação não está de forma alguma desvinculada das tendências do capitalismo mundial, pelo contrário, ela é fruto de um maior nível de conscientização que marca a política e a cultura mundiais nas últimas décadas. Além disso, essa preocupação com o meio natural passa a ser incorporada pelas pessoas, que começam a valorizar os produtos e serviços vinculados às bandeiras de proteção da “natureza”. E, por consequência, passa a ser incorporada às estratégias empresariais, que realizam o marketing verde.

Entretanto, os problemas socioespaciais derivados do turismo continuam a ser ignorados, principalmente pelas políticas públicas dos países em desenvolvimento, que continuam a valorizar a implantação de grandes infra-estruturas turísticas sem se preocupar com a inclusão dos atores sociais residentes na área, que permanecem à margem do processo. Porém, depois de muitos projetos implantados, constatou-se que grande parte da população estava ficando à margem dos efeitos benéficos dos projetos turísticos, e isso ia contra a propaganda de que o turismo traria empregos para as populações pobres. Somente a partir dos anos 90 essa preocupação começou a entrar nos planos de políticas públicas de turismo no Brasil. Hoje, não se pode pensar em planos turísticos que não façam menção à esfera social do projeto; entretanto, isso não significa que a questão social tenha passado a ser central em todos os planos, significa que ela foi incorporada como discurso em algumas e como objetivo secundário na maioria. A ênfase no modelo “sol e mar” ainda é grande, pretende-se apenas diminuir os impactos negativos que a implantação deste modelo possa gerar.

É difícil chegar a um consenso sobre planejamento turístico, mas Luchiari (2002,p.257) pondera alguns pontos importantes que resumem o debate:

“...o planejamento turístico deve considerar a dinamização social e econômica do território, da região e dos lugares, não no sentido de uma refuncionalização, mas de uma (re) significação, incluindo aí o tempo e o espaço da vida cotidiana e do lazer – ou seja, dos sujeitos que constroem e habitam as cidades, as áreas rurais e

as regiões isoladas do dinamismo econômico do país, como muitas vilas de pescadores, ao longo do litoral brasileiro...”

Ou seja, o planejamento deve considerar o turismo em toda sua complexidade, com sua diversidade de atores e seus interesses distintos quanto ao uso dos lugares que eles passarão a compartilhar. O intuito deve ser compatibilizar os interesses dos diversos grupos a fim de que se crie postos de trabalho de qualidade para aqueles que necessitam, melhore a qualidade de vida desses e que se preserve uma convivência não-conflituosa e proveitosa entre os diversos atores sociais. Para isso, a organização comunitária é entendida como um ponto de partida para que a localidade exponha seus desejos e interesses no que tange à organização turística. Entretanto, rejeita-se a generalização de que ela será capaz, sozinha, de tornar a implantação do turismo igualitária e proveitosa para todos, pois reconhece-se tanto os limites dos atores sociais locais, quanto a heterogeneidade política da organização interna das comunidades.

É necessário fornecer aos atores locais igualdade de condições para a competição com os agentes de fora das comunidades, os quais, normalmente, desfrutam de uma posição econômico-social diferenciada e mais acesso tanto a condições financeiras e de financiamento privilegiadas, como a informações especiais e à máquina do Estado.

Por isso, ainda que brevemente, é importante refletir um pouco sobre as políticas públicas brasileiras, e sobre como essas incorporam esse discurso.

As políticas públicas para o turismo no Brasil

A primeira iniciativa importante na promoção do turismo como um setor estratégico no Brasil ocorre em 1995, com o lançamento da *Política nacional de turismo*, que fora desenvolvida em uma parceria da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) com a OMT (Organização Mundial do Turismo), Banco do Brasil, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Caixa Econômica Federal.

A partir daí, o governo federal passou a implementar uma política clara de inserção do país no circuito turístico internacional, através da construção da infra-estrutura básica e turística necessária para o aporte de capital internacional na construção de grandes hotéis de qualidade internacional, voltados para a elite nacional e para o recebimento de estrangeiros, sem que fosse dada atenção à problemática das populações que residiam na

costa brasileira, antes da implantação desses mega-projetos turísticos. Além da infraestrutura, o Estado tem ações voltadas para a capacitação de mão de obra e o marketing externo. O maior dos projetos levados a cabo pelo governo é o PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo), que conta com aporte de recursos dos BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e teve como resultado um “boom” de investimento internacional em grandes hotéis e resorts, principalmente no litoral do noredeste. Os grupos nacionais ficam bem atrás por contarem com condições de financiamento muito inferiores, embora tenham também apoio do BNDES.

Embora o governo comemore o grande aporte de investimentos, muitas das populações locais não têm muito a comemorar, pois não foram consultadas sobre qual seria a melhor forma de desenvolver o turismo na região, e muitas foram expulsas de suas áreas residenciais, sem ao menos conseguir empregar-se nos complexos turísticos, além de sofrerem os problemas já conhecidos da implementação desses tipo de projeto.

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT), desenvolvido pela Embratur, baseado em uma metodologia da OMT, centrou suas estratégias na escala local.

Esse projeto teve uma adesão de muitos municípios e avançou no sentido de criar e revitalizar atrativos turísticos, sem entretanto ter conseguido criar uma nova forma de fazer com que a comunidade local obtivesse grandes ganhos com a implementação do turismo. Luchiarri afirma que “...repete-se na escala local as premissas do desenvolvimento do turismo nacional: concentra-se a infra-estrutura disponibilizada, criam-se atrativos muitas vezes desconectados com as tradições locais, e investe-se muito na reconstrução da imagem...” (p, 263).

Já o ecoturismo, a partir das “Diretrizes Para Uma Política Nacional de Ecoturismo” de 1994, definiu o ecoturismo como “...um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Apontando para a importância da preservação ambiental e da inclusão das populações locais.

Além disso, o governo federal desenvolveu o PROECOTUR e os Pólos de Ecoturismo, incorporando regiões antes isoladas dos projetos de modernização do território.

Segundo Sousa (1998), em “Uma Política Nacional de Ecoturismo” (1994) é

proposto que o ecoturismo: proporcione melhores condições de vida e reais benefícios para as comunidades; seja uma poderosa ferramenta de valorização dos recursos naturais e culturais; transforme-se em fonte de riquezas, divisas e geração de empregos; proporcione informações para conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas, onde economia e ecologia possam conviver harmoniosamente, garantindo às gerações futuras a função desse patrimônio cultural.

De maneira geral, embora se reconheça um avanço nas políticas públicas à medida em que pelo menos foram incorporadas ao discurso a preocupação com o ambiente natural e com as populações locais, nota-se que isso ainda não é tratado com a relevância necessária. Essas questões ainda não são pressupostos para o desenvolvimento dos projetos. De maneira clara, nota-se na realidade de muitos projetos que vêm sendo implementados, que esses ainda são voltados para a valorização do grande capital, e para a inclusão das localidades no grande circuito turístico comercial nacional e internacional. Os temas ambientais e sociais são, muitas vezes, apêndices dos projetos, ou são incluídos por pressão dos organismos multilaterais de financiamento (como o Banco Mundial) e são usados principalmente como propaganda para os projetos.

No capítulo seguinte, serão apresentados os conceitos chaves da teoria da Economia Solidária, que servirão como base teórica para a avaliação do estudo de caso, assim como para a tentativa de se estabelecer alguns pontos de contato entre essa teoria e o turismo, com o intuito de promover uma organização turística que venha ao encontro dos argumentos levantados até agora, ou seja, que traga reais benefícios para as comunidades.

Parte III – A economia solidária como mediação para o desenvolvimento local

1. Economia Solidária e Turismo

O estudo sobre a teoria da Economia Solidária terá três aspectos importantes para essa monografia. Primeiro, à luz da teoria e de outras experiências bem sucedidas estudadas, tentar-se-á fazer uma ponte entre a teoria e a realidade e as necessidades das populações das localidades turísticas, porém ainda num plano teórico. Procurar-se-á encontrar as possibilidades de inserção econômica e social da comunidade no complexo econômico turístico e conciliá-las com formas dos empreendimentos solidários estudados. Ou seja, propor diversas aplicações possíveis da teoria da Economia Solidária em comunidades onde o turismo pode ser fonte de receita econômica para a população local. Algumas propostas já foram pensadas, porém ao longo da pesquisa devem surgir muitas outras, mas é necessário lembrar que para todas, é essencial que se mantenham os princípios do cooperativismo propostos pela teoria. As propostas têm, como objetivo real, a obtenção do desenvolvimento sócio-espacial já sugerido nesse projeto.

Num segundo passo, nos estudos de caso, serão avaliados os empreendimentos já existentes que se assemelhem àqueles já descritos pela teoria (tanto na localidade do estudo de caso, como outras experiências em outras localidades), com um olhar crítico para tentar perceber se esses projetos realmente cumprem seus propósitos de melhoria da qualidade de vida da população, e se respeitam ou não as especificidades regionais da localidade em que estão sendo aplicados.

A terceira tarefa será avaliar a viabilidade e aplicabilidade das propostas elaboradas na primeira parte, porém agora já dentro da especificidade local do estudo de caso. Além disso, tentar-se-á identificar, a partir da realidade específica, outras formas possíveis de economia solidária que se ajustem e sejam úteis ao desenvolvimento sócio-espacial da comunidade.

2. A Economia Solidária

A Economia Solidária, que se origina nas idéias dos socialistas utópicos, como Owen e Fourier, no início do século XIX, como resposta às péssimas condições de trabalho da época e ao empobrecimento dos artesãos, volta à pauta das discussões a partir da década de 1970, quando o programa neoliberal começa a ser implementado, com conseqüências negativas no nível de desemprego, nos aparatos de proteção social e nas leis trabalhistas (Singer, 2002).

A economia solidária pressupõe um modo de produção baseado em dois princípios básicos: a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção e o direito à liberdade individual. Isso nega claramente a divisão de classes imposta pelo sistema de produção capitalista entre patrões e empregados. Além disso, requer-se que a organização da produção, do consumo, ou do crédito e, por fim, a gestão das empresas solidárias seja feita de forma democrática. Todos os membros das cooperativas (trabalhadores nas cooperativas de produção, consumidores das cooperativas de consumo e depositantes e mutuários nas cooperativas de crédito) e clubes de troca têm poder igual de decisão nas assembleias gerais, que são os órgãos máximos de poder na gestão desses. Ou seja, os membros são responsáveis não só por suas tarefas produtivas, mas também pelo destino da empresa solidária como um todo. Singer (2002, p. 9) afirma que: “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez de o contrato entre desiguais.”

Essa responsabilidade pressupõe o interesse dos cooperados pela empresa como um todo e sua participação nas assembleias, ou seja, essa forma de organização preza pelo incentivo à formação democrática e igualitária de seus membros e tem como conseqüência uma maior interação entre eles e a ampliação dos espaços de convivência e de discussão que podem, e devem, ser ampliados para a solução conjunta de problemas da comunidade. Outro aspecto interessante é que as cooperativas investem, em grande parte das vezes, uma parte de seu excedente na educação de seus membros e da comunidade como um todo.

O mesmo autor (Singer, 2002, p. 21) afirma que: “Participar de discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na Economia

Solidária”. Ou seja, além de ser um meio de melhorar as condições materiais de vida das pessoas, a organização solidária aumenta o grau de cidadania de seus membros. E isso segue os princípios criados na origem da Economia Solidária, como mostra Singer (2002, p. 115): “A Economia Solidária foi concebida pelos “utópicos” como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.” Porém, Singer afirma também que conseguir um alto grau de engajamento dos cooperados é um dos principais desafios das empresas solidárias, e que, sem esse, são menores as chances de sucesso dos empreendimentos. Faz-se necessário, então, ponderar que a criação de empresas solidárias não deve ser imposta de cima para baixo (pelo Estado, por exemplo), pois o nascimento de um espírito solidário entre os membros não pode ser imposto. Esse processo pode, no máximo, ser induzido e mediado pelo Estado com ações como educação para o cooperativismo e disponibilização de recursos e meios para a criação deste tipo de empresa.

Pelo lado da remuneração dos membros, estes não recebem salários nem lucros, mas sim, retiradas (que são parte do excedente gerado), as quais podem ser igualitárias ou diferenciadas, respeitando uma diferenciação máxima decidida em assembléia.

Tipologia da Economia Solidária

Existem diversos tipos de organização da Economia Solidária. Veremos os diferentes tipos, para depois tentar achar aqueles que melhor se encaixam, e como eles se encaixam, como alternativas possíveis de organização da produção que possa ser feita pelos moradores das comunidades onde existe atividade turística, a fim de integrar estes indivíduos ao complexo econômico turístico de maneira ativa, para que esses possam se aproveitar dos recursos e benefícios advindos dessa atividade, buscando a efetiva melhora na sua qualidade de vida desses.

Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito surgem e são necessárias para resolver um problema crônico dos assalariados de baixa renda e de micro produtores - a dificuldade de acesso ao crédito. E justamente estes precisam de crédito barato pois não dispõem de reservas para investir nem para se proteger de eventualidades como desemprego,

intempéries meteorológicas, entre outras. Por não disporem de garantias materiais suficientes, esses indivíduos não conseguem crédito junto aos bancos comerciais, o que os coloca, muitas vezes, em uma situação de dependência para com agiotas e atravessadores da produção, que se aproveitam da condição fragilizada das pessoas cobrando altos juros e perpetuando essa dependência ao longo do tempo.

Essas cooperativas são formadas por assalariados e micro-produtores, que se associam colocando suas pequenas reservas em uma única instituição (através da compra de cotas dessa) a fim de que os próprios membros obtenham crédito barato no momento em que precisarem. É necessário, porém, advertir que, para que essas cooperativas tenham sucesso, faz-se necessário que elas possam operar com os depósitos à vista, o que permite que as instituições alavanquem seu capital a partir do seu próprio crédito. É também importante que esta obedeça os princípios da auto-gestão com representatividade igualitária dos membros independentemente de seu capital. No Brasil, essas instituições foram denominadas “Bancos do Povo”, mas muitas delas não seguem os princípios cooperativistas, sendo apenas bancos comerciais de certas categorias profissionais.

É interessante notar que muitos micro produtores necessitam de crédito em valores muito baixos, mas, por não possuírem posses, não o conseguem junto aos bancos comerciais. A solução encontrada para esse problema foi a do risco compartilhado. Os demandantes por crédito se unem em pequenos grupos e se responsabilizam coletivamente pelos empréstimos concedidos a cada um. Além disso, a avaliação dos riscos é feita por membros da própria comunidade e não por técnicos externos, o que ainda resulta em uma maior segurança aos empréstimos. Logo, verificou-se uma taxa de inadimplência muito baixa na maioria dos empreendimentos desse tipo.

Sobre a capitalização dessas cooperativas, pode-se contar com, além do próprio capital dos cooperados, empréstimos externos de entidades de fomento como o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (que já apóiam alguns Bancos do Povo), além da possibilidade de se unir com outras cooperativas através de associações de segundo grau entre cooperativas, o que confere maior capacidade de expansão do crédito para todas.

Esse tipo de cooperativa tem papel central na possibilidade de empreender negócios próprios, criar as próprias cooperativas e na melhoria em geral do acesso ao crédito por parte das comunidades mais pobres para diversos fins, desde que produtivos (inclusive de

economia informal, que está totalmente à margem do sistema creditício), dado o não-acesso ao crédito pelas camadas mais pobres.

As cooperativas de crédito podem ser muito úteis para possibilitar a abertura de micro-empresendimentos familiares de todos os tipos e principalmente de economia informal (que não tem acesso aos meios tradicionais de crédito), tais como artesanato, pequeno comércio, pesca, agricultura, barracas de praia, aluguel de bicicletas, ambulantes em geral, aluguel de cavalos etc. Além de ser essencial para a criação de todo tipo de cooperativas, que são, em princípio, preferíveis aos empreendimentos individuais. Essas cooperativas devem se formar em grupos pequenos, preferencialmente com um certo grau de homogeneidade, e, a partir dessas pequenas cooperativas de crédito, pode e deve haver associações com outras cooperativas de crédito dentro da mesma localidade, ou até em um nível regional. Experiências como o Grameen Bank em Bangladesh, que obtiveram muito sucesso com micro-crédito rural⁴, podem servir de base para a criação destas, que podem também conseguir linhas de crédito especiais das instituições brasileiras de fomento ao crédito. As cooperativas podem ser constituídas também entre outros membros da comunidade, como produtores já estabelecidos (pousadas, restaurantes, bares, agências de viagens, agências de aluguel etc) que queiram criar um fundo de poupança para baratear seu custo de captação de crédito também.

Cooperativas de Compra e Venda

Já as cooperativas de compra e venda (mais numerosas no Brasil, principalmente as agrícolas), são associações que não seguem, em sua maioria, os princípios cooperativistas, mas sim, se organizam de forma capitalista. Elas são, em grande parte das vezes, apenas associações entre pequenos ou médio produtores (agricultores, taxistas, comerciantes etc), que buscam obter escala de compra e venda significativas para obter algum poder de mercado frente às empresas capitalistas maiores. Outro objetivo é o compartilhamento de alguns meios de produção (principalmente altos investimentos em capital fixo) e serviços

⁴ O Grameen Bank (Banco da Aldeia), projeto iniciado pelo professor universitário Mohamed Yunes em meados da década de 70 em Bangladesh, consiste em um banco que destina-se a conceder pequenos créditos para possibilitar a produção agrícola de micro-produtores rurais. Com empréstimos médios de 150 dólares, o banco possibilitou que, em 10 anos, metade de seus membros se elevasse acima da linha de pobreza (um terço dos camponeses de Bangladesh). Em 1997, o projeto possuía 2 milhões e 100 mil membros, e estava presente em 36 mil aldeias com 1079 agências e 12 mil empregados. (Singer, 2002)

aos quais cada um não teria acesso isoladamente. São os casos de tratores, colheitadeiras, outras grandes máquinas em geral, serviços contábeis etc.

Mesmo assim, essas entidades têm papel importante pois possibilitam a perpetuação no tempo de empreendimentos familiares, os quais poderiam ser eliminados sem sua existência. Além disso, elas podem estimular a criação de entidades comunitárias que promovam ações para aumentar o bem estar da comunidade.

Sobre as cooperativas de compra e venda, pode-se dizer que sua aplicabilidade estaria concentrada nos estabelecimentos já estabelecidos (supra citados), e também na organização de cooperativas agrícolas a fim de que obtenham qualidade e volume de produção suficientes para atender às demandas por alimentos requeridas pelos empreendimentos turísticos de maior porte (em localidades onde haja produção agrícola e culinária típica, o produção de compotas etc). Como já foi exposto, embora não haja um forte espírito cooperativo, esse tipo de cooperativa pode ser importante na concorrência entre pequenos e grandes empreendimentos. Além disso, ela pode ser necessária para possibilitar a produção agrícola de base familiar, e também pode incentivar a comunidade a se agrupar para a criação de futuras cooperativas de produção e associações de bairro.

Cooperativas de Produção

As cooperativas de produção são associações entre trabalhadores para promover a produção de algum bem ou serviço em diferentes mercados. Elas são o que Singer chama de “protótipo de empresa solidária” (2002, p. 90). Isso porque associa e junta fisicamente os trabalhadores e membros da cooperativa num só espaço, e a participação e identificação destes é mais direta. Este tipo de cooperativa realmente subverte o modo de produção capitalista e é aquele em que há maior potencial para que os cooperados vivam em uma comunidade mais solidária e isso signifique uma melhora efetiva em sua qualidade de vida.

Porém, em muitos dos casos, faz-se necessário algum auxílio do Estado para capitalizar a criação destas e disponibilizar auxílios como educação para a gestão cooperativa, análise de mercado etc. Esse papel tem sido exercido por muitas entidades no Brasil, entre elas o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e

Participação Acionária) , Unitrabalho, CUT (Central Única dos Trabalhadores), entre outras.

No que tange às cooperativas de produção, esta seria talvez a mais importante de todas, dado seu aspecto de libertação dos trabalhadores em relação aos detentores de capital, pois os trabalhadores passam a ser os próprios donos da empresa. Em princípio, essa forma de organização pode ser útil para a produção de artesanatos típicos locais, pesca, pequenos restaurantes, centrais de abastecimento, agricultura, construção civil, pequenas produções de comidas alimentícias e outros pequenos negócios. Resta lembrar que não se pode impor a criação destas, que devem partir das iniciativas dos próprios agentes da comunidade, e que é necessária uma preocupação central no não desvirtuamento da cultura local, processos que vêm ocorrendo em diversas localidades.

Clubes de Troca

Os Clubes de troca surgem, na década de 1980, em localidades onde há baixo nível de monetização, mas há mercado potencial de trocas de pequenos produtos ou serviços. O problema é resolvido com a criação desses clubes, os quais é emitida uma moeda própria e esta é distribuída igualmente entre seus integrantes, os quais se juntam em assembléias (ou jornais de bairro) e manifestam suas disposições de compra e disponibilidades de venda. No momento seguinte, essas operações são realizadas, utilizando a nova moeda. Essa é uma típica solução em pequena escala para pequenos grupos de pessoas, que pode, de uma maneira simples, elevar o poder de compra de um conjunto de indivíduos sem que haja dispêndio de dinheiro corrente pelos participantes. Além disso, podem surgir dessa organização novas associações de bairro que incentivem a mobilização social e política dos indivíduos. Essas associações podem criar espaços de sociabilidade principalmente para pessoas fragilizadas e aumentar a auto-estima dessas pela convivência com pessoas em igual situação, como foi o caso de muitos desempregados na Argentina, por exemplo.

Sobre os Clubes de troca, podemos dizer que essa é uma solução em pequena escala que pode ser importante para o aumento da sociabilidade dos indivíduos da comunidade. A elevação do poder de compra dos indivíduos através dessa iniciativa pode também ser interessante, já que acontece sem a necessidade da posse de moeda tradicional.

As pessoas podem trocar pequenos serviços, tais como: cuidar de pessoas doentes, cuidar de crianças, ensino de reforço, costura, pequenos serviços reparatórios domésticos etc. Além de produtos novos e usados como artesanatos em geral, comidas, doces, roupas, eletrodomésticos, entre outros.

3. Pode o turismo se organizar de forma solidária?

Vista essa pequena introdução sobre os conceitos básicos da Economia Solidária e a discussão sobre turismo, será analisado no estudo de caso como se deu a prática de uma cooperativa de turismo na comunidade de Prainha do Canto Verde, Beberibe, CE. Trata-se de uma organização para o turismo inovadora e diversa tanto do modelo hegemônico quanto dos demais modelos citados como alternativos nesta monografia.

A observação da realidade desta comunidade e de outras iniciativas de projetos voltadas para a implementação do turismo comunitário será contrastada com a discussão teórica já feita, tanto sobre os desdobramentos para a ocupação do espaço e para a organização sócio-econômica de comunidades devido à chegada do turismo, quanto sobre a teoria da Economia Solidária. Assim, servirão de argumentos, ora para confirmar, ora para refutar os argumentos teóricos levantados.

Quer-se, ao final, se reconhecer alguns pontos que unam os conceitos centrais estudados, quais sejam: desenvolvimento local, Economia Solidária e as diferentes formas de organização da atividade turística. E isso será apresentado no capítulo após o estudo de caso.

Parte IV - A Prainha do Canto Verde e o turismo comunitário

1. O binômio Terra e Mar – a base do modo de vida da comunidade

Com cerca de 1100 habitantes distribuídos em aproximadamente 180 famílias, a comunidade de Prainha do Canto Verde localiza-se no litoral leste do Ceará, a cerca de 120 km de Fortaleza, seguindo pela CE-040. Pertencente ao município de Beberibe, mais precisamente ao distrito de Paripueira, sua praia tem 10 km de extensão com areia branca, mar esverdeado e ventos que sopram constantemente de novembro a junho e tornam-se fortes de julho a outubro (Panfleto de apresentação). Suas atividades econômicas principais são, em primeiro lugar, a pesca artesanal de peixes e lagostas, seguida do artesanato (cuja mais importante expressão é o Labirinto) e da mais nova atividade, o turismo.

A comunidade fica cercada de dunas de areia por todos os lados, além de algumas lagoas que ficam entre as dunas que se movem ao sabor do vento, muitas vezes interferindo no dia a dia da comunidade. As casas, que antes eram de taipa ou de palha, e hoje já são em sua maioria feitas de tijolos, ficam enfileiradas nas ruas de areia, por onde só se pode circular a pé. As ruas da comunidade são de tal modo anguladas em relação aos ventos que permitem a passagem da areia que é movida pelos ventos constantemente. Tupinambá (1999, p.78) faz uma interessante observação ao afirmar que “Tal configuração espacial nos permite observar ainda a forte influência dos elementos da natureza no arranjo espacial dessa comunidade, sendo um dos traços que consideramos ao caracterizá-la como uma sociedade tradicional”. A autora ainda afirma que esse tipo de observação sobre a adaptação do arranjo espacial da comunidade às condições de clima e relevo da região onde ela se encontra são amplamente desconsideradas na maioria das análises. Para ela esses mecanismos de adaptação tornam-se “(...) imperceptíveis àqueles que não conseguem se despir de um olhar *standardizado* ao observar as diferentes morfologias dos assentamentos humanos” (1999, p.78). E, no caso da Prainha, fica claro que as adaptações refletem uma relação harmônica daquele grupo social com o meio natural.

Foto 1 – Os arredores da comunidade



Fonte: Elaboração própria

Fotos 2 e 3 – Ruas típicas da comunidade



Fonte: Elaboração própria

Foto 4 – Casa antiga de palha



Fonte: Elaboração própria

Foto 5 – Interior de uma casa de palha



Fonte: Elaboração própria

Foto 6 – Vista aérea da comunidade



Fonte: M. Schärer

O modo de vida bucólico e a tranquilidade são as principais impressões daqueles que chegam em sua primeira visita à Prainha, que na verdade esconde uma trajetória de muita união e luta dos moradores a fim de assegurar seu direito de residir naquela área ocupada por seus ancestrais, desde o fim do século XIX. A identidade dos residentes na

Prainha está intimamente ligada ao binômio mar e terra. Esses dois elementos indissociáveis constituem a base dos costumes e do modo de vida dos pescadores, que, por estarem na base da estrutura produtiva da comunidade, regem toda a dinâmica da vida comunitária. É entre o mar e a terra que se divide a vida dos pescadores, uma vida descrita como muito difícil e ingrata por todos aqueles ligados direta ou indiretamente à pesca (Tupinambá, 1999).

Foto 7 – Moradores descansam depois de pegar cocos



Fonte: Elaboração própria

Foto 8 – Jangadas em uma competição na Prainha



Fonte: Caltabiano (2002)

O dia a dia dos pescadores é tomado em grande parte por suas idas e vindas do mar, onde realizam pescarias que duram de poucas horas a 2 dias, sendo as de dia inteiro as mais comuns. A divisão do trabalho da pesca é clara e respeitada, assim como a divisão dos

rendimentos da pesca e a dos riscos da profissão. Basicamente, o trabalho é dividido entre os mestres, os donos de jangada, os pescadores e os roladores. Resumindo, pode-se dizer que os primeiros são aqueles pescadores mais velhos que já conhecem o mapa do mar e conseguem reconhecer com certa confiabilidade onde haverá peixe. São eles que comandam as jangadas que se lançam ao mar e determinam onde ocorrerá a pesca. A eles cabe a maior parte dos pescados, até porque são normalmente mais velhos e chefes de famílias maiores e necessitam mais peixes para prover alimento a seus dependentes. A classe dos donos de embarcações confunde-se em parte com a dos mestres, mas não em termos absolutos pois há aqueles mestres que além de não terem conseguido juntar recursos para comprar uma embarcação, ainda não têm interesse em assumir os riscos e trabalhos associados à posse de uma jangada. O dono da embarcação é aquele que arca com os maiores riscos da pesca, uma atividade incerta por natureza, porém, ele também fica com grande parte dos pescados. Os riscos associados aos donos de jangada estão no fato de que ele é o último a pegar parte da pesca para si, e de que ele tem que arcar com os custos de manutenção da jangada e com os custos dos equipamentos de pesca utilizados, independentemente dos resultados da pesca. Além disso, cabe ao dono das jangadas o trabalho de manutenção das embarcações, inclusive o de “aguar” a jangada, que consiste em molhá-la diariamente para evitar problemas na estrutura de madeira.

Já os pescadores mais jovens, embora tenham assegurado para si o direito de serem pagos mesmo que a pesca não tenha sido muito boa, eles correm o risco de voltarem para casa sem peixe caso não se consiga pescar nada. Porém, a parte do pescado que lhes cabe é menor do que a do dono do barco e do mestre.

A outra categoria citada é a dos roladores. Seu trabalho, que é feito normalmente por jovens da comunidade consiste em trazer a jangada do mar até a terra firme “rolando-a” sobre troncos de coqueiros. Embora sua remuneração seja baixa, os roladores são os únicos que tem a garantia de pagamento. Eles recebem primeiro do que todos, e se a embarcação voltar apenas com 1 ou 2 peixes, esses têm que ser obrigatoriamente usados para pagar os roladores, ficando todos os outros sem nada.

Essa estrutura de divisão do trabalho é muito interessante e solidária pois garante a um número grande de pessoas a possibilidade de trabalhar com a pesca. Os rendimentos são

diretamente proporcionais aos riscos e à experiência, e portanto à idade e às necessidades das famílias dos pescadores.

Essa dinâmica impressa à produção do pescado se traduz nas relações sociais nessa comunidade, onde há uma diferenciação econômico-social muito baixa, e num sentimento de solidariedade entre todos aqueles envolvidos na pesca.

A maior parte dos entrevistados afirmou que as pessoas são muito solidárias umas com as outras, sendo comum a doação de muitas coisas por parte daqueles que têm uma condição de vida um pouco melhor, para os que têm mais dificuldade para sobreviver. Foi quase unanimidade entre eles afirmar que, embora a comunidade seja pobre, não há fome na Prainha. Frases como “só passa fome quem quer” foram ouvidas diversas vezes. Os moradores afirmam que para quem não tem o que comer em um dia, basta ir a praia e pedir um peixe para qualquer pescador, eles nunca se negam a doá-los aos mais necessitados. Segundo eles, isso é uma prática amplamente difundida e nota-se que isso dá uma coesão à comunidade.

A questão da venda dos pescados foi melhorada durante a última década. Como relata (René⁵), a criação de um entreposto de pesca fez com que um atravessador que comprava e comercializava todo o pescado da comunidade até o começo da década perdesse o monopólio da comercialização. Isso possibilitou a melhora nos preços recebidos pelos pescadores e, logo, uma melhora nos rendimentos de suas famílias. Além disso, o entreposto de pesca conseguiu diminuir muito a prática, comum até então, de pesagem do pescado em balanças adulteradas que o atravessador impunha. Foram a construção do entreposto, da fábrica de gelo e a aquisição de um veículo que pudesse levar o pescado para ser comercializado fora da Prainha que possibilitaram essa série de avanços. E isso tudo se deu através da ajuda da Associação de Moradores e do financiamento da “Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde”⁶. O preço hoje conseguido pelo pescado é muito bom se comparado com o de antigamente, e mesmo se comparado com os preços praticados nos mercados das grandes cidades, e garante aos pescadores um rendimento acima da média

⁵ René Schärer é um ex-executivo da empresa aérea Swissair que mora na comunidade desde 1991 e é uma das lideranças locais mais influentes, tendo participado ativamente da criação da Cooperativa de turismo e de tantos outros projetos da comunidade.

⁶ A Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde com sede na Suíça foi criada inicialmente por amigos do Sr. René Schärer e tem como finalidade financiar obras que visem a melhora da qualidade de vida na comunidade.

dos pescadores artesanais de outras comunidades. Além disso, o regulamento da pesca elaborado pelo conjunto de pescadores contribuiu para que a pesca se desse de maneira mais racional e que prezasse pela sustentabilidade da atividade no tempo. O fato de os próprios pescadores terem elaborado o regulamento fez com que houvesse grande concordância dos mesmos em relação à necessidade da regulação, assim como determinou o alto grau de respeito a esse. (Almeida, 2002, p.182).

A pesca é atividade principal da grande maioria das famílias, cerca de 61% das famílias têm ao menos um pescador em casa. No que tange ao tipo de pescaria, esta é realizada predominantemente com jangadas, havendo também botes e dois catamarãs comprados pelo entreposto de pesca. Durante o ano, pesca-se predominantemente peixes, o que constitui a base alimentar da população, porém não é suficiente para trazer muitos recursos para a comunidade. É com a pesca da lagosta, que se realiza somente em um determinado período do ano, que os pescadores conseguem ganhar mais dinheiro. Esses recursos recebidos são guardados para o ano inteiro e são extremamente importantes para eles. A dinâmica da pesca da lagosta é que determina a dinâmica da economia local, que está bem quando há fartura de lagosta, e mal quando falta lagosta na época certa.

A pesca artesanal vem enfrentando nos últimos anos uma forte concorrência de barcos motorizados, e, no caso da lagosta, a pesca com armadilhas feitas pelos moradores da Prainha vem enfrentando a concorrência da pesca predatória realizada com compressor de ar. Essa modalidade tem uma produtividade muito maior do que a das armadilhas, porém, uma vez realizada, pode inviabilizar a pesca artesanal durante um longo período de tempo, pois os mergulhadores capturam todas as lagostas, inclusive filhotes, não atentando para a necessidade de reprodução da espécie para garantir a continuidade da pescaria ao longo dos anos.

Hoje, os pescadores estão tentando viabilizar a criação de uma reserva extrativista marinha, dentro da qual seria permitida somente a pesca artesanal. Essa seria uma inovação importante na gestão costeira brasileira, e poderia servir como exemplo de forma de possibilitar a sobrevivência de toda uma cultura caiçara no litoral brasileiro. No próximo item será apresentado um pouco mais sobre a história da comunidade e alguns de seus desdobramentos para a formação de sua cultura

2. O nascimento do espírito comunitário e a luta da terra

De acordo com o que contam os moradores mais velhos da Prainha, e que está publicado no livro “Nossa história”⁷, a comunidade da Prainha do Canto Verde nasceu em meados da década de 1860 quando Joaquim “Cabloco” Fernandes de Nascimento (1853-1949) chegou ao local, com sua esposa Maria da Conceição “Filismina”. Segundo Schärer (2003)⁸, o casal teve 12 filhos dando assim origem à comunidade.

Porém, o primeiro relato oficial que se tem da comunidade data de 1928, quando 3 pescadores partem da Prainha com destino a Belém-PA a bordo de uma jangada, numa viagem perigosa que durou 15 dias e que teve como incentivo uma aposta entre amigos. Schärer (2003) afirma que, de acordo com relatos dos jornais “O povo”, de Fortaleza, e “Jornal do Norte”, de Belém, os pescadores chegaram a Belém em 7 de setembro e foram recebidos com 5 dias de festas na cidade.

Ainda de acordo com Schärer (2003), em 1974 a comunidade enfrentou um grande desastre: grandes chuvas inundaram a Lagoa do Jardim, destruindo a maioria das casas de taipa existentes, fato que deu início à mudança da população para outra parte da localidade.

Segundo o panfleto de apresentação da Prainha, em 1979 começam os problemas da comunidade em relação à posse da terra. O grileiro Antônio Sales Magalhães entra com um pedido de usucapião sobre as terras ocupadas pela comunidade, sem nunca lá ter vivido; porém, os moradores só tomam conhecimento da ação depois que já não havia mais como interrompê-la.

Entre 1981 e 1984, articulam-se os primeiros contatos da comunidade com o CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - para discutir o problema da posse da terra. Porém, em janeiro de 1984, um juiz

⁷ O livro “Nossa História” foi editado em 1998 em uma parceria da Escola Bom Jesus dos Navegantes, do Instituto Terramar e NEA-IBAMA, com o objetivo de ser um material didático para a alfabetização das crianças da escola, que fosse apropriado à realidade do dia a dia da comunidade.

⁸ O texto: *Um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará*, que ganhou o Prêmio Turismo Sustentável promovido por uma parceria SESC-SENAC, será citado como Schärer ao longo do texto pois foi publicado também por esse autor conforme descrito na bibliografia.

da comarca de Beberibe dá ganho de causa a Antônio Sales, concedendo-lhe a posse da terra pertencente aos nativos. Ele então vende as terras para a imobiliária Henrique Jorge⁹.

Em 1989, com ajuda do CDPDH, é fundada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, e nesse mesmo ano, os advogados do CDPDH conseguem anular a sentença sobre a posse da terra. A Associação tornou-se o grande fórum de debate entre os moradores e através dela eles conseguiram se unir e lutar pela posse da terra.

Veinha, uma das lideranças locais na época nos conta um pouco sobre como tudo começou:

“(O Tio¹⁰) Ele sempre dizia: Veinha daqui uns tempos essa casinha aqui vai ser tudo “ruado”, e isso aqui vai ser tudo loteado. Ele sempre dizia isso, só que o pessoal nunca, né (pensou que fosse verdade). Aí nós começemo a estudar, eu mais o Pilé (seu marido) de noite. Aí lá, que tinha uma professora, ela perguntou se a gente não tinha problema de terra nem nada, aí foi que eu lembrei. E a gente já tinha visto o pessoal medindo os morro pra acolá, aqui de trás (...) aí que tava acontecendo a venda de terra (...) aí foi que a mulher disse que se nós quisesse nós trazia um adevogado, aí nós dissemo que tinha acontecido isso e aí disseram que o dono dacolá, duns mato tinha vendido uns pedaço de morro (...) e quem comprava botava até a praia (...) por isso que o Tio já andava dizendo isso, que ele já tava dizendo que as casa tinha que ser junto que o resto ia lotiá (...) aí foi que eu mais o Pilé, lá na escola, a gente abriu um momentozinho de debate, expricando pras pessoas que tavam lá”

Nos dias das assembléias em Beberibe, eram organizadas passeatas dos moradores, que segundo Veinha, cantavam musicas compostas por artistas da comunidade, como:

“Nosso direito vem, nosso direito vem, se não vim nosso direito o Brasil perde também.
Tu é porque é muito rico e tem gado com fartura, tu negasse o teu irmão, esse pobre sem figura,
Foi dado com seu mistério, um dia no cemitério nossas carne se mistura.
Nosso direito vem, nosso direito vem, se não vim nosso direito o Brasil perde também”

⁹ A imobiliária Henrique Jorge é uma imobiliária muito conhecida no Ceará, e tem outras pendências judiciais decorrentes de casos de grilagem de terras

¹⁰ O Tio é morador da comunidade porém trabalhou para Antônio Sales (grileiro original) e hoje trabalha para Henrique Jorge. Ele é a favor do loteamento da área e chegou a prestar falso testemunho perante um Juiz conforme afirma Veinha: “O Tio foi testemunha como aqui não morava ninguém, inté ele, ele sonegou, que ele morava já aqui. Foi, quando ele foi ser lá testemunha desse Antônio Sales”

Foto 9 – Moradores protestam em Beberibe



Fonte: COOPECANTUR

Em 1991 acontece algo que vai dar um grande incentivo para a organização da comunidade, divulgação de seus problemas e que trará recursos para a Prainha. Chega à comunidade o suíço René Schärer, ex-executivo da empresa aérea Swissair. Sua chegada causou tumultos entre as pessoas da comunidade que no início o viam com receio de que ele fosse outro grileiro que quisesse se apoderar das terras dos nativos. Foi controversa a aceitação para que ele lá pudesse residir.

Entretanto, aos poucos, o Sr. René, como ele é conhecido ainda hoje, foi mostrando que estava lá para ajudar a comunidade a melhorar sua qualidade de vida, e acabou ganhando a simpatia da imensa maioria da população da Prainha. Segundo René, isso fazia parte de um projeto de vida pessoal de dedicar uma parte de sua vida ao trabalho social, ao invés de seguir a carreira profissional até a aposentadoria. Em relato, D.Mirtes, que aluga quartos domiciliares, nos revela a importância do Sr. René para a comunidade.

“O Sr René, ele é uma pessoa que dá muita força em tudo, tanto na associação quanto na cooperativa. Ajuda na palavra (...) mostra caminhos, abre caminhos. Sempre uma pessoa que se reuniu com a gente, se organizou muito, que sempre ele tá dando uma força, sempre ele tá ali, vai buscar, viaja pra buscar mais recursos, abrir assim, a mente da gente e orientar. Eu sei que a gente, eu pelo menos, agente deve uma homenagem muito grande ao Sr René. Porque ele ajuda muito tanto na associação como na cooperativa, porque a cooperativa mesmo foi idéia dele. Também teve a participação do Terramar e da comunidade. A associação é pai e mãe de tudo”.

Ainda em 1991, René funda a Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde, uma ONG (Organização Não-Governamental) com sede na Suíça. O objetivo de René era angariar fundos de amigos seus no Brasil e no exterior para promover a melhora das condições de vida da comunidade.

A viagem S.O.S. Sobrevivência acontece em 1993 e dá visibilidade nacional aos problemas enfrentados pelas comunidades praianas no Ceará, quais sejam, o problema da grilagem de terras, da pesca predatória, do turismo selvagem e da falta de apoio governamental. A viagem ocorreu a bordo de uma jangada com 4 pescadores que percorreram o trajeto Prainha – Rio de Janeiro durante 76 dias, e contava com o apoio terrestre de duas mulheres que eram responsáveis por fazer o contato com pescadores e ONG's locais, recolher assinaturas e organizar protestos.

Desse protesto nasce a ONG (Organização Não-Governamental) Instituto Terramar, que tinha como principal objetivo levar à frente as bandeiras do protesto e “promover, organizar e incentivar o desenvolvimento integrado (social, econômico, tecnológico, ambiental, político e cultural) junto às populações costeiras cearenses, procurando a melhoria da sua qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia” (site Instituto Terramar). A partir daí, aceleram-se projetos que visavam melhorar a qualidade de vida dos moradores da Prainha, e grande parte com auxílio do Instituto Terramar e dos Amigos da Prainha. Entre eles, destacam-se o projeto “Criança Construindo”, na área de educação, o projeto de erradicação da mortalidade infantil, a Escola dos Povos do Mar¹¹, os recifes artificiais de pneu reciclado e a compra do catamarã entre outros que serão explicados posteriormente.

Por outro lado, a década de 1990 é marcada por constantes ameaças por parte da imobiliária Henrique Jorge aos moradores, dentre as quais a destruição da creche que estava sendo construída, ameaças de morte a líderes comunitários, queima de casas, impedimento de construção de novas casas e uma tentativa de cercamento da área.

¹¹ O projeto da Escola dos Povos do Mar é um projeto no qual tenta-se adequar o currículo tradicional ao calendário e às necessidades dos pescadores. Lá, além dos conteúdos normais, são passados pelos pescadores mais velhos conhecimentos sobre a pesca artesanal, técnicas de navegação, conhecimentos sobre o ambiente litorâneo etc. Além disso, outros conteúdos também são contemplados como desenvolvimento sustentável, associativismo etc. O público alvo é o de pescadores e jovens com pouco ou nenhum domínio da escrita

Porém, o que a imobiliária não percebeu é que quanto mais ameaças ela fazia, mais mexia com o brio dos moradores da Prainha, que se organizavam cada dia mais para lutar pela posse da terra. As reuniões da Associação passaram a fazer parte da vida cotidiana dos moradores, os quais incorporaram um espírito de luta comunitária muito forte, sendo hoje uma das características essenciais que sustentam a organização da comunidade, sua independência e o próprio projeto de turismo comunitário. A luta pela terra tomou proporções enormes, sendo vivenciada por grande parte da comunidade, que fez protestos, passeatas e ganhou espaço na mídia. Além disso, esse processo se juntou à luta de muitas outras comunidades pesqueiras no Ceará, que resultou na organização de fóruns de discussão entre as comunidades.

Em depoimento, D.Mirtes faz um relato sobre a luta da terra e a importância que isso teve para a comunidade.

“Pra falar a verdade, tudo, tudo mesmo que fez a gente se movimentar mesmo foi a luta da terra, porque a luta da terra mexeu com muita coisa, uma luta que a gente sempre segurou até as pontas e por causa dessa luta a gente teve muitas portas se abrindo pra gente, a gente teve muita ajuda das pessoas de fora. Porque não é fácil a gente ter resistido até agora, uma luta dessas, porque não é fácil mesmo. Aí as pessoas acham que a gente têm capacidade mesmo de enfrentar qualquer coisa, de conseguir qualquer coisa. E foi através da luta da terra que a gente conseguiu tudo isso (...)

Porque antes da luta da terra, pra falar a verdade, nem onde morar a gente tinha. Porque cada um de nós tinha uma casinha de palha, só mesmo as paredes em pé, porque a gente tinha medo de fazer uma casa melhor porque a imobiliária dizia que se a gente fizesse uma casa melhor, trazia um trator e passava por cima, se a gente plantasse um pé de coqueiro, eles vinha e arrancava. E ficava fazendo chantagem. Então a gente se acomodou, se acomodava e tinha medo disso tudo, né. A gente pensava: se eles compraram, é deles. Se eles compraram, a gente tem mais é que sair... antes a gente pensava assim (...)

Quando apareceu uma pessoa que iluminou a gente, que disse que a gente tinha direito disso aqui porque a gente era nativo, que só restava buscar esses direitos, só precisava a gente se encorajar, e se juntar, e se reunir pra buscar esses direitos, só faltava isso pra gente ter nossos direitos na mão. Então foi aí que nós começou a luta. A gente se reunia de baixo de palha, chamava gente pra conversar, gente de fora, gente que entendia das coisas, foi aí que chegamos no centro de defesa (...) nós fizemos um seminário muito grande, de uma semana. Muitas comunidades vieram, cada comunidade discutia seus problemas (...) nós saía daqui e ia pra outras comunidades (...)

Pra mim foi muito bom...foi muito marcante, deixou muita marca na gente. Uma coisa que fez a gente viver, sabe? As ameaças que a gente recebeu (...) Ainda emboscaram o advogado, mas graças a Deus nunca houve morte, não. A gente vivia com o coração na mão, mas nem com as ameaças que fizeram (...) Eu dizia, na época, se eu morresse, morria por uma causa justa (...) Até a Justiça

nessa época era contra nós, o Prefeito era um covarde, era contra nós. Porque quando a autoridade é do lado da gente tudo bem. A gente se sente fortalecido”.

O maior exemplo da luta comunitária ocorreu em 2001, quando um mutirão de moradores da Prainha e comunidades vizinhas derrubou a cerca colocada por Henrique Jorge, em uma ação escondida e planejada, que durou apenas alguns minutos segundo relatos. D.Mirtes, que aluga quartos domiciliares, nos conta um pouco:

“Dentro de talvez, não foi nem 5 minutos, a gente botou tudinho a baixo, era muita gente”.

Ainda em 2001, a comunidade obtém uma vitória por unanimidade no Tribunal de Justiça do Ceará quanto à posse da terra. A decisão considera a ação de usucapião indevida e a classifica como ato de grilagem. Isso é considerado pelos moradores como uma vitória quase definitiva. Porém, ainda no mesmo ano, a imobiliária recorre contra a decisão, mas não consegue reverter a situação. Finalmente, em 2002, a imobiliária recorre ao Supremo Tribunal Federal para julgar a causa em última instância, e a comunidade aguarda a decisão judicial com a certeza de que a resolução será em favor dos moradores.

Tupinambá faz uma análise em que tenta tecer uma teoria sobre conceitos de sustentabilidade (espacial, econômica, ecológica, social etc), específicos para as comunidades pesqueiras do Ceará. São muito interessantes os resultados a que ela chega, e no que tange à dimensão espacial da sustentabilidade, suas principais conclusões são as de que “(...) a garantia da posse e uso da terra é um elemento forte que assegura essa dimensão” (1999, p.79). A insegurança em relação à regulamentação da terra é apontada como um grande causador de desarticulação em muitas comunidades que enfrentam situações semelhantes à da Prainha. Essa situação facilita a especulação imobiliária tanto pela possibilidade de grilagem (que é encarada como legítima por algumas famílias mais humildes), como porque cria-se um incentivo à venda de terrenos já que não há segurança sobre a permanência neles. Para ilustrar a questão da falta de regulamentação, pode-se citar uma pesquisa feita em 1997 pela autora, que constatou que 90% das famílias não tinham escritura das casas onde moram.

Entretanto, a própria comunidade, ciente de que a regulamentação das propriedades ainda demoraria por vir, e de que havia o risco de alguns moradores se deixarem seduzir

por ofertas de forâneos para a compra de suas casas, resolveu instituir um regulamento para o uso e ocupação da terra nos limites da Prainha¹². Mesmo sem um estatuto jurídico reconhecido (e portanto sem a possibilidade de impedir a especulação imobiliária, mas com a função de dificultá-la), lá estão as normas de uso e posse da terra que vêm do *Direito de costume* lá instituído através dos anos, e que devem ser respeitadas por todos os moradores da Prainha. Por esse regulamento, definem-se normas que regulam o uso da terra como local de moradia (quem tem direito a moradia, tamanho do lote, restrições à comercialização, padrão de construção, e necessidade de concessão de Alvará pela Associação dos Moradores); estabelece áreas comunitárias (uso de terras para plantios etc); proíbe a venda de terrenos e casas para pessoas de fora da comunidade; regulam uso de terras para fins comerciais (limitação de um estabelecimento por família, necessidade de prévia aprovação do projeto pela Assembléia), e estabelece regras para o uso da terra com finalidades públicas (igrejas, hortas, praças, escolas etc). Tupinambá lembra ainda que é necessária também uma regulação da relação sociedade-natureza para as áreas associadas à comunidade, como é o caso da Lagoa do Córrego do Sal.¹³

Um aspecto constatado pela associação é o de que, o nível de consciência sobre o direito à terra cresceu muito na última década, como afirma Beto (presidente da Associação dos Moradores):

“Há uns dez anos atrás, 50% da comunidade, eles achavam que a terra tinha que ser preservado pros nativos, e talvez uns 50%, segundo nossos cálculos achavam que a terra tinha que ser pros nativos mas tinha que ser aberta também pra aquele (de fora) que quisesse fazer pousada, hotel ou grandes negócios aqui na comunidade (...) hoje, na última pesquisa que a gente teve em 2002 mostrou que 99% dos moradores acham que a terra tem que ser preservada pros nativos”

Porém, Beto lembra que esse nível de conscientização não nasceu espontaneamente, mas sim, é derivado de um longo percurso.

“Hoje, toda essa consciência de que tanto eu como várias pessoas têm do associativismo e o cooperativismo ser o ideal pro desenvolvimento da comunidade vem pelo histórico da nossa comunidade, nós somos uma comunidade que nós tamos com 22 anos de organização (...).

¹² Documento em anexo

¹³ A Lagoa do Córrego do Sal fica a cerca de 500 metros da comunidade e é um importante ecossistema utilizado para plantação, pesca e extrativismo pela comunidade

Isso não é fácil, esse nível de conscientização é um nível de conscientização que você consegue há muitos anos e assim que a gente não sabe totalmente explicar. O que a gente diz é que isso é uma conquista que vem de tanto conhecer outras comunidades, de tanto discutir junto com os outros, de tanto chegar a uma proposta comum com várias comunidades que você chega, então isso aqui é o ideal”

Hoje, o desfecho jurídico sonhado pelos moradores para a questão da terra ainda terá um longo caminho, porém as chances de isso ocorrer são grandes, devido às vitórias que eles têm obtido nos últimos julgamentos. Fala-se em primeiro conseguir uma posse coletiva da terra por usucapião para depois transformar a área em uma Reserva extrativista, na qual a Associação tivesse competência jurídica para formular as regras de ocupação do solo. Isso teria implicações muito positivas para a percepção da população de que sua vida melhorou, pois a posse da terra e a fartura de peixes são pontos fundamentais em suas vidas. Sobre essa auto-avaliação do que seria qualidade de vida, trataremos no próximo item.

3. Qualidade de vida na Prainha

A qualidade de vida da população da Prainha é um dos enfoques centrais desta monografia. Conforme apresentado na parte I, parte-se do pressuposto de que o objetivo das comunidades seria a melhora da qualidade de vida de uma parte significativa de uma população, como proposto pela teoria do desenvolvimento sócio-espacial de Souza (1999).

Porém, reconhece-se que a mensuração de níveis distintos de qualidade de vida é um assunto complexo e polêmico porque é problemático tentar entender e comparar a qualidade de vida de populações distintas usando dos mesmos indicadores impostos de fora pra dentro.

Somente os atores locais é que sabem o que lhes traz felicidade e conforto. Aquilo que melhora sua qualidade de vida. A qualidade de vida de uma população “...depende de muitos fatores, que se relacionam no tempo e no espaço. Fatores que vão determinando o nosso viver, nossa satisfação e nosso impacto no ambiente.” (Almeida, 2002, p.126)

Almeida afirma que o primeiro passo para melhorarmos a qualidade de vida é identificar qual é o nosso conceito de qualidade de vida, “...para qual possamos identificar o que nos aproxima e o que nos distancia deste ideal e, assim, através de constante auto-

avaliação, seguimos nosso caminho, construindo passo a passo, dia a dia, uma vida com a qualidade necessária e desejada por nós”. (p.127)

Por isso, num trabalho pioneiro e muito interessante, Almeida (2002) tenta avaliar a qualidade de vida na comunidade não pelos indicadores tradicionais, mas sim através de indicadores criados conjuntamente pela população local e por ele. Esses indicadores foram fruto de dinâmicas de grupo realizadas com a população local, nas quais tentou-se fazer uma ponte entre os indicadores tradicionais e aquilo que a população identifica como realmente importante para sua qualidade de vida.

Não se quer negar a importância da mensuração de índices de qualidade de vida tradicionais, utilizados em medidas como IDH e outras. Pelo contrário, reconhece-se a utilidade desses índices principalmente para a comparação entre as condições de vida das diversas populações. Entretanto, a argumentação vai no sentido de que indicadores localmente construídos podem ser interessantes para complementar a análise, e dar suporte para a elaboração principalmente das políticas locais, além de possibilitar e estimular o debate entre os agentes das comunidades. Esses índices conseguem captar aspectos que passam despercebidos aos outros, fatores que, muitas vezes, são centrais na percepção de felicidade e qualidade de vida de muitos indivíduos.

Os pontos levantados pela população da Prainha como determinantes de sua qualidade de vida são:

“Moradia de qualidade (regularização da posse, casa de alvenaria, com plantas ‘fruteiras, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais’, ventilação, alpendre, quintal, banheiro, água encanada e telefone), estudo, saúde, organização, segurança, lazer (espaços para as crianças brincar), placas de trânsito, peixe no mar, jangadas, coqueirais, pássaros e plantas e energia” (Idem, p.127).

A metodologia utilizada é resumida por Almeida como “passos para a construção de indicadores e índices de qualidade de vida”, numa tentativa de apontar uma metodologia que pudesse ser aproveitada para outras localidades. Brevemente, os passos seriam: apresentação do projeto na comunidade e formação do Grupo de Estudo; nivelamento de conceitos; definição das Necessidades das Famílias; identificação de recursos comunitários e construção do Ideal do suprimento de cada Necessidade (orientado por princípios de sustentabilidade); escolha de Indicadores para cada Necessidade; avaliação dos Indicadores em relação aos critérios de sustentabilidade; elaboração de Índices de Qualidade de Vida; coleta de informações a partir de questionários; análise e divulgação do resultado.

Isso pode ser resumido em um ciclo chamado pelo autor de “Esquema do Processo de Monitoramento”, que seria constituído por 4 etapas: sonhar o ideal, escolher indicadores, coletar informações e interpretar o resultado. Essa interpretação serviria tanto para uma nova etapa de sonhos como de base empírica para a definição de prioridades de políticas a serem implementadas (Idem, p.186). O autor sugere que esses ciclos sejam repetidos periodicamente para que se tenha uma noção da evolução da qualidade de vida e para que se possa avaliar as políticas implementadas pelos organismos políticos locais (Associações, Prefeituras etc).

Foram construídos 13 indicadores gerais, conforme o identificado pelos moradores, quais sejam: educação, alimentação, saúde, cultura e lazer, trabalho, organização, lixo, transporte, água, energia, segurança, moradia e pesca. E cada um desses é formado pela média aritmética de alguns indicadores específicos da área. Uma das formas de apresentação dos indicadores é uma teia na qual determinam-se níveis para cada indicador e se pode visualizar numa escala comum aquele que apresentou pior desempenho (Idem, p.185).

Embora o trabalho tenha sido um grande avanço na área, o autor peca em um quesito quando tenta comparar os diversos indicadores gerais. Como os índices foram elaborados numa escala fixa de 0 a 100, deve-se tomar o cuidado para que a comparação entre os diferentes índices possa ser feita. Em alguns casos, nota-se um viés em alguns indicadores que são fruto de um peso igual a fatores que claramente tem pesos e escalas diferentes. Ou seja, deve-se ir além da média aritmética entre os diversos componentes dos indicadores, colocando pesos nos diversos índices e estabelecendo metas individuais, identificando o que seria bom, médio e ruim (ou seja, uma escala do espectro de possibilidades) para cada item. Só assim, pode-se comparar um índice geral de educação com um de saúde por exemplo, e não pela simples comparação entre taxa de matriculados e taxa de pessoas que recebem assistência médica. A comparação entre os indicadores também é problemática à medida em que revela diferentes níveis de exigência e domínio do assunto por parte da população; isso deveria ser levado em conta quando da comparação.

Como destaques sobre a qualidade de vida, levantaremos alguns pontos abordados, sendo um indicador de cada área:

Tabela 1**Exemplos de alguns indicadores de Qualidade de Vida na Prainha**

Organização	Famílias que participam das reuniões e atividades da Associação	40,60%
Educação	Famílias que participam das atividades da escola	69,00%
Saúde	Famílias que recebem visitas dos agentes de saúde	87,20%
Alimentação	Famílias que fazem trocas de alimentos	24,20%
Trabalho	Famílias que recebem salário equivalente a R\$35,00/pessoa/mês	41,20%
Moradia	Famílias conscientes do direito à terra para os nativos	99,40%
Água	Famílias que possuem poço a mais de 15 metros da fossa ou banheiro	33,30%
Energia	Famílias conectadas à rede elétrica	76,40%
Lixo	Famílias que acham que o lixo pode gerar problemas	98,90%
Segurança	Famílias que não consideram roubos e furtos um problema presente	87,20%
Cultura e Lazer	Famílias que costumam ajudar na organização das festas tradicionais	48,40%
Transporte	Famílias satisfeitas com a qualidade dos transportes coletivos	54,20%
Pesca	Pescadores que conhecem e concordam com regulamento com. da pesca	95,30%

Fonte: Almeida, 2002, pp.130-180

No geral, observou-se índices problemáticos nos temas alimentação, trabalho e organização, porém, como já afirmado, esses índices gerais (de educação, saúde etc) não podem não ser comparados entre si, dado que seus componentes não foram ponderados pela sua importância nem pela sua escala.

Porém, aspectos positivos realçados por Almeida como saúde e educação são evidentes e consensuais nos diversos trabalhos já realizados na Prainha. Nesses quesitos, a situação na comunidade difere muito daquela encontrada na grande maioria das comunidades litorâneas nordestinas.

No que diz respeito à saúde, quase a totalidade das famílias recebe visitas dos agentes de saúde, e grande parte está satisfeita com o serviço. Além disso, a comunidade conta com um posto de saúde que recebe médicos e enfermeiras algumas vezes por semana, e possui um veículo que serve como ambulância para casos urgentes. Há transporte gratuito também para Beberibe, para efetuar tratamentos odontológicos.

Soma-se a isso a erradicação da mortalidade infantil conseguida em meados da década passada, que foi atingida através de um projeto levado a cabo na década de 90 que enfatizou a conscientização das mães sobre higiene e necessidade de amamentação, entre outros. Esse projeto teve participação decisiva dos agentes de saúde, do sr. René, da Associação dos Moradores e dos Amigos da Prainha do Canto Verde. A partir de um

levantamento feito por Marialda M. Christoffel¹⁴, elaborou-se um programa de aleitamento materno¹⁵.

No que tange à educação a situação é mais distinta ainda. A escola possui uma infra-estrutura e recursos materiais de boa qualidade, além de um projeto político-pedagógico inovador com ênfase na formação intelectual, social, crítica, política, econômica e cultural dos alunos (Almeida, 20002, p.135).

A melhora na escola foi fruto do esforço principalmente do Instituto Terramar, da comunidade e dos recursos do projeto “Criança Construindo”. Os professores têm hoje uma formação muito melhor e a escola trabalha temas locais e interdisciplinares, privilegiando a construção coletiva do conhecimento (Idem, p.135).

Hoje, alguns alunos freqüentam o ensino médio com transporte gratuito, o que possibilitará à comunidade, em breve, dispor de jovens com uma boa formação e com possibilidades de serem líderes locais que poderão, inclusive, levar adiante o projeto de turismo comunitário. Além disso, conseguiu-se uma forte adesão dos pais ao dia-dia da escola, o que deslocou a escola para uma posição central na comunidade.

Isso tudo teve como resultados uma educação de qualidade que se diferencia muito da realidade das outras comunidades litorâneas nordestinas, e uma alta taxa de matrícula. Agora, daremos início à discussão sobre como se formou um projeto de turismo a partir de todo o histórico da comunidade que fora discutido até agora.

4. O turismo na Prainha do Canto Verde

4.1 “O turismo que nós queremos”: a gênese de um projeto de turismo comunitário

Somente no ano de 1993 é que a comunidade começou a discutir sobre qual seria a postura da Prainha quanto ao turismo, que eles sabiam que mais cedo ou mais tarde chegaria à comunidade, assim como chegou a todas as praias que estão à sua volta. Os moradores estavam cientes de que de alguma forma o turismo chegaria lá, ou pela construção de grandes hotéis, ou pela construção de casas de veraneio ou pelas excursões de fim de semana. Como nessa época já havia algum intercâmbio de idéias entre as

¹⁴ Apresentado como dissertação de mestrado junto à Escola Paulista de Medicina em 1994.

¹⁵ O programa consistia em doação de cestas de alimentos para as mães que amamentassem seus filhos durante 6 meses e foi patrocinada pelos Fundação Amigos da Prainha (Tupinambá, 1999, p.89).

lideranças locais das praias do litoral leste (no Conselho Pastoral dos Pescadores, no Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza e através do Instituto Terramar), já havia algum consenso de que o turismo era uma coisa perigosa para a comunidade, pois poderia trazer muitos elementos desagregadores,, como trouxera no caso de Canoa Quebrada e Praia das Fontes, por exemplo.

Logo, com o auxílio do Sr.René, as discussões sobre turismo se tornaram mais freqüentes e mais profundas, buscando se chegar a um consenso sobre que tipo de turismo poderia trazer empregos para a comunidade sem desvirtuar seus valores morais e culturais, nem tirar a paz da comunidade.

Conforme relatado por Schärer (2003), por incentivo do Sr.René, em 1994, um grupo de estudantes que cursavam o segundo grau em Fortaleza - possibilitado por bolsas de padrinhos no exterior - ficou responsável por fazer uma pesquisa na Prainha e nas comunidades ao redor sobre quais seriam as vantagens e problemas trazidos pelo turismo. Em termos gerais, foi apontado como benefício a geração de renda, porém, as desvantagens foram predominante relatadas, dentre as quais: aumento da prostituição, da criminalidade, e do consumo de drogas; o fato de a propriedade de hotéis, lojas e restaurantes ser de pessoas de fora das comunidades; a não empregabilidade das pessoas da comunidade nos hotéis (precisavam de mão de obra mais qualificada); a falta de empregos seguros; o fato de os pescadores já não irem para o mar e de não haver mais espaço para a construção de casas para os filhos dos pescadores. Esse relatório ajudou a população a se conscientizar de que esse turismo não traria benefícios para a comunidade.

Logo após isso, em 1995, foi criado um grupo de trabalho para estudar e debater sobre qual seria o tipo de turismo benéfico para a comunidade, porém, conforme relatado por Schärer, os dois anos seguintes foram muito agitados quanto às brigas pela terra e interditaram o debate, que só foi retomado em 1997, quando da criação do Conselho de Turismo.

Foi esse conselho que organizou, com ajuda financeira dos Amigos da Prainha e apoio do Instituto Terramar, o “Seminário de Turismo Comunitário”, em 1998, que pode ser considerado o início do projeto turístico da Prainha. Durante 3 dias, moradores, prefeitura, ONGs, profissionais do turismo e lideranças de outras comunidades discutiram e elaboraram um projeto de turismo para a Prainha. Ficou decidido que o turismo seria

operacionalizado pela COOPECANTUR (Cooperativa de Turismo e Artesanato), e que sua gestão seria acompanhada pela Incubadora de Cooperativas da UFC (Universidade Federal do Ceará).

A Cooperativa fora escolhida como forma para organizar o turismo pois era desejável que a renda deixada pelos turistas fosse dividida entre o maior número possível de pessoas. Além disso, o cooperativismo teria muito a ver com o espírito comunitário que eles desejavam manter entre as pessoas.

Porém, não se optou por uma Cooperativa de Produção com propriedade coletiva dos bens de produção, mas sim por uma forma híbrida que combinasse distribuição de renda com incentivos à iniciativa e criatividade individuais. Ou seja, a propriedade dos estabelecimentos seria, em sua maioria, privada, mas a gestão do turismo como um todo seria comunitária, e haveria distribuição dos turistas entre os diferentes ofertantes, eliminando o problema da concentração dos rendimentos.

Segundo René, essa opção foi acertada pois gerir uma Cooperativa com propriedade coletiva seria muito mais difícil, dado que não haveria dinheiro para investir na construção de pousadas, e não haveria um grande incentivo para que as pessoas se empenhassem em seus trabalhos inicialmente. O processo de treinamento em cooperativismo teria que ser muito mais profundo, e não sendo uma iniciativa dos próprios moradores, e sem um acompanhamento mais próximo por parte da incubadora, seria realmente mais difícil o sucesso do projeto turístico.

Decidido qual seria a forma de organização da economia do turismo, restava decidir que tipo de turismo e de turista que seria desejado pela comunidade.

O objetivo principal da implantação do turismo na Prainha foi claramente definido como:

“Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores; preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região”.

Além desse objetivo central, segundo Schärer (2003, p.332), destacam-se também:

“(...) a vontade de desenvolver o turismo de forma sustentável, sem dominação de investidores externos para que o lucro fique dentro da própria comunidade e os problemas normalmente associados ao turismo convencional (poluição, drogas e prostituição) fiquem fora”.

E no relatório do seminário fica também discriminado muito claramente qual seria o público desejado como turista para a Prainha:

“São pessoas que procuram a tranquilidade e a beleza natural da região, que se interessam pela cultura e tradição dos Povos do Mar e se engajam na preservação do meio ambiente. São ecologistas, membros de ongs, estudiosos e estudantes de Geografia e Turismo, movimentos de direitos humanos e grupos de igrejas. São pessoas que possam abrir mão de piscinas, butiques e da vida noturna agitada”

Esses conceitos acima formam o que os moradores chamam de “o turismo que nós queremos” e “os turistas que nós queremos”.

Foto 10 e 11 – Placas na comunidade



Fonte: COOPECANTUR

Nota-se que há uma restrição de nicho de público muito grande, e que somente um turismo que realmente acrescente algo para a comunidade seja tido como desejável, fechando-se as portas para todo o turismo que traga o que fora chamado por eles de “os efeitos perversos do turismo”. O público que se quer atingir é formado por um grupo de pessoas muito restrito e específico, mas que, no entender dos moradores, teria mais chances de não trazer problemas para a comunidade.

O marketing turístico deveria voltar-se especificamente para esse público, rejeitando-se a idéia de “receber quanto mais turistas melhor”. A idéia era que a grande propaganda fosse feita pelas pessoas que já passaram por lá e que convidariam amigos para conhecer a experiência da Prainha, e assim tem sido. Além disso, é promovido algum

marketing em Congressos sobre turismo e encontros de organizações ligadas ao turismo. O fruto dessa estratégia pode ser percebido pelo grande número de estudos, teses e dissertações que têm sido feitos sobre a Prainha por estudiosos do Brasil e do mundo.

Isso teve também como resultado a inclusão da Prainha no guia de turismo comunitário da ONG inglesa “Tourism concern”, chamado “The Good Alternative Travel Guide” (Guia do bom turismo alternativo). Além disso, o projeto de turismo ganhou também um prêmio para turismo socialmente responsável - TODO 99 - concedido pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Grupo de estudo para turismo e desenvolvimento), com o apoio dentre outros do Governo Federal alemão e austríaco.

Quanto aos turistas de excursões, que, segundo relatos, vão aos domingos à Prainha, deixam lixo na praia, fazem bagunça e ainda por cima não gastam dinheiro na comunidade, ficou decidido tentar educá-los e conscientizá-los para que não mais poluam a praia, cuidem de seu lixo etc. Entretanto, nota-se que ainda hoje essa estratégia quanto aos piqueniques ainda não foi implementada, por falta de recursos para a confecção de panfletos e pagamento dos guias, e pela falta de organização do grupo dos Guias de turismo.

Outra resolução do seminário foi que deveria-se zelar pelo fortalecimento da cultura e das tradições culturais locais e pelo não desvirtuamento dos hábitos locais pela chegada dos turistas. Assim, passou a ser incentivado a participação dos jovens nos eventos comunitários. Foram também organizados cursos destinados aos jovens sobre sexualidade e drogas. O medo maior dos moradores era que o turismo acabasse com o que eles consideram as maiores atrações da Prainha: a tranquilidade, a paz, o espírito comunitário e a possibilidade da interação com os moradores. Schärer cita a declaração de um turista francês como esclarecedora disso: “Aqui o turista se adapta aos nativos e não o contrário”. O objetivo era manter esse espírito para sempre. E isso tem se mantido, principalmente porque os moradores da comunidade têm o controle da gestão do turismo, como será discutido a seguir.

4.2 . O turismo auto-gestionado: a comunidade como gestora independente

O projeto de turismo escolhido, conforme já explicitado, foi o da constituição de uma cooperativa de turismo, a qual ficaria responsável pela gestão do turismo na

comunidade. Entretanto foi mantida a propriedade privada dos estabelecimentos comerciais, que seriam apenas filiados à cooperativa e pagariam uma anuidade (que tem valores que variam desde R\$5,00 para os guias de turismo até R\$40,00 para as pousadas), além de uma taxa de 10% sobre a renda recebida dos turistas que foram intermediados pela cooperativa. A cooperativa é, na verdade, durante os períodos normais, apenas uma intermediária que recebe os turistas e os apresenta às diversas opções de hospedagem, alimentação e lazer. É durante o turismo de eventos que a cooperativa entra em ação mais direta. Além disso, a divisão do trabalho entre os componentes dos diversos grupos da cooperativa é que a caracterizam como um empreendimento solidário e um instrumento eficiente de repartição da renda pela comunidade. Posteriormente será explicado melhor o que são e como funcionam esses grupos e será feita uma discussão sobre como se encaixa essa cooperativa numa perspectiva da economia solidária e quais os desdobramentos de sua organização específica.

A Cooperativa possuiu um estatuto, além de um regimento interno que regulam sobre seu funcionamento¹⁶. Este, fora construído pela comunidade em uma parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Ceará. De acordo com esse documento, são elegíveis para a serem membros da cooperativa todos os sócios da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, o que faz com que somente moradores da Prainha possam ser prestadores de serviço da Cooperativa. Estava previsto no estatuto a criação de quotas-parte da cooperativa, porém o baixo poder aquisitivo de seus membros fez com que isso nunca chegasse a ser implementado. No artigo segundo do estatuto, ficam claros os objetivos e atribuições da cooperativa:

Art. 2º - A Sociedade objetiva, com base na colaboração recíproca, a que devem se obrigar seus associados, visando *estimular* a permanência de turistas na Comunidade de Prainha do Canto Verde e seus arredores para melhorar o bem-estar dos moradores:

I - promover o estímulo do desenvolvimento sustentável, a defesa e o aproveitamento do potencial turístico em todo e qualquer setor;

II - a venda ou reserva de hospedagens nas casas, pousadas, albergues, campings ou hotéis de propriedade sua ou de seus associados;

III - a venda de passeios turísticos, por meio de carro, jangada, catamarã, charrete ou cavalos seus ou pertencentes a seus associados;

IV - o transporte de turistas até sua área de atuação;

¹⁶ Documento anexo

V - a venda de bebidas, refeições e similares (inclusive em pacotes turísticos) nos estabelecimentos seus ou de seus associados;

VI - a venda de artesanato e de outros artigos para turistas e outros consumidores;

VII - o aluguel de instalações de propriedade da comunidade ou dos seus associados para uso como centro de turismo e convenções, seminários, cursos e outros eventos de reuniões;

VIII - a prestação de serviços de guia de turismo, guia de trilhas ecológicas e de organizadores de eventos, shows, reuniões e convenções.

Além disso, a cooperativa ainda é uma organização informal, não tendo registro em cartório. Segundo depoimentos, ainda não houve necessidade de regulamentá-la porque usa-se a pessoa jurídica da Associação para a realização de contratos. A burocracia para a criação de cooperativas no Brasil é vista como um dos entraves que dificultam a regularização desta, que, no entanto, faz parte dos planos dos cooperados.

O Estatuto segue o modelo tradicional de cooperativas populares, sendo a assembléia geral formada por todos os cooperados sua instância decisória máxima. No estatuto, está também conservada a livre adesão de novos cooperados, o que é um ponto essencial a qualquer cooperativa popular.

Para as decisões de dia-dia da cooperativa, uma diretoria é constituída por cinco membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Diretor de Finanças e um Diretor de Relações com a Comunidade, mais 5 diretores conselheiros, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 anos (7 dos 10 diretores deverão ser representantes dos 7 grupos de prestação de serviço – 1 de cada grupo). Além de um conselho fiscal constituído por 3 membros.

Agora serão apresentados vários itens que dizem respeito ao funcionamento da cooperativa e seus programas implementados até hoje.

Funcionamento

A cooperativa foi dividida e organizada em 8 grupos de trabalho separados por atividade exercida, cujo funcionamento será explicado mais a frente, quais sejam: grupo dos barraqueiros e restaurantes, das hospedarias, das cozinheiras, das merendeiras, dos guias de turismo e trilhas, de artesanato, de excursões e passeios e o grupo de estagiários. Cada grupo, embora esteja sujeito ao estatuto e ao regulamento interno da cooperativa,

possui seu próprio regulamento e tem reuniões independentes, sem que isso dispense a participação dos cooperados nas assembléias gerais. Cada grupo tem direito a um assento no conselho da diretoria da cooperativa.

Deve que ser observado que um ponto crucial no funcionamento de qualquer cooperativa – a livre adesão – foi incluído no estatuto desta. A única condição exigida é a de que a pessoa tenha que ser sócia da associação e estar em dia com suas contas com essa. Isso foi feito para garantir que somente membros da comunidade pudessem ser cooperados.

Sobre o funcionamento da cooperativa, essa é operacionalizada pelo Coordenador de turismo, ao qual cabe também o controle de reservas, a contabilização dos serviços oferecidos, a recepção dos grupos e visitantes e tudo o mais que deva ser feito para o funcionamento da cooperativa. Logo, vê-se que o coordenador é, na verdade, o único cooperado que tem um trabalho regular e operacional na cooperativa.

O coordenador elabora também toda a organização dos eventos realizados na Prainha, estabelece contato com os grupos para elaboração de orçamentos, faz os contatos com os organizadores dos eventos, divide os visitantes pelas diversas hospedarias etc. Para explicar melhor, apresentaremos um exemplo de como a cooperativa funciona durante um evento:

Primeiramente, surge a demanda de um grupo que quer realizar um evento na Prainha e utilizar toda a sua estrutura para isso, sendo: auditório, computador, restaurantes, escola, pousadas, barracas de praia etc. Os eventos podem ser de todos os tipos: desde encontros de estudantes até seminários sobre turismo, pequenos congressos, entre outros. Ciente dos serviços solicitados pelos organizadores do evento, do número de pessoas e da duração do evento, da comida requisitada para as refeições e coffe breaks, dos passeios que serão feitos, cabe ao coordenador avisar aos grupos para que esses se reúnam e elaborem o orçamento dos serviços que serão oferecidos, os quais serão somados pelo coordenador, que elaborará um orçamento consolidado para enviar à organização do evento.

Uma vez aceito o orçamento, cabe ao coordenador novamente chamar os grupos para que esses se organizem para realizar o combinado no orçamento. Os grupos independentes devem determinar quem irá trabalhar durante o evento e se preparar para prestar o serviço combinado. Uma vez iniciado o evento, cabe ao coordenador receber os visitantes e informá-los sobre o local em que cada um se hospedará (que é feito a priori a

partir de uma lista dos participantes do evento) e indicar como será a dinâmica dos serviços durante o evento. Cabe a ele também divulgar onde os visitantes poderão comer em cada dia (pois o grupo dos restaurantes decidiu quem irá trabalhar em cada refeição). Ainda é sua obrigação acompanhar o evento e resolver os eventuais problemas que surgirem.

O coordenador deve receber o pagamento total pelo evento dos organizadores deste e, depois, é sua obrigação repassar o que fora combinado aos grupos, ou aos prestadores individualmente, já descontando a taxa de 10% que fica com a cooperativa. Cabe a ele também organizar o livro-caixa, contabilizar e armazenar os dados referentes ao número de pernoites e ao dinheiro transacionado pela cooperativa. Um exemplo da movimentação de pessoas e recursos decorrente de um evento será dado mais adiante.

Programas de treinamento e estratégia de Marketing

É interessante notar que a despeito de os donos de pousadas serem humildes e de não terem conhecimentos técnicos em hotelaria, foi constatada uma grande preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos e uma clareza sobre a necessidade de melhorar as instalações dos estabelecimentos e o profissionalismo no atendimento.

Um outro ponto em comum a todos os que trabalham com turismo foi a opinião de que não se deveria incentivar a construção de novos estabelecimentos, mas sim priorizar cursos e recursos para que as hospedarias já existentes pudessem melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Desde a criação da cooperativa em 1998 um montante considerável de recursos foi gasto em cursos e treinamentos para os cooperados. Foram feitos cursos tanto sobre aspectos gerais em turismo, organização cooperativa, valores de cooperativismo como também cursos específicos para treinamentos de profissionais como cursos de cozinheira, camareira, artesão e garçom. Além disso, a criação da cooperativa foi acompanhada de perto pela Incubadora de Cooperativas da Universidade Federal do Ceará, embora não tenha sido feito um trabalho de acompanhamento posterior. Além disso foram oferecidos cursos de educação sexual, drogas, entre outros.

Entretanto, foi verificado que, na opinião da grande maioria dos que trabalham com turismo, o próximo passo a ser dado pela cooperativa é investir para que mais turistas venham à comunidade. Há ainda uma capacidade ociosa muito grande durante o ano todo, e

só se verificam altas taxas de ocupação quando ocorrem seminários na Prainha. Fora esses períodos, somente algumas pousadas recebem turistas, ficando as casas praticamente vazias durante o ano inteiro. Porém, investir em marketing exige recursos e conhecimento que a cooperativa não dispõe. Além disso, será necessário também definir que tipo de propaganda será feito e onde será vinculada, já que o objetivo é atingir um nicho de mercado muito específico definido por “o turismo que nós queremos” e não abrir o turismo para a mesma massa que frequenta livremente as outras praias do litoral cearense e traz com si o que foi identificado por eles próprios como os efeitos perversos do turismo. Eles querem crescer, sem que seus valores e hábitos sejam afetados e sem que a pesca deixe de ser a principal atividade, embora muitos tenham o efetivo desejo de transformar o turismo em fonte principal de rendimento.

Programa de Micro-crédito

Sabe-se que um dos grandes entraves ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas no Brasil é a falta de acesso ao sistema de crédito. São poucas as chances de um empreendimento de pequeno porte, que não tem garantias para oferecer, conseguir um montante de crédito que possibilite o investimento produtivo. Além disso, mesmo aqueles que conseguem ter acesso ao crédito, deparam-se com taxas de juros muito altas incompatíveis com a taxa de retorno do investimento. Não cabe a essa monografia discutir os problemas de acesso ao crédito para os pequenos produtores nem os determinantes das altas taxas de juros, porém cabe sim ressaltar que qualquer plano estatal de apoio ao turismo com base local deverá passar necessariamente pelo desenvolvimento de um sistema creditício que atenda aos interesses específicos e necessidades dos ofertantes de serviços turísticos. Não que isso seja condição suficiente para o desenvolvimento do turismo com base local, mas, para a expansão mais efetiva e sustentada desse segmento, fazem-se necessárias medidas de incentivo ao crédito em nível local.

As cooperativas de crédito podem ser uma mediação possível para o problema, porém, sem o auxílio estatal para o início das operações, é difícil que um empreendimento desse tipo obtenha sucesso. A falta crônica de recursos em grande parte das comunidades litorâneas brasileiras impede que haja um capital inicial mínimo que possibilite o início das operações de uma cooperativa de crédito. Entretanto, saídas em nível regional podem se

mostrar mais eficientes, pois ao mesmo tempo que possibilitam uma maior alavancagem de recursos, proporcionam um rateio dos custos operacionais da cooperativa.

A situação na Prainha do canto verde não haveria de ser diferente, para não dizer que era pior na década de 90, dada a falta de monetização da economia local que se baseava em alguma escala no escambo de produtos e na produção de peixes e hortaliças para subsistência.

A mediação criativa encontrada pela comunidade da Prainha foi o estabelecimento de um fundo rotativo de crédito para pequenos investimentos em estabelecimentos voltados para o turismo. O fundo nasceu em 1998, com a ajuda dos Amigos da Prainha, que doaram 6 mil reais para compor seu capital, para financiar principalmente a compra de bens duráveis por parte dos cooperados para melhorar a qualidade dos serviços turísticos ofertados.

É interessante notar que, desde o começo, procurou-se dar um tratamento profissional à gestão do fundo, que tem obtido taxa de inadimplência zero e tem trazido reais benefícios econômicos aos tomadores de empréstimos. De acordo com o regulamento do Fundo Rotativo, as condições para obter crédito são: ser cooperado e sócio do Fundo e estar em dia com as quotas; ter boas relações com a Associação dos moradores e “ter crédito na praça”. Além disso, exige-se a apresentação de um projeto de trabalho que indique que o projeto tenha chances de dar lucro e que esse trará recursos para que o empréstimo seja devolvido. Mas a principal diferença para o sistema de crédito tradicional é que não há exigência de fiador nem de garantias materiais extras para a obtenção do financiamento, sendo apenas o bem comprado a garantia. Além disso, o valor financiado limita-se a 800,00 reais, o que dificulta que devedores comprometam a saúde financeira do fundo, e os juros cobrados são de 0,5% ao mês, o que, se não são juros de países desenvolvidos, ao menos diferem-se muito daqueles cobrados pelo sistema bancário.

Devido à pequena escala dos créditos concedidos e da relação de confiança existente dentro da comunidade, não foi necessário implementar medidas para garantir o pagamento dos empréstimos tomados. No caso de uma cooperativa de crédito em nível regional, poderia ser interessante, por exemplo, buscar em experiências de sucesso fórmulas que minimizem os riscos de crédito para a cooperativa e que divulguem o micro-crédito para os tomadores em potencial. São exemplos de sucesso em micro-crédito comunitário,

por exemplo, a experiência do Grameen Bank (Banco da Aldeia) em Bangladesh e a Cooperativa Portosol em Porto Alegre, entre outras. O risco compartilhado é uma das estratégias que foi implementada com muito sucesso em ambas as experiências e os agentes comunitários de crédito também mostraram que é com um trabalho em escala local que se consegue os melhores resultados na esfera do micro-crédito.

Porém, seria necessária também a abertura de linhas de crédito de mais longo prazo que possibilitassem investimentos de maior envergadura tanto para os particulares como para as cooperativas de turismo. No caso da necessidade da ampliação e construção de estabelecimentos, compra de veículos, o micro-crédito não seria suficiente, dado o elevado montante de capital necessário para realizar essas obras.

Somente dessa maneira haveria uma competição mais igualitária entre os moradores das comunidades que desejam empreender estabelecimentos turísticos e pessoas de fora, os quais normalmente dispõem de acesso aos meios convencionais de crédito pois detêm bens materiais que podem ser dados como garantia. Logo, seria necessário, para incentivar o turismo com base local organizado e gerido pela própria comunidade, que o estado preenchesse alguns gargalos de apoio aos locais, concedendo a eles iguais ou melhores condições de concorrer com os agentes que vêm de fora. Caso não haja esse apoio, o poder econômico dos agentes forâneos acabará sempre por se sobrepor às vontades dos agentes locais, que dispõem de condições inferiores de acesso à informação, tecnologia e crédito.

Gestão dos grupos

O que diferencia esses grupos de prestadores de serviço é que a sua organização cooperativa faz com que os novos trabalhadores não sejam empregados, mas sim cooperados, ou seja, eles são ao mesmo tempo trabalhadores e “acionistas”, e participam ativamente dos processos decisórios e recebem uma remuneração mais alta pelo seu trabalho.

Sobre o funcionamento dos grupos de trabalho, pode se dizer ainda que eles desenvolvem o espírito de cooperação entre os cooperados. Primeiramente, os cooperados formam grupos de prestadores de um tipo de serviço, guias de turismo por exemplo (lembrando que para cada tipo de serviços há apenas um grupo). A participação neste grupo

é aberta a todos da comunidade, bastando ser membros da associação de moradores e estar em dia com suas contribuições para essa. Além disso, é necessário pagar uma anuidade para a cooperativa que varia de acordo com o tipo de serviço prestado (que variam de 5 reais/ano para os guias a 40 reais/ano para os donos de pousadas). Além disso, os membros devem pagar uma taxa de 10% para a cooperativa quando da prestação de serviços intermediada pela cooperativa. É necessário também que o membro participe ativamente das reuniões do grupo e das assembléias da cooperativa. Cada grupo, num total de 8, conforme já explicado, tem seu próprio regimento interno, mas está sujeito também ao estatuto e ao regimento interno da cooperativa.

Em grande parte dos casos, os serviços prestados pelo grupo são contratados diretamente pela cooperativa para integrar o pacote vendido para a organização de um evento. A cooperativa comunica o grupo sobre o trabalho a ser realizado e este se reúne e elabora um orçamento dizendo quanto custará o serviço e quantas pessoas irão trabalhar no evento. A partir daí, é decidido pelo grupo quais membros irão trabalhar no evento. Essa escolha segue um sistema denominado por eles de “rodízio”, ou seja, trabalham aqueles membros do grupo que não trabalharam nos eventos anteriores. Esse sistema, além de democrático não abre brechas para comportamentos individualistas e oportunistas da diretoria; há uma ordem a ser seguida e não há como mudar isso. Dessa maneira, o trabalho é dividido igualmente entre todos os membros e os benefícios do turismo são espalhados a um número cada vez maior de pessoas e famílias, evitando a concentração. João (dono da Pousada Sol e Mar) explica um pouco sobre como funciona o espírito de solidariedade dentro dos grupos.

“não adianta eu ficar cheio e eles lá vazios, então se eu to cheio, divide pra todo mundo, por isso é importante o papel da cooperativa, que ela mesma faz a divisão”

A livre entrada de membros permite que se um grupo estiver com trabalho em excesso e esteja concentrando a renda do turismo em poucas mãos, isso seja contrabalançado pelo ingresso de novos membros e a conseguinte distribuição da renda. Além disso, o regulamento interno da cooperativa veda a participação de um cooperado em

mais de um grupo, e isso incentiva ainda mais que os benefícios do turismo se espalhem pela comunidade como um todo.

Por outro lado, o que se verifica hoje é que há uma grande ociosidade na maioria dos grupos. Devido à dependência destes de eventos organizados na Prainha, que será comentada em capítulo próximo, há realmente um volume maior de trabalho somente quando há eventos; durante o resto do ano, a demanda pelos serviços é bem pequena, principalmente nos grupos de cozinheiras e merendeiras, que é especializado na preparação de comida para eventos. O trabalho autônomo dos membros não é vedado, e nestes não é necessário o pagamento da taxa da cooperativa, porém a maioria dos grupos ainda não alcançou uma organização tal para lidar com as demandas espaçadas de turistas individuais durante o ano, ficando essas atendidas mais individualmente do que pelo grupo como um intermediário.

Está justamente aí um dos pontos que os cooperados apontaram como um novo passo necessário para o aprimoramento da cooperativa: a existência de um ponto central de informações turísticas que receba os turistas e apresente a oferta de serviços e possa contatar os grupos para que esses se organizem para a prestação dos serviços como uma “empresa”.

Investimentos na comunidade

Outro ponto fundamental da cooperativa diz respeito à sua relação com a comunidade. A cooperativa de turismo investe parte de seus recursos em melhorias que dizem respeito diretamente ao turismo, mas outra parte em ações que beneficiam a comunidade como um todo. Basicamente, são quatro as formas de repasses diretos de recursos advindos do turismo para a comunidade como um todo através da cooperativa. A primeira diz respeito ao pagamento de aluguel pelo uso de prédios pertencentes à escola e à Associação. Esse dinheiro se reverte diretamente em benefícios para toda a comunidade, porque esses recursos serão usados por essas duas instituições na melhora do ensino e na melhora da qualidade de vida da população.

Esse pagamento se refere ao aluguel pelo uso do computador, vendas na lojinha de artesanatos produzidos pela escola e aluguel pelo uso das dependências da escola e da

Associação durante os eventos¹⁷. Os pagamentos à Associação dizem respeito ao aluguel do prédio da pousada comunitária, o aluguel do prédio da sede para a realização de eventos, concessão de hospedarias para a associação, vendas da lojinha de artigos produzidos pela associação e ao aluguel do catamarã para passeios turísticos. Esses pagamentos foram para os anos de 1999 a 2002 os seguintes:

Tabela 2

1999	R\$ 3.050,00
2000	R\$ 4.500,00
2001	R\$ 4.260,00
2002	R\$ 5.000,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à cooperativa

O segundo tipo de repasse de renda é previsto no artigo 59 do estatuto da cooperativa, segundo o qual 20% das sobras da COOPECANTUR devem ser destinadas ao Fundo Social Educacional, para que todos da comunidade sejam beneficiados pelo turismo e não só os cooperados. Ao fim de cada ano, no fechamento das contas da cooperativa, é decidido a quem será doado esse dinheiro. Até hoje, o dinheiro tem sido doado para a escola, para o Conselho da Terra e para festas das pessoas da terceira idade possibilitando efetivas melhoras para a comunidade.

Tabela 3

Repases do fundo social educacional	
2000	R\$ 934,00
2001	R\$ 416,00
2002	R\$ 924,60

Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à Cooperativa

No terceiro tipo de repasse, os turistas deixam doações para a comunidade, principalmente na lojinha onde se vende camisetas da campanha pela reserva extrativista marinha, e se estimula a doação de recursos para essa campanha que foram de R\$ 1200,00 em 2002 e R\$800,00 em 2001. Essa repassa os recursos para a campanha.

¹⁷ Os eventos se realizam nas salas de aula da escola, ou em seu refeitório, o qual pode ser usado também para a realização de almoços feitos pelo grupo de cozinheiras e coffe breaks feitos pelo grupo de merendeiras, ou então no prédio da sede da associação.

Ainda pode se dizer que muitos outros recursos entraram para beneficiar a comunidade por outros projetos ligados ao turismo, que vão desde obras em prédios na comunidade, aquisição de equipamentos de apoio aos eventos, cursos de capacitação etc.

A seguir, temos um resumo do que a cooperativa qualifica como investimentos na comunidade, já descontados os repasses à escola e à associação.

Tabela 4

Investimentos na comunidade (valores em reais)				
	1999	2000	2001	2002
Capacitação dos cooperados	3593,00	6117,00	6351,00	2151,00
Compra de Equipamentos Turísticos	3511,00	624,00	152,00	1688,00
Obras na comunidade	8278,45	3020,90	679,00	1342,00
Outros	1090,90	190,00	1083,00	599,00
Total	18472,35	11951,90	10266,00	7782,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à cooperativa

Esses recursos vieram, em grande parte, de repasses dos Amigos da Prainha, mas também da própria receita da cooperativa de turismo.

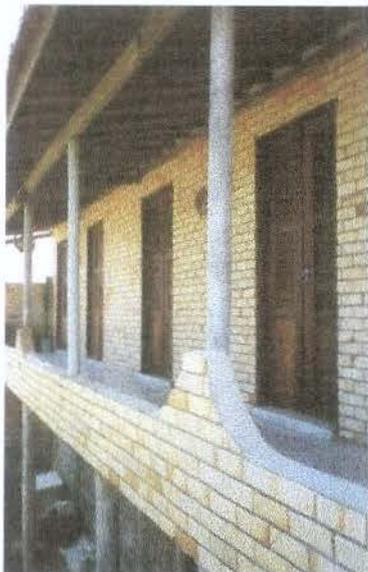
No item seguinte, será feito um pequeno mapeamento das estruturas turísticas oferecidas na comunidade.

4.3 Oferta Turística

A Prainha conta com uma oferta turística que, embora modesta em números e sem luxo e conforto, têm o diferencial do carinho e da atenção dispensados pelos donos das pousadas e casas de aluguel. A relação entre os donos das pousadas, empregados das pousadas e os turistas é quase familiar, sendo esse um dos diferenciais que cativa os clientes e faz com que uma parte considerável dos turistas volte mais de uma vez à Prainha. Não só nas pousadas como nas ruas, a hospitalidade dos nativos é sempre citada pelos turistas como um dos diferenciais da Prainha.

Pode-se escolher entre quartos em pousadas (com ou sem banheiro), quartos em casas de famílias e casas de aluguel, todos basicamente com o mesmo conforto. A pousada Sol e Mar se diferencia um pouco das demais por oferecer café da manhã e por ter uma vista privilegiada. Seus donos já estão há um tempo maior no ramo o que torna um pouco mais profissional os serviços por eles ofertados.

Foto 12 – Pousada Sol e Mar



Fonte: Caltabiano (2002)

Um aspecto que diferencia muito a oferta turística na Prainha das demais localidades no nordeste é a propriedade dos estabelecimentos. Como já citado, de acordo com o Estatuto da Terra, somente nativos da Prainha podem ter uma residência ou estabelecimento comercial lá. Logo, ao contrário da situação da imensa maioria das praias do litoral nordestino, onde pessoas de fora das localidades são detentoras de grande parte dos estabelecimentos turísticos, na Prainha todos os estabelecimentos são de propriedade de nativos. Isso, se por um lado impossibilita que sejam feitos altos investimentos na qualidade dos serviços ofertados, e logo limita a sofisticação das hospedagens (dado a falta de recurso das famílias que viviam da pesca artesanal), por outro garante que o turismo traga renda e benefícios para a população local, e que essa renda seja gasta em sua maioria dentro da localidade. É essa lógica que tem sido seguida pelo turismo da Prainha, onde se verifica que o pouco turismo que já aportou por lá melhorou significativamente a qualidade de vida de muitas famílias, conforme diagnosticado através da entrevistas diretas.

A oferta de leitos para os turistas na Prainha, embora pequena, está bem distribuída entre diversos estabelecimentos como se pode ver a seguir¹⁸:

¹⁸ Somam-se a esses, lugares oferecidos em redes, que chegam a quase duplicar a capacidade receptiva da Prainha. Dormir em redes é um hábito amplamente difundido no Ceará.

Tabela 5

Pousada Sol e Mar	12 Leitos
Pousada Beira Mar	08 Leitos
Pousada Comunitária	06 Leitos
Pousada Vila Maresia	04 Leitos
Casa Cangulo	04 Leitos
Casa Mirtes	09 Leitos
Casa Bajurau	04 Leitos
Casa Gorete	04 Leitos
Hospedagem em casa de outras famílias	20 Leitos
TOTAL	61 Leitos

Fonte: Elaboração própria, baseado em Saraiva (2002)

Pode se notar que a comunidade não pode receber muitos turistas ao mesmo tempo, mas esse realmente não é o intuito. A Cooperativa quer receber turistas durante o ano todo, e não concentrar a visitação nos meses de alta estação. A falta de recursos para investir também é um limitante para o aumento da oferta de leitos, mas hoje ainda pode-se dizer que há uma enorme capacidade ociosa, mesmo durante os meses de alta estação. Por outro lado, esses 61 leitos têm se mostrado suficientes para a realização de pequenos eventos e congressos na comunidade, modelo que tem trazido muitos ganhos para eles. A caracterização dos beneficiários desses ganhos é feita a seguir.

4.4 Pra quem vão os recursos do turismo?

Como já foi afirmado, embora já tenham sido feitos muitos esforços pela organização do turismo na Prainha, este ainda é incipiente. A Prainha ainda não é um destino turístico conhecido, nem no próprio estado do Ceará. Isso é fruto de vários fatores, dentre os quais: a recente pavimentação da estrada que liga a CE-040 ao vilarejo; a recente chegada da luz elétrica à Prainha; a infra-estrutura ainda simples e instalada há pouco tempo das hospedagens e restaurantes; a proximidade a outros destinos turísticos comerciais já consolidados no mercado nacional e internacional (Canoa Quebrada, Praia

das Fontes e Jericoacoara); a não-inclusão da Prainha nos guias turísticos tradicionais nacionais (Guia 4 Rodas etc) nem internacionais (Lonely Planet etc) e falta de transporte regular para se chegar à localidade.

Porém, um fator que é também um determinante dessas outras justificativas é a própria ação deliberada dos moradores da Prainha em não realizar marketing aberto nem convênios com agências de turismo tradicionais. Conforme já explicitado, o projeto de turismo define claramente o público alvo a ser atingido, e os esforços de marketing – mesmo que pequenos – concentram-se em veículos específicos e são destinados somente a esse público alvo definido. Somam-se a isso dois fatores: o primeiro é que há uma escassez de recursos dos agentes envolvidos e da cooperativa para possibilitar uma propaganda de maior impacto; segundo, o projeto de implantação do turismo prevê que o número de turistas recebido deve crescer vagarosamente para que se possa atender aos turistas com qualidade com o intuito de que estes voltem à localidade.

Muitos dos entrevistados afirmaram que preferem que se gaste o dinheiro com programas de treinamento a que se gaste com propaganda, mesmo compartilhando da opinião de que é necessário um fluxo maior de turistas para ocupar a capacidade ociosa e trazer recursos financeiros para a comunidade. Pode-se ilustrar esse fato com o depoimento de João (dono da pousada Sol e Mar) que afirma que:

“Nós vamos ter que construir de acordo com a demanda (...) Hoje, as pousadas que têm, tem mais pousada do que cliente”

Porém, ele afirma também que:

“a gente fizemos muitos cursos, mais um curso a mais não é problema. Seria melhor a gente ta preparado pro turismo do que a gente divulgar e não tar preparado”

É interessante notar que conseguiu-se criar uma consciência de que uma implantação desordenada do turismo não seria benéfica à comunidade. Essa ênfase na qualidade dos serviços destacada por muitos cooperados difere da lógica do mercado de “quanto mais, melhor”.

Grande parte deles afirmou não estar preparado ainda para receber um número muito grande de turistas, e não estar satisfeito com a qualidade dos serviços ofertados por eles mesmos, como ilustra o depoimento de D. Mirtes (que aluga quartos domiciliares):

“(os quartos) não tá ainda como eu quero, ainda está deixando a desejar, porque eu ainda quero melhorar mais (...) pra que eu possa receber mais o turista, pra que o turista venha e goste mais, pra que ele venha e se sinta mais bem a vontade, pra que não vá sentir nenhuma coisa que ele não goste, não tenha, assim, nenhum desconforto”

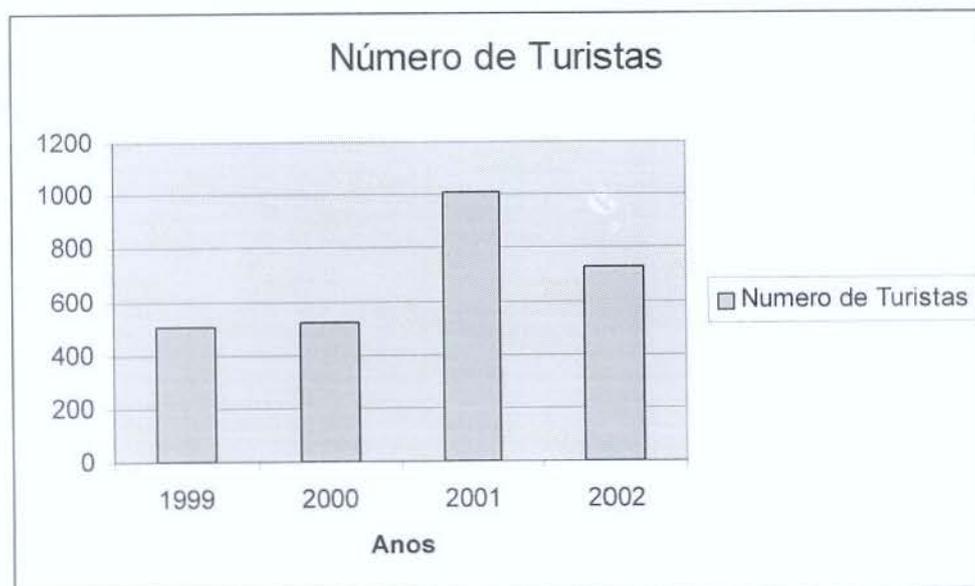
Mesmo assim, a falta de turistas foi o fator mais apontado pelos cooperados entrevistados como o principal problema do turismo na comunidade. Essa falta de turistas pode ser notada nas estatísticas sobre o turismo feitas pela cooperativa, conforme pode-se ver a seguir na tabela e nos gráficos:

Tabela 6

	1999	2000	2001¹⁹	2002
Número de Turistas	506	574	1010	729
Pernoites	1437	2097	2844	2715
Permanência Média (dias)	2,86	4,05	2,73	3,72

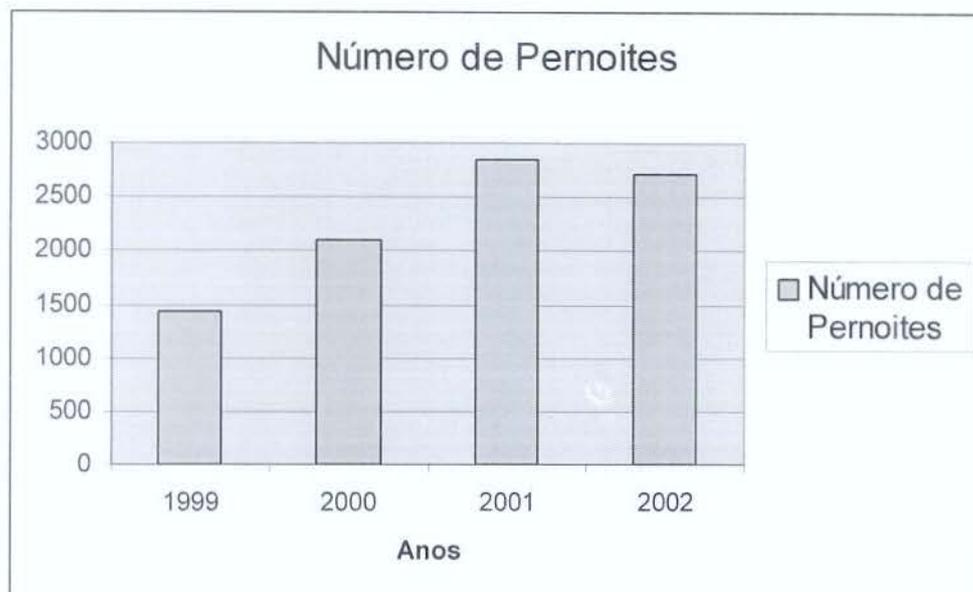
Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à cooperativa

Gráfico 1



¹⁹ Em 2001 houve 2 eventos com muitos participantes, porém com um dia de duração apenas.

Gráfico 2



Porém, pode-se notar um crescente fluxo de turistas e de pernoites na Prainha desde 1999 até 2002, descontando o ano de 2001 quando houve na comunidade dois grandes eventos com muitos participantes que duraram, porém, apenas um dia cada um. Isso explica a queda do número de turistas em 2002, mas nota-se que o número de pernoites não decresceu tanto de 2001 para 2002.

A partir desse dado, chega-se a uma conclusão que será tratada mais a fundo, em capítulo próximo, de que a demanda turística na Prainha está muito ligada aos eventos que lá ocorrem, e de que também não tem havido um aumento dos eventos realizados na Prainha. Isso é decorrente de uma falta de preocupação efetiva de se atrair mais eventos.

Em entrevista, René afirmou que falta à cooperativa um conceito de como vai se desenvolver esse mercado, até porque, por limitações de infra-estrutura, não é todo evento que pode ser lá realizado e nem é todo evento que interessa à comunidade. Também foram citados a falta de tempo e de pessoas interessadas em operacionalizar isso como entraves na consolidação da Prainha como local de eventos. O maior problema apontado sobre essa não atração de mais eventos é a de que são os eventos que viabilizam os grupos de prestadores de serviço, principalmente o das cozinheiras e merendeiras que trabalham praticamente só durante os eventos.

A outra conclusão que se chega a partir da observação dos números é a de que ainda não há um fluxo significativo de turistas que visite a comunidade livremente e isso é fruto principalmente da falta de uma política consolidada de marketing por parte da comunidade.

Há uma percepção de que é necessário hoje expandir os gastos em marketing para atrair mais turistas, porém René deixa claro que isso tem que ser feito com muita cautela, e esboça idéias sobre maneiras de isso ser feito, que serão mais exploradas no capítulo “Projetos para o futuro”.

Tratando agora um pouco dos recursos financeiros que o turismo traz para a comunidade, pode-se notar pelos dados da cooperativa que o fluxo de riqueza que chega à comunidade é significativo para essa, dado sua baixa renda per capita. A economia do turismo já é considerada informalmente (pois não há estimativas) a terceira mais importante fonte de renda da comunidade, ficando atrás da pesca e do labirinto. Os fluxos financeiros totais gerados pelo turismo e o gasto médio dos turistas estimados pela cooperativa são os seguintes:

Tabela 7

	1999	2000	2001	2002
Renda Total Gerada	R\$ 38.530,00	R\$ 71.328,00	R\$ 96.700,00	R\$ 97.740,00
Gasto por Turista²⁰	R\$ 27,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 36,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à cooperativa

Nota-se que a renda vem crescendo ano a ano, assim como o gasto médio por turista. Esse gasto médio estimado incluiria todos os gastos diretamente efetuados pelos turistas durante sua estadia, e foram também estimados pela cooperativa conforme o modelo:

²⁰ Não inclui turistas de um dia nem no Carnaval.

Tabela 8

Gasto por turista estimado para 2002 (em reais)		
Hospedagem	R\$	10,00
Refeições ²¹	R\$	14,00
Bebidas	R\$	5,00
Passeios	R\$	2,00
Compras	R\$	3,00
Doações	R\$	1,00
Outros	R\$	1,00
Total	R\$	36,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados coletados junto à cooperativa

Esses gastos médios refletiriam a maneira como a renda se distribui entre as diferentes partes da cadeia econômica do turismo. Nota-se que esses gastos são baixo quando comparados com estatísticas de outros segmentos turísticos, tanto aqui no Brasil quanto no exterior. Isso reflete a simplicidade dos serviços oferecidos, assim como os baixos preços cobrados pelos serviços.

Numa primeira avaliação, tende-se a considerar a atividade turística da Prainha como não-importante para a economia local, entretanto, a pequena envergadura do projeto turístico tem que ser relativizada por alguns motivos. Primeiro, porque a comunidade é muito pequena, logo, por menor que pareça a economia do turismo, ela já consegue ser significativa nessa comunidade de cerca de 1100 habitantes. Além disso, o nível de monetização da economia local é muito baixo - as famílias vivem num nível próximo à subsistência (o que não caracteriza uma situação de miséria), porém seus recursos são poucos, assim como seus gastos. Ou seja, os poucos recursos entrantes na comunidade através do turismo foram significativos para alterar significativamente a economia local e melhorar a qualidade de vida de muitos indivíduos.

Para os padrões econômicos locais, o dinheiro que entra na comunidade através do turismo é representativo, principalmente porque ele fica, em grande parte, dentro da

²¹ Dentro das refeições já está incluída não só a renda que vai para os restaurantes, mas também aquela que vai para as merendeiras e cozinheiras.

comunidade e é apropriado pelos moradores locais, ao contrário do caso da maioria das outras localidades turísticas nas quais uma grande parte dos lucros é enviada para a cidade ou país de origem dos donos dos estabelecimentos e de seus trabalhadores mais qualificados, e outra parte é comprada em artigos de alto valor agregado que são produzidos fora da localidade. Dessa forma, os recursos, mesmo que em montante elevado, não contribuem significativamente para a melhora nas condições de vida da população local.

No caso da Prainha, conforme já explicitado, não há praticamente trabalhadores nem donos de estabelecimentos de outras comunidades, ou seja, a renda trazida pelos turistas fica em grande parte dentro da comunidade. A renda só sai de lá para a compra de artigos que não são produzidos lá, que embora sejam a maioria, não consomem necessariamente a maioria dos recursos dos indivíduos, dados seus hábitos de consumo simples, devido a sua pobreza.

Poderíamos então tentar estimar qual seria o multiplicador da renda trazida pelo turismo.

Considerando a economia da comunidade como um sistema fechado, porém que se relaciona como exterior através de “importações e exportações”, pode-se dizer que a venda de serviços e produtos para os turistas seriam exportações da comunidade, pois há uma entrada de recursos na economia local. Já a compra de serviços e produtos fora da comunidade seria encarada como saídas de recursos, ou importações. Percebe-se então que essas exportações independem do nível de renda desta economia comunitária, podendo ser então chamada de um gasto autônomo ao nível de renda.

Retomando a equação tradicional de determinação de renda e desconsiderando os gastos do governo, temos a equação de determinação da renda comunitária:

$Y = C + I + (X - M)$, onde Y é a renda total, C é o consumo interno da comunidade, I é o investimento, X representa as “exportações” e M as “importações”.

É necessário lembrar que esse gasto autônomo produz dois efeitos na economia: um direto (que pode ser visualizado na equação) e outro indireto, o qual se manifestaria pela indução no aumento do consumo por parte daqueles que receberam os recursos pelos serviços turísticos prestados. Esse gasto autônomo teria então o que chamamos de um multiplicador de renda, pois aqueles que recebem os recursos desse gasto efetuarão outros

gastos dentro da economia comunitária e assim por diante, formando um fluxo econômico, ao qual denominaremos renda comunitária (Y).

Agora, tentaremos avaliar qualitativamente esses efeitos indiretos de uma variação nas “exportações” na economia local através da variação do consumo, ou seja, o efeito multiplicador da renda proveniente do turismo. Tentou-se recolher dados que possibilitassem a realização de uma estimativa desse multiplicador, entretanto não foi possível devido ao desconhecimento das pessoas quanto aos destinos de seus gastos. As declarações eram todas muito vagas, e a estimativa ficaria então com uma confiabilidade muito pequena. Apenas alguns números apresentaram uma relevância maior, e esses serão apresentados.

Parte-se do pressuposto amplamente aceito de que as pessoas de baixa renda consomem grande parte de seus recursos em alimentação, e soma-se a isso os resultados das entrevistas, nas quais as pessoas foram questionadas sobre qual seria a proporção de seus gastos dentro e fora da comunidade. A estimativa a que chegamos é que aproximadamente 70% do dinheiro recebido pela venda de serviços ou produtos aos turistas são gastos em compras dentro da própria comunidade. Porém, essa proporção é verificada somente para aqueles que recebem o dinheiro diretamente dos turistas, pois esse dinheiro será convertido praticamente todo em compras de alimentos diretamente dos pescadores, e nos mercadinhos ou “bodegas” como eles falam lá. Nessas bodegas, praticamente tudo o que é vendido é fabricado fora da comunidade. São produtos industrializados ou mesmo fabricados por comunidades vizinhas. Ou seja, a maior parte dos recursos acaba sendo “exportada” para Beberibe, onde os donos das bodegas efetuam suas compras.

Porém, uma parte fica, pois os rendimentos dos donos das bodegas são utilizados para compra de peixes para seu consumo (pois os donos das bodegas não são pescadores). A parte que ficou com os pescadores, por sua vez é gasta novamente na bodega, e esses recursos vão sendo vagarosamente “exportados” para Beberibe. Porém, nessa circulação, o gasto do turista foi multiplicado em forma de renda para muitas pessoas, ou seja, o efeito no aumento da renda da comunidade é maior do que o montante de dinheiro que entrou inicialmente na comunidade através do gasto do turista.

Sendo esse circuito descrito o principal circuito de circulação de bens e serviços na Prainha, e, por conseqüência, o principal circuito monetário – dado que a pesca não

movimenta dinheiro entre as famílias pois quase todas as famílias têm ao menos um pescador - pode-se pensar sobre a natureza do multiplicador de renda.

Esse multiplicador seria tão maior quanto maior for a quantidade de produtos produzidos dentro da própria Prainha, principalmente se os produtos que constituem a base de seu consumo forem lá produzidos. Ele também será tanto maior quanto maior for a proporção de gastos dos moradores dentro da comunidade em oposição aos gastos fora da comunidade.

Porém, não deve haver ilusão de se construir na Prainha uma economia auto-suficiente, principalmente nessa nova era em que as produções requerem cada vez mais tecnologia e escala para alcançarem preços competitivos. Porém, não se deve negar também a existência de alguns produtos que poderiam ser facilmente produzidos pelos próprios moradores da comunidade e que hoje são comprados fora da comunidade.

Em uma primeira análise, essa pesquisa identificou o grupo das hortaliças, das frutas e da farinha de mandioca como os principais gargalos da internalização da renda na comunidade que seriam facilmente removidos. A situação que hoje se encontra é a de que a grande maioria das pessoas da Prainha compra regularmente hortaliças, frutas e farinha de mandioca produzidas fora da comunidade. E constatou-se que esses artigos constituem uma elevada participação nos gastos das famílias, ou seja, uma parte significativa da renda da comunidade é “exportada” para a compra desses artigos alimentares. A farinha de mandioca é, junto com o peixe, a base alimentar das famílias, e é comprada pela maioria delas em mercados em Beberibe em grandes quantidades. As hortaliças e frutas são adquiridas nas bodegas da comunidade as quais as compram também em Beberibe.

Todavia, reconhece-se que esses produtos alimentícios são de fácil produção tanto caseira, como comercial de baixa escala, não havendo então problemas para que esses produtos fossem produzidos na própria comunidade.

Seria interessante, então, enfatizar uma política de incentivo ao estabelecimento de hortas familiares, que incluísse treinamento, crédito para a compra de sementes, terra e equipamentos, os quais poderiam ser compartilhados pela comunidade. É necessário destacar que há uma horta comunitária na escola, porém essa não vem apresentando resultados muito bons por problemas no solo, entre outros. Outra política possível de ser

implementada é o incentivo para que algumas famílias plantem para o mercado comunitário, tanto hortaliças como mandioca.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre a economia do turismo é o efeito direto dos bens e serviços que são comprados pelos turistas direta ou indiretamente. Foram notados quatro principais aspectos: o aumento pela procura de peixes (direto e indireto), o aumento na venda das bodegas (direto e indireto), o aumento nas vendas dos artesanatos (inclusive do labirinto) e da lojinha (direto). De acordo com as entrevistas, os pescadores começam a ter uma percepção de que, quando há mais turistas na Prainha, há uma maior venda de peixes, embora isso ainda não seja notado por todos, já que ainda não há um consumo por parte dos turistas que seja significativo em relação ao total pescado. Os efeitos diretos e indiretos são respectivamente a compra de peixes pelos turistas na praia e o consumo de peixes nos restaurantes. João do Til, dono da Pousada Sol e Mar, ilustra essa percepção incipiente em sua fala:

“Hoje, o pescador já tá sendo beneficiado pelo turismo, como? Porque quando eu tenho cliente, eu vou na praia e pego peixe, se eu não tivesse cliente eu ia pegar peixe pro meu consumo, e talvez nem pegasse porque eu tinha a minha jangada pra pescar pra mim”

O dono de um dos mercadinhos da comunidade, já notou que em épocas nas quais há mais turistas suas vendas crescem em torno de 10% tanto em vendas diretas para os turistas como pela maior venda para os restaurantes. Ele afirmou ter vontade de entrar para a cooperativa para fornecer, com preferências, comida para os restaurantes e para as cozinheiras durante os eventos e deverá colocar sua idéia em prática em breve.

As vendas da lojinha, das labirinteiras e dos artesãos estão intimamente ligadas ao turismo. Mas mais do que simplesmente vender para os turistas, eles têm conseguido fazer contatos com pessoas que passam a revender seus produtos fora da comunidade (inclusive no exterior) e a comprar grandes quantidades regularmente.

Há ainda outras formas, já explicadas, de transferência direta de recursos recebidos pelo turismo para a comunidade, logo, vê-se que o turismo tem um papel importante no aumento da renda da comunidade, sem ter um viés concentrador como é o caso mais normal da exploração turística.

4.5 O papel do turismo de eventos

Exemplo de distribuição da renda nos eventos

Pode se dizer que uma das mais importantes percepções que a Cooperativa teve para delinear seu público alvo se deu quando da identificação de um nicho do mercado de eventos em que ela poderia atuar. O nicho de eventos pequenos, entre estudantes universitários, ou mesmo eventos que envolvessem encontros entre pessoas de outras comunidades para a discussão de problemas comuns. Eventos que não precisassem de grande infra-estrutura e que seus participantes não exigissem altos padrões conforto, mas que estivessem interessados em conhecer o inovador projeto turístico da Prainha e que quisessem desfrutar da tranqüilidade e paz locais.

Conforme já explicado, é durante os eventos promovidos na Prainha que são gerados o maior número de postos de trabalho, e que a renda é mais bem distribuída pela comunidade. Ao invés de uma pousada ser responsável pelo evento (como são os eventos realizados em grandes hotéis), todos os participantes são distribuídos pelo coordenador de turismo entre as pousadas, assim como pelos restaurantes e assim por diante.

Tenta-se incluir o maior número de serviços existentes possíveis, o que, embora ainda esbarre numa diversificação de produtos e serviços turísticos baixa, já é suficiente para ocupar um número significativo de pessoas. Nota-se que, embora a renda que entre não seja muito grande (devido ao número limitado de participantes), muita gente é empregada, e a renda é repartida por muitos, evitando assim a concentração.

Segue um exemplo de um evento realizado na Prainha com informações sobre o número de participantes e de pessoas empregadas e da distribuição da renda gerada entre os trabalhadores e a comunidade²². Segundo membros da diretoria da cooperativa, esse exemplo é significativo para demonstrar os efeitos médios registrados em eventos lá realizados.

²² Exemplo elaborado pela própria cooperativa.

Tabela 9

Seminário realizado com 45 participantes durante 5 dias			
Empregos diretos		Rendas do evento	
Guias	5	Rendas para cooperados	R\$ 6.300,00
Coordenador	1	Lucro da Cooperativa	R\$ 900,00
Hospedarias	13	Renda da escola	R\$ 160,00
Restaurantes	10	Renda da associação	R\$ 150,00
Cozinheiras	8	Cache do Coral	R\$ 100,00
Merendeiras	6	Total	R\$ 7.610,00
Loja	2		
Motorista	1	Doações	R\$ 500,00
Tradutor	1		
Artesãos	3		
Total	50	Total de renda comunitária	R\$ 8.110,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados obtidos junto à cooperativa

Nota-se que um número muito grande de pessoas foram empregadas e que a renda foi não somente para os cooperados, mas também para a comunidade, pelas rendas da escola, da associação, do cachê do coral, e das doações, conforme já havia sido indicado. É necessário ainda acrescentar que o lucro da cooperativa será também revertido de alguma forma para a comunidade. Se não através de cursos, obras, ou melhora na infra-estrutura turística, ao final do ano, 20% das sobras (lucro) da cooperativa serão repassados para o fundo social educacional conforme já explicado. A renda média direta obtida pelos cooperados que trabalharam no evento foi de R\$126,00 (isso representa a renda bruta), e a renda para os não trabalhadores da cooperativa foi de R\$1810,00 (líquidos).

Em um outro exemplo cedido pela cooperativa, de um evento ocorrido na Prainha, pode-se verificar a distribuição da renda entre os grupos.

Tabela 10

Exemplo de distribuição da renda entre os grupos			
	Recebido pelos cooperados	Comissão da Cooperativa	Renda comunitária
Hospedarias	1.584,00	176,00	1.760,00
Restaurantes	1.821,60	202,40	2.024,00
Cozinheiras	360,00	40,00	400,00
Merendeiras	395,10	43,90	439,00
Guias	54,90	6,10	61,00
Coordenador	54,00	6,00	60,00
Apresentação cultural	76,50	8,50	85,00
Coral	45,00	5,00	50,00
Aluguel de salas	162,00	18,00	180,00
Passeio barco	180,00	20,00	200,00
Transporte	54,00	6,00	60,00
Outros serviços	27,00	3,00	30,00
Artesanato	360,00	40,00	400,00
Total	R\$ 5.174,10	R\$ 574,90	R\$ 5.749,00

Fonte: Elaboração própria baseada em dados obtidos junto à cooperativa

Neste exemplo, verifica-se que o dinheiro que chega à comunidade dirige-se aos diversos grupos da cooperativa, e mesmo a outros grupos da comunidade como o coral e os artistas (apresentação cultural) e o motorista da comunidade, gerando assim uma boa distribuição da renda. Não há centralização dos serviços por parte de alguns agentes. Há até uma convivência positiva entre aqueles que seriam concorrentes (restaurantes e cozinheiras por exemplo) no qual um grupo abre mão de trabalhar algumas vezes em benefício do outro.

A maior renda para hospedarias e restaurantes está associada ao maior número de serviços prestados por esses assim como aos maiores custos envolvidos.

Embora conheça-se o grande êxito da cooperativa em identificar esse nicho de mercado de eventos, deve ser feita uma crítica no que tange a atual da situação em que a Cooperativa depende desse tipo de turismo para se manter ativa, o que é o tema do próximo item.

Dependência dos eventos

Um aspecto já notado sobre o funcionamento da COOPECANTUR é a dependência de feiras e eventos. Em termos gerais, pode se dizer que a COOPECANTUR opera basicamente somente nos períodos em que há eventos na comunidade. Fora esses períodos,

o turismo opera sob um regime de livre concorrência entre os ofertantes dos serviços turísticos. O funcionamento da COOPECANTUR durante a maior parte do ano resume-se basicamente à contabilização dos serviços turísticos, sem haver qualquer intervenção da cooperativa em distribuir os turistas entre as pousadas e restaurantes; ocorre apenas uma apresentação das pousadas e dos serviços aos turistas. Além disso, exime-se do pagamento da contribuição para a cooperativa aqueles serviços que forem oferecidos sem a intermediação da cooperativa.

Porém, à medida em que a atividade turística se expanda, pode haver uma tendência a um aumento da frequência do recebimento de turistas sem intermediação da cooperativa. Assim, pode haver um enfraquecimento da cooperativa pois essa não receberia mais renda pelos serviços ofertados pelos cooperados. Além disso, poderia verificar-se um comportamento oportunista de não vincular os ganhos obtidos no turismo à intermediação da cooperativa, quando, na verdade, mesmo que de maneira indireta (através de ações de marketing, promoção etc) a cooperativa tem sempre alguma participação no processo de atração da grande maioria dos turistas.

Esse tipo de relação entre a cooperativa e seus cooperados contraria alguns fundamentos do cooperativismo, pois abre espaço para comportamentos oportunistas, já que passa a ser mais interessante receber turistas que não tenham sido intermediados diretamente pela cooperativa. Além disso, esse aspecto do funcionamento da cooperativa não enfatiza a necessidade do fortalecimento da cooperativa e nem contribui para a distribuição dos benefícios e da renda entre os cooperados e com o restante da população local.

Dessa forma, há um incentivo a que os cooperados ajam de maneira individualista e ao invés de se concentrar em promover o bem comum para todos os cooperados, invistam seus recursos em obter turistas sem intermediação da cooperativa. Isso pode significar um desvio dos já escassos recursos necessários para a melhoria coletiva dos serviços ofertados e para a promoção do marketing turístico em benefício de propagandas individuais, por exemplo. Logo, numa hipótese pessimista, pode-se pensar em algo como uma sobreposição de propagandas dos estabelecimentos turísticos marcado por uma competição exacerbada (que é o caso da maioria das localidades), sem um paralelo investimento na propaganda institucional que com certeza teria uma qualidade melhor e que poderia ser mais discutida

entre os cooperados afim de dar continuidade ao lema do “turismo que nós queremos”. A junção dos recursos dos cooperados poderia promover campanhas de marketing mais seletivas e eficazes, ou seja, haveria um melhor uso dos recurso quando se pensa no bem comum da localidade.

Por outro lado, poderia se argumentar que a obrigatoriedade de pagamento de taxas à cooperativa em todos os casos e a maior centralização de poder nas mãos da cooperativa seriam um incentivo à não filiação dos agentes à cooperativa e isso poderia abrir precedentes a comportamentos imorais da coordenação. Outra contra-argumentação possível é a de que ao não se estimular a concorrência, os agentes seriam tomados por certa acomodação pois não haveria incentivos à melhora na qualidade dos serviços. Além disso, uma maior influência da cooperativa sobre as escolhas dos agentes poderia não agradar a esses e gerar um descontentamento desses com a cooperativa.

Nesse tipo de cooperativa, a administração do conflito entre a liberdade e o interesse individual e o interesse coletivo é um ponto chave para seu sucesso e, ao mesmo tempo, talvez o ponto principal a ser discutido sob a problemática do cooperativismo. Mas pode se falar em termos gerais que é necessário que se trabalhe ao máximo os valores essenciais do associativismo e cooperativismo. Somente se esses valores estiverem realmente arraigados ao consciente e inconsciente coletivos uma certa abertura para uma competição saudável entre os agentes poderá ser positiva. Caso contrário, como é comum em muitas cooperativas, pode fortalecer comportamentos individualistas que terminam por enfraquecer sua organização.

Entretanto, como veremos no item seguinte, esse ainda não é o maior problema identificado pelos cooperados no funcionamento da COOPECANTUR de acordo com opiniões levantadas em um seminário de auto-avaliação que será apresentado posteriormente. No próximo item, serão apresentados aquilo que fora identificado pelos mesmos como os benefícios trazidos pelo turismo para eles mesmos.

4.6 Diagnósticos dos cooperados

As conquistas da cooperativa e a melhora na qualidade de vida dos cooperados

Foi notado através das entrevistas na comunidade que o principal fator levantado como o grande benefício que o turismo trouxe para a comunidade foi a criação de novos postos de trabalho, especialmente para jovens e mulheres. Isso foi um grande passo para uma comunidade pesqueira na qual o trabalho do homem ainda exerce um papel predominante e a pesca apresenta rendimentos decrescentes nos últimos anos. Além disso, como já citado, a quantidade de jovens na comunidade é muito grande e as oportunidades de trabalho para eles, antes da chegada do turismo, se restringia à pesca. Hoje, como somente moradores da Prainha podem trabalhar com turismo e atividades ligadas a ele, a grande maioria dos postos abertos pelo turismo são preenchidas por jovens da própria comunidade. Isso representa uma real alternativa àquela que era a mais tradicional entre aqueles que não queriam seguir o caminho dos pais, a pesca, e eram obrigados a deixar a comunidade rumo aos grandes centros urbanos em busca de emprego. Notou-se até, nos últimos anos, um regresso de ex-moradores da Prainha que voltaram de temporadas em cidades grandes para trabalhar no projeto de turismo comunitário. É necessário ressaltar que essa situação difere muito da situação de outras comunidades praianas que foram tomadas pelo turismo predatório onde os empregos de melhor qualidade são tomados em grande parte por indivíduos de fora das comunidades. Além disso, os empregos lá gerados também não se restringem àqueles de mais baixa qualificação, pelo contrário. Os moradores da Prainha têm a real possibilidade de participar ativamente do projeto de turismo comunitário e de abrir seus próprios negócios ou de participar em grupos de prestadores de serviços, como no caso do grupo de guias de turismo ou artesãos.

Outro ponto interessante a ser ressaltado é que, após alguns anos de funcionamento da cooperativa, começam a ser criados no turismo postos de trabalho que exigem maiores qualificações, tais como: coordenador de turismo, intérprete etc. Isso significa que mesmo aqueles jovens que estudaram conseguirão um emprego na Prainha, e que há, hoje, um estímulo bem próximo aos jovens para que esses estudem e se qualifiquem para conquistar melhores postos de trabalho.

Esse horizonte tem contribuído para que cada vez mais jovens queiram trabalhar com turismo na comunidade, sendo isso amplamente constatado nas entrevistas feitas. Foi também destacado pelos cooperados o orgulho de trabalhar na atividade turística e de pertencer à cooperativa e o status que isso lhes traz, dados muito relevantes pois revelam um contentamento com o trabalho e a inserção dos jovens como agentes ativos e não como meros espectadores do avanço do turismo.

Isso pode ser ilustrado por depoimentos de D.Mirtes e Veinha.

“O turismo me realizou, é um pedaço da minha vida, sabe? aqui. Eu pude com isso, aumentar a minha casa, ter assim um gosto mais de reformar e de organizar melhor. Esse ano eu vou comprar mais cama e mais colchão. Eu vou ajeitar mais os banheiro (...) vou organizar mais pra que agrade mais as pessoas, pra atrair mais as pessoas.

A minha casa, que se vê, bem grande, bem grande mesmo, e eu jamais pensava em ter uma casa dessas. E hoje eu tenho e agradeço ao turismo, porque se não fosse, não tinha feito assim. Não ta ainda como eu quero, ainda ta deixando a desejar, porque eu ainda quero melhorar mais (...) Pra que o turismo venha e goste mais” (D.Mirtes)

“Pra mim é muito importante (a renda do turismo), eu agradeço muito (...) Eu acho tão bom, acho muito bom trabalhar assim, sinto, assim, um gosto tão grande, eu tenho prazer de participar de reunião, de conversar, sabe? De participar, de fazer, eu gosto. Eu não faço as coisas só por dinheiro... o que eu ganho eu fico satisfeita.”(Veinha)

Essa satisfação apenas ilustra uma situação que foi encontrada na ampla maioria dos depoimentos. Entretanto, alguns problemas foram também levantados. Para exemplificá-los melhor, serão descritas no próximo item as conclusões de um evento de auto-avaliação realizado pela cooperativa.

Problemas e questões pendentes

Foi realizado em 2002 um seminário de avaliação do andamento do projeto turístico implementado na Prainha. Os cooperados reuniram-se em diversos grupos e elaboraram listas de problemas que a cooperativa vinha enfrentando, e propostas de encaminhamentos para resolução desses problemas. De acordo com os documentos da cooperativa que descrevem os problemas apontados, pode-se classificar os problemas, de acordo com o tipo

de aspecto que fora criticado. A seguir está uma lista já com a classificação dos problemas que foram mais apontados pelos cooperados:

Restaurantes

- Má qualidade no atendimento
- Preços muito altos
- Instalações precárias

Pousadas

- Instalações aquém do desejável

Informações ao Turista

- Falta de divulgação do turismo/marketing
- Faltam informações sobre preço e existência de passeios, e sinalização em geral
- Deveria haver palestras sobre a comunidade para os turistas

Coordenador

- Pouco engajado em seu trabalho
- Falta de comunicação com grupos e liderança

Limpeza e conservação da infra-estrutura da comunidade

- Piora na segurança na comunidade
- Mau estado de conservação do centro comunitário (inclusive banheiros)
- Sujeira e barulho na praia e na comunidade

Atrações turísticas

- Há poucas atrações turísticas, principalmente à noite

Organização interna

- É necessário mais cursos de inglês
- Falta capacitação para melhorar a gestão dos negócios
- Falta capacitação para futuros diretores
- Guias pouco engajados na cooperativa
- Falta trabalho para os guias
- Falta de união para o grupo dos restaurantes e guias
- Baixa capacitação para atender os turistas

- Ineficiência da diretoria
- Ampliar acesso dos cooperados ao regimento interno e estatuto
- Falta de união, integração, participação, união e educação entre os cooperados

A partir desse diagnóstico feito por eles mesmos, elaborou-se uma lista de coisas que deveriam ser feitas para combater esses problemas, dentre as quais destacam-se:

- Contratar cursos (junto ao SEBRAE, Incubadora de Cooperativas da UFC, Terramar e outras) para capacitar a mão de obra local, inclusive diretores e coordenador, com ênfase na resolução dos problemas apontados e na melhora dos valores de cooperativismo e associativismo.
- Melhorar o sistema de informações para os turistas, incluindo folders e sinalizações na comunidade. Assim como diversificar as atrações turísticas
- Divulgar o regimento interno e estatuto entre os cooperados
- Resolver o problema do lixo na praia e comunidade
- Melhorar a propaganda do turismo
- Melhorar o funcionamento interno dos grupos, e aumentar a coesão entre os cooperados
- Criação de um curso de inglês permanente
- Melhora nas instalações de restaurantes e pousadas

Entretanto, embora todos esses pontos tenham sido abordados, durante as entrevistas a grande maioria dos cooperados respondeu “não haver nenhum problema na cooperativa”. O único problema apontado por quase todos os entrevistados era a falta de turistas. Como explica Veinha:

“O ano passado o turismo aqui foi fraco, pouco nós cozinhamo, talvez eu tenha cozinhado umas duas vez, a gente falou muito isso no nosso grupo, teve gente que, ano passado, que não cozinhou uma vez, que não chegou. Com o rodízio, né, num chega a vez.”

Porém, os resultados do seminário colocam uma dúvida sobre o nível de satisfação dos cooperados com o projeto turístico.

O que se pode concluir é que há sim um alto nível de satisfação dos cooperados como projeto de turismo, embora haja questões pontuais que devam ser melhoradas e que são lembradas somente quando há uma maior reflexão sobre o assunto. De qualquer maneira, é muito positiva a iniciativa da cooperativa de promover um seminário de avaliação interno. A existência desse seminário mostra, mais uma vez, que são os cooperados como um todo que discutem e determinam os rumos que o turismo deve tomar na comunidade, é o princípio da auto-gestão sendo praticado na COOPECANTUR. Além disso, o seminário mostrou que, como em qualquer outra organização, existem conflitos dentro da cooperativa. Entretanto, a forma como as soluções para esses conflitos foram encaminhadas deixou claro que as decisões são tomadas em âmbito coletivo e que os votos de todos têm o mesmo peso.

Em algumas das entrevistas foram detectados outros problemas no funcionamento da cooperativa, entre os quais: o início de uma diferenciação entre os cooperados, principalmente no grupo das hospedarias – o que em parte é verdade pois a Pousada Sol e Mar que fica na entrada da comunidade já adquiriu uma clientela por ser mais antiga e também por ser a única a oferecer café da manhã. Também foi apontada como problema, a falta de lideranças para administrar a cooperativa e promover a relação com agentes externos - funções antes desempenhadas por René.

Um outro aspecto apontado nas entrevistas foi a necessidade de se criar um posto permanente da cooperativa na entrada da comunidade. Esse posto poderia distribuir melhor os turistas individuais que chegassem, além de poder vender mais serviços e proporcionar mais trabalho, e uma melhor divisão do trabalho para os grupos. Outras discussões sobre o futuro da Prainha serão tema do próximo item.

Projetos para o futuro

Desde que a comunidade limitou o “turismo que nós queremos” está muito claro na mente de cada um o que se espera que o turismo traga para a comunidade. São raras as exceções que não estão afinadas com o discurso, o qual é bem homogêneo entre os cooperados. Exemplos disso podem ser citados como no caso de Veinha:

“Eu espero assim, que nunca seja um turismo como a gente vê nessas praias. Que ele cresça, mas que ele cresça dentro da própria comunidade. Cada pessoa, se tiver condição de fazer um quarto domiciliar, uma pousadinha simples, se tiver condição, né? E outra coisa, que seja um turismo que as pessoa não se venda também (...) que não venha gente de fora (...) que venha mais gente porque vem pouca gente pra cá (...)”

René explica ainda que espera que o turismo se intensifique a partir de agora, que novas lideranças surjam devido à maior qualificação dos jovens em relação aos mais velhos. No seu entender, a partir de agora será mais fácil organizar o turismo pois os jovens que estão se formando freqüentaram uma escola com uma qualidade boa, como explica em seu depoimento:

“Eu acho que o turismo é pra esses jovens, porque agora tem umas turmas chegando agora que fizeram toda essa trajetória: 92, 93, creche, escola e tudo. O que está saindo agora na turma da nona série é totalmente diferente do que saiu antes, em interesse de trabalhar junto, por exemplo Porque eles aprenderam na escola a trabalhar junto nessa mudança de metodologia da escola. Então mudou: eles começaram a estudar junto, trabalhar junto. Os outros estavam todos voltados para o quadro negro repetindo as letras”

Entretanto, René não descarta que ainda será necessária alguma forma de ajuda externa para o desenvolvimento do turismo. Ainda será necessário melhorar muita coisa e a comunidade não conseguiria fazer isso sozinha, mas a nova geração conseguirá mais facilmente buscar ajuda de fora por si só, como explica em seu comentário:

“Tem (novos líderes surgindo). Agora, eles vão ter que continuar a ter algum apoio de fora, que ajude na questão de marketing, essas coisas. Não tem comunidade no litoral que possa fazer isso por conta própria, mas eu acho que mais uns quatro, cinco anos, aqui não tem mais problema. Porque mais quatro, cinco anos, a gente vai ter aqui jovens que falam inglês, jovens que falam alemão. Porque tem 3 no exterior e com certeza eles vão voltar algum dia.”

Além disso, René se mostrou otimista em relação a uma mudança nas políticas públicas brasileiras, na qual poderia se pensar em dar um apoio mais concreto aos projetos de turismo comunitário:

“Parece que depois do seminário (...), pelo menos o secretário de turismo já veio pra conhecer e desafiou o Terramar de apresentar um projeto. Vieram mais dois secretários do governo do estado já aqui pra conhecer o trabalho, um do trabalho e empreendimento e outro da agricultura e pesca. E a nível federal, uma vez que o pessoal se organize lá, eu acho que vai ter uma mudança nas políticas públicas,

mais apoio para o turismo solidário, rural, comunitário etc. A nível local tem muito apoio moral, mas realmente a prefeitura não tem recursos pra investir, pra apoiar”

Finalmente, René mostra-se confiante quanto à independência da Prainha. Segundo ele, se a comunidade continuar avançando nos próximos anos, conseguirá consolidar o seu projeto de turismo comunitário e caminhar sozinha.

“Se nesses próximos 4 anos, se aprender tanto como nos últimos 4, acho que eles não precisam mais de mim”

Começa também a ficar claro para a comunidade as novas faces que o turismo vem adquirindo nos últimos anos. Segundo constatado por muitos moradores, há uma expectativa de que o fracasso do modelo de turismo de massa fortalecerá os segmentos de turismo “alternativo” e esses passarão a ter uma inserção central no segmento turístico, como nos explica João (dono da Pousada Sol e Mar):

“com essa invasão nas outras praias, que a praia hoje é a mesma coisa que fosse cidade (...) se nós, que nosso projeto de turismo é preservar essa praia assim, vai ter pessoas que vai pagar mais caro pra ficar aqui e não vai querer ficar em outro lugar porque o que ele quer é tranquilidade e nos outros lugares não tem tranquilidade e nem vai ter, a tendência é a tranquilidade desaparecer”.

Beto concorda com isso ao afirmar que:

“Nós temos hoje uma das melhores escolas do município de Beberibe, tanto em termos da qualidade dos professores como no termo das condições que dá ao aluno de melhorar o seu estudo. Nós temos uma comunidade que ainda tem espaço (...) o nativo que tem hoje 4, 5 anos de idade ainda tem espaço de construir a sua casa de moradia e até mesmo o seu negócio, e isso já dá uma boa expectativa. E a outra coisa que vem ajudar é a questão do turismo. Como nós acreditamos e apostamos que o turismo sustentável e comunitário vai crescer, porque a procura a cada dia vem aumentando por questão de hoje você querer, quem é turista, ele vai querer ta numa comunidade, vai querer conhecer uma outra realidade, que jeito vive uma comunidade tradicional, então isso dá uma expectativa de renda e emprego no futuro pra muitos jovens. E nós tem também que dá uma expectativa boa vendo outras comunidades começando a adotar o mesmo projeto com a visão de se criar uma rede de turismo comunitário no Ceará e porque não no Brasil. Com essa rede, vai aumentar a frequência do turismo nessas comunidades”.

Uma vez que o modelo de turismo já foi estabelecido ao longo desses 6 anos, a cooperativa começa a entrar em uma nova fase, na qual passa a ser central a preocupação

em aumentar o número de visitantes na Prainha. Conforme já afirmado, a capacidade ociosa hoje encontrada já é muito alta, então é senso comum na comunidade que têm que se buscar novos visitantes, mas sem nunca perder o foco no nicho de mercado desejado.

René, concordando com a maioria dos cooperados, explica que está chegando a hora de começar a implementar uma política efetiva de marketing, pois, em sua opinião, já há uma capacidade mínima instalada para recepcionar mais turistas. A ociosidade das pousadas durante o ano é quase total, e há muitas épocas do ano em que não há sequer um turista na comunidade. Segundo diversos relatos, começaria agora o que René chamou de segunda fase da implantação do turismo, a qual incluiria um cuidado especial com propaganda e políticas de atração de novos turistas. Na opinião de René, esse fluxo de turistas anual pode ser aumentado para 20.000 pernoites anuais, sem que haja problemas para a comunidade. Isso significaria um aumento de cerca de 8 vezes sobre as pernoites anuais registradas nos últimos dois anos. Para ele, isso representaria cerca de 10 dias por mês de eventos somados a um fluxo de 3 a 4 turistas individuais por dia, o que realmente não é muito.

Segundo René, já há algumas possibilidades pensadas sobre como expandir o número de turistas. Entre elas destacam-se a preocupação em construir uma rede de turismo comunitário no Brasil, através da qual as diversas localidades teriam um público definido que circularia entre elas. Caso esse público realmente exista, será uma chance muito boa para a Prainha pois há uma certa homogeneidade no público que visita outras comunidades de turismo comunitário. A troca de clientes entre essas comunidades provavelmente trará muitos visitantes a todas elas. Além disso, a rede conseguirá ter uma alavancagem maior de recursos para investir em propaganda e para firmar contratos com agências de viagens especializadas. Essa é outra idéia de René: abrir contratos com agências especializadas de turismo alternativo no Brasil (principalmente em São Paulo) e no exterior. Porém, René ressalta que não pode ser qualquer agência, deve-se conhecer bem o público dessa para garantir tanto a satisfação da comunidade quanto dos turistas.

Além disso, René acha que as Redes de turismo comunitário internacionais, entre as quais Redturs, o guia da Turism Concern e outras podem trazer também trazer um grande número de turistas internacionais que procuram lugares onde haja turismo comunitário.

Outra idéia apresentada por Reihard e Witle (2001) é a da criação de cursos de português para estrangeiros com ênfase em meio ambiente, pesca, cultura e saúde.

Porém, é necessário ainda que se diversifiquem os produtos e serviços turísticos oferecidos, e muitas idéias já existem, mas aguardam ser colocadas em prática. Há diversos potenciais não explorados, entre os quais destacamos a pesca de lazer, os recifes artificiais, turismo científico (pesquisas sobre o peixe boi), visitas aos mangues etc.

Também foi perguntado às pessoas da comunidade se havia a possibilidade de o turismo se tornar a principal fonte de renda da comunidade e o que aconteceria se isso viesse a ocorrer, principalmente no que tange às mudanças no modo de vida da população, como em sua cultura.

A maior parte das respostas obtidas foram de que seria muito difícil isso acontecer e que não saberiam dizer quais seriam as possíveis conseqüências. Isso revela mais uma vez a ligação que a cultura da comunidade tem com a pesca. É essa relação com o mar que determina toda a organização social e os hábitos da comunidade, ao passo que parece impossível no horizonte deles que isso mude, não só impossível com indesejável. O turismo é encarado realmente como algo que vá complementar a renda das famílias, nunca se tornar a principal, e isso foi claramente dito por muitos dos entrevistados.

“Eu acho que isso nunca vai acontecer não (acabar a pesca por causa do turismo), eu espero que isso nunca acontece não, eu to achando que ta crescendo mais é a pescaria. Porque os jovens aqui, é muito jovem... eles tão se dedicando mais é o mar. Porque num tem outro trabalho. O turismo, ele não é esbanjado pra todo jovem, pra todo mundo. E é aquilo que eu já falei: ele pode crescer um pouco, mas num vai atingir o objetivo da própria comunidade (...) do jeito que nós quer o turismo aqui, jamais vai se acabar a pesca” (Veinha)

Porém, algumas outras opiniões interessantes foram colhidas que revelam que já existe essa preocupação entre algumas pessoas, como nos revela João:

“Isso é um trabalho que a gente tem como desafio, conseguir as duas coisas juntas, turismo e pesca. Porque em outras comunidades, todas comunidades que cresceram o turismo, acabou a pesca. E nós tamo mantendo as duas coisas. Ta crescendo um pouco o turismo mas também a pesca nossa continua”

“A gente teria que trabalhar de uma forma que isso não pudesse acabar com a pesca, pq se você trabalhar junto com o pescador, se você vai lá e você traz o peixe e eu compro, isso é uma forma. No João que é uma pousada, se ele tem

turista na pousada dele, ele vai comprar de peixe, e quem entrega o peixe é o pescador e o pescador ganha com isso” (Maria das Neves)

Outro fator levantado por alguns é o de que se a Reserva Extrativista Marinha for conseguida, será difícil o turismo superar a pesca como fonte de renda, pois espera-se que com esse ordenamento da pesca artesanal e a proibição da pesca industrial dentro da reserva, que os rendimentos da pesca (principalmente da lagosta) aumentem muito.

“Com a área reservada funcionando, com a restrição a entrada de barcos a motor, com o ordenamento da pesca da lagosta sustentável, a renda da lagosta aqui vai duplicar ou triplicar (...) a produção aqui fica entre 1500 kg e 8000 kg. Um barco de compressor que vem aqui nos recifes artificiais, onde estão os 1000 pneus, em dois dias é capaz de tirar 600 kg, com os outros olhando” (René)

“Se a gente conseguir ter esse ordenamento da pesca no estado do Ceará, e uma área reservada pra pesca artesanal, que é o nosso caso que fazemos aqui pesca artesanal, então eu digo que as possibilidades de turismo um dia superar a pesca na Prainha é muito pouca. Agora, do jeito que tá a pesca, sem ter ordenamento, sem ter um controle principalmente entra a pesca artesanal e a pesca industrial ou empresarial, e se essa rede que a gente tá pensando, se der certo, se as outras comunidades avançarem, a possibilidade já é muito grande” (Beto, Presidente da Associação dos Moradores)

Entretanto, embora uma pequena minoria, há algumas pessoas que afirmam que gostariam que o turismo fosse a principal fonte de renda da comunidade, por achar que seria uma forma de trabalho menos árdua.

“Se fosse a fonte principal (de renda) da comunidade seria uma boa. Se todo mundo pudesse ganhar com o turismo seria uma ótima coisa.” (Maria das Neves)

“A vida do mar é a mais sofrida que tem” (Zé de Delha)

Logo, nota-se que está claro para a maioria das pessoas da comunidade a necessidade de se preservar a cultura local, uma cultura nasceu ali e que foi determinada pela evolução desta comunidade naquele lugar, sob as condições peculiares que lá existiram. Os próprios moradores reconhecem o valor em ter contato com a cultura dos turistas, porém sem esquecer que cada vez mais é necessário um esforço para valorizar a cultura local a fim de manter os laços que definem aquela população como a comunidade de Prainha do Canto Verde.

É necessário retomar alguns conceitos vistos sobre a Economia Solidária e avaliar a cooperativa sob o olhar dessa teoria.

4.7 COOPECANTUR à luz da economia solidária: gestão coletiva x propriedade privada

Algumas colocações sobre o aparente conflito entre a gestão coletiva do turismo e a propriedade privada dos estabelecimentos comerciais já foram feitos, resta, agora, retomar o debate e deixá-lo de forma mais clara.

Como já explicitado, a COOPECANTUR não é realmente uma cooperativa no sentido mais estrito de sua definição, muito menos uma cooperativa de produção, o que seria a cooperativa ideal do projeto cooperativista. Assim, resta saber, que aspectos dessa organização que estão de acordo com a teoria da economia solidária, e quais fogem a essa.

Pode-se começar a avaliação por um dos pilares mais importantes de uma cooperativa, a gestão coletiva, participativa e democrática. Neste aspecto, a COOPECANTUR se enquadra perfeitamente na teoria, pois a gestão nessa é democrática (cada cooperado tem direito a um voto) e extremamente participativa. Além das reuniões ordinárias e das assembléias gerais, são realizados eventos de avaliação das atividades tanto internas nos grupos como de maneira geral na cooperativa. Como proposto pela teoria, cabe aos membros não só realizar suas tarefas mas também participar dos processos decisórios gerais. Dessa maneira, estimula-se a formação democrática e igualitária através da criação de uma nova cultura ligada à cooperação e à igualdade. A convivência nesse espaço democrático criado é também muito presente na COOPECANTUR, sendo este aspecto muito ressaltado pelos entrevistados. Ainda nesse sentido, notou-se uma ampliação da discussão sobre os problemas da comunidade e um maior envolvimento dos cooperados nas questões comuns da comunidade, o que revela a ampliação da cidadania para os membros, que é outro aspecto ressaltado como importante na teoria.

Pode-se ressaltar também a questão do investimento em educação (tanto dos membros como nas doações para a escola) realizadas pela cooperativa como um ponto que a coloca em comum acordo com a teoria da Economia Solidária.

Por último, nota-se que a COOPECANTUR nasceu da vontade dos próprios membros, e de um projeto por eles elaborados, embora com auxílios externos, o que é também ressaltado pela teoria como um pressuposto para o sucesso real das cooperativas.

Entretanto, há um aspecto crucial em que a COOPECANTUR foge da teoria. Esse aspecto é dos princípios básicos do cooperativismo, que sugere que a propriedade dos meios de produção seja coletiva ou associada. Neste sentido, dado que a maioria da infraestrutura turística é privada na comunidade, a COOPECANTUR não seria realmente uma cooperativa em todas as suas características. Na verdade, há uma certa diferenciação entre os grupos, sendo que aqueles que exigem maiores estruturas tem propriedade privada (hospedarias, restaurantes e barracas) e aqueles que exigem menores investimentos fixos têm realmente a propriedade coletiva dos meios de produção. Porém, a teoria ressalta que essa propriedade seria necessária para evitar diferenciações entre patrão e empregados, e, nesse sentido, não há problemas na COOPECANTUR pois hoje as hospedarias e restaurantes utilizam-se basicamente de mão de obra familiar. Caso eles precisem contratar pessoas, será obrigatório que esta seja também uma cooperada, o que abrandaria o processo, pois nas questões gerais, os dois teriam o mesmo poder de decisão. Entretanto, continua mantida uma relação entre desiguais entre o patrão e empregado, principalmente dentro do estabelecimento, onde quem manda é o dono.

Esse conflito pode se tornar mais grave quando ocorrer um aumento na necessidade de mão de obra externa aos estabelecimentos, e uma solução terá que ser encontrada.

Se avaliarmos por esse aspecto, a cooperativa passa a ser híbrida, pois conserva partes de uma cooperativa de produção e parte de uma cooperativa de venda, a qual seria o elo mais fraco em termos de organização cooperativa. E isso realmente ocorre na prática. Nota-se uma maior solidariedade entre os grupos que envolvem propriedade coletiva do que naqueles que envolvem propriedade privada.

Outro aspecto a ser ressaltado como divergente da teoria é o de como acontecem as retiradas da COOPECANTUR. Na verdade, não houve ainda retiradas pois nem todo dinheiro recebido fica na cooperativa, ele é repassado imediatamente para quem prestou o serviço, já descontada a comissão da cooperativa. Nota-se que a divisão é prévia ao trabalho e não posterior, como na maioria das cooperativas. A divisão dos rendimentos se dá no momento de decidir quem irá trabalhar, o que ocorre antes da venda, e é possibilitada pelo sistema de rodízio que já foi explicado.

Quanto aos recursos que sobram na cooperativa, nunca os cooperados desejaram sacá-lo na forma de retiradas. A opção foi sempre a de investir em treinamento, em compra de materiais para a cooperativa e investir na própria comunidade, principalmente na escola.

Como breve conclusão, vemos que a COOPECANTUR pode ser vista pelo olhar da economia solidária como uma cooperativa híbrida, na qual há aspectos que seguem estritamente as teorias, misturados com aspectos que conciliam o cooperativismo com outras formas organização. Há aspectos inovadores como o sistema de rodízio, e que têm sido bem eficazes na distribuição da renda entre os cooperados. As dificuldades tanto de financiamento para construir estabelecimentos coletivos quanto de organizar uma cooperativa estrita de produção foram os fatores levantados pelos cooperados para explicar essa forma nova de cooperativa.

Ou seja, a adaptação a realidade local e a atividade exercida são os conceito-chave para explicar o porque dessa forma híbrida de cooperativa. Nesse sentido, isso é muito positivo, pois não se tentou implantar a teoria na prática de qualquer maneira. A adaptação das teorias à realidade local é um ponto fundamental para a implantação de qualquer plano teórico, e um plano que tenha essa preocupação tende a encontrar maiores sucessos do que projetos que saem direto das salas de aula para a prática sem uma visão crítica sobre sua efetividade no determinado contexto.

4.8 COOPECANTUR e comunidade: benefícios e problemas apontados

De acordo com as entrevistas feitas durante a pesquisa de campo, constatou-se que a grande maioria das pessoas convive em paz com o turismo e os turistas, com exceção feita aos turistas excursionistas dos domingos. De um modo geral, as pessoas mostraram-se muito abertas e receptivas com os turistas e declararam que gostam de conversar com os visitantes.

Há também um consenso quase unânime de que o turismo, da forma como tem sido conduzido, tem trazido novas oportunidades de emprego para os moradores, principalmente para jovens e mulheres. Isso foi ressaltado por 100% dos entrevistados, e apontado como o principal benefício pela grande maioria. Também foi ressaltado que isso tem dado incentivo

para que os jovens não precisem sair da comunidade para trabalhar, o que foi considerado muito bom por diversos entrevistados.

Utilizando dados da pesquisa realizada por Alcântara (2003), para 51% dos entrevistados o turismo melhorou muito as condições de vida na comunidade, para 44% melhorou pouco e somente para 5% nada mudou ou não soube responder.

Ainda nessa mesma pesquisa, Alcântara constatou que, para 94% dos entrevistados, a gestão participativa ajudou a melhorar o desenvolvimento da comunidade. As pessoas sentem-se realmente satisfeitas em participar das decisões, tanto da Associação quanto da Cooperativa, e acham que as duas entidades são importantes meios de sociabilidade entre as pessoas.

As pessoas também indicaram que reconhecem que o turismo trouxe benefícios para a escola e que alguns já conseguem reconhecer que o dinheiro que é gasto pelos turistas, principalmente nas pousadas e restaurantes, ativa a economia local e afeta positivamente a quase todos. Porém, essa percepção ainda não é clara, principalmente porque a demanda turística ainda é pequena e grandes impactos ainda não podem ser sentidos na demanda por peixes, ou nas vendas dos mercadinhos, por exemplo.

No próximo capítulo aprofundaremos as conclusões sobre o estudo de caso, fazendo uma avaliação de qual é a relevância desse exemplo para que se consolide um novo modelo de organização turística, e tecendo um comentário sobre o desafio da construção de uma rede de turismo comunitário.

Parte V – Considerações sobre a importância da Prainha do Canto

Verde no debate sobre o turismo

1. O transbordamento do projeto e o desafio da construção da rede de turismo comunitário

Foi ressaltado por algumas lideranças da Prainha e também por membros do Instituto Terramar a necessidade da organização da Prainha ser aproveitada em outras comunidades, principalmente naquelas que têm uma situação muito parecida, o que é o caso de outras comunidades costeiras do litoral cearense, que enfrentam, muitas vezes, problemas quanto à posse da terra também.

O Instituto Terramar atua em diversas comunidades do litoral cearense e vem promovendo e fomentando o intercâmbio de idéias entre essas comunidades, como no caso do Fórum de gerenciamento costeiro, Conselhos de ordenamento da pesca, Fórum dos pescadores do litoral leste e o Comitê de pesca do Estado do Ceará. Além disso, o Instituto Terramar também ajuda a promover o Curso de formação de lideranças do litoral cearense. Esse curso tem como público alvo, objetivos gerais e específicos, respectivamente, de acordo com folheto de apresentação:

“Público Alvo: Jovens líderes comunitários das comunidades pesqueiras do litoral do Ceará: Redonda, Ponta Grossa, Peroba, Majorlândia, Canoa Quebrada, Fortim, Pontal do Maceió, Parajuru, Prainha do Canto Verde, Uruaú, Morro Branco, Barra da Sucatinga, Balbino, Batoque, Praia da Goiabeiras, Mucuripe, Capiaçú, Paracuru, Fleicheiras, Guajirú, Emboaca, Praia da Baleia Acaraú, Preá, Tatajuba e outras mais.

Objetivo Geral:

Capacitar 90 mulheres e homens das comunidades litorâneas com vistas a construir um movimento autônomo, legítimo e atuante, que garanta a melhoria da qualidade de vida das populações na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos Específicos:

Troca de conhecimentos entre pescadores, lideranças e técnicos.
Instrumentalizar os participantes no domínio de metodologias de organização, planejamento e administração de suas unidades produtivas e representativas.
Despertar a consciência crítica dos participantes a fim de que possam conhecer, refletir e modificar a realidade de forma efetiva.

Construir um conhecimento a partir da complementação do saber popular com o saber científico.

Desenvolver sensibilidades para a preservação e conservação ambiental, visando o uso sustentável dos recursos.

Difundir e valorizar as atividades de ajuda mútua, de cooperação e associativismo.

Subsidiar as lideranças para que participem ativamente do Plano de Gerenciamento Costeiro, e outras políticas públicas como por exemplo o Ordenamento da Pesca.

Capacitar as lideranças na aplicação de tecnologia e comunicação para poder acompanhar o processo de modernização e globalização”.

Sobre o trabalho do Terramar, René explica:

“O Terramar trabalha em muitas comunidades. Até hoje, a maioria das comunidades tem necessidade de bastante apoio. O ideal, seria que tivesse uma pessoa que passasse lá, que desse uma consultoria, que pudesse apoiar com alguma coisa, mas que (o processo) não fique centrado nessa pessoa. O principal problema é você poder sair e deixar eles continuarem, pra que eles não entrem de uma dependência em uma outra”.

As lideranças da Prainha revelam que também estão engajadas em expandir as conquistas da comunidade para outras, além de terem o desejo de fortalecer no Brasil uma Rede de Turismo Comunitário, como revelam os relatos.

“Algumas dessas idéias que a gente tem aqui, e algumas coisas foi muita coisa que a gente adotou de uma outra comunidade ou de um outro país, que a gente só fez aqui melhorar. Então, alguma coisa que aqui deu certo, então é possível alguma outra comunidade melhorar e dar certo (...) agora, a gente tem que ter o compromisso de levar isso até uma outra comunidade e a gente tá começando com esse processo” (Beto, Presidente da Associação dos Moradores)

“(A gente tem) o objetivo de junto com esses outros parceiros (Terramar, Amigos da Prainha), de mostrar o que a gente vem conseguindo, vem fazendo aqui à outras comunidades, exemplo de Ponta Grossa, Itapuí, Tatajuba, Batoque e a gente ficar trocando essas experiências, essas idéias e dando a capacitação, algumas capacitação que a gente passou por aqui, pra que eles possa montar seu projeto e começar a ter esse trabalho” (Idem)

René afirma também que, implantar um projeto de turismo comunitário em outra comunidade, hoje, seria mais fácil, pois a escolaridade das pessoas é maior em relação ao início do projeto na Prainha.

“Hoje é mais fácil, porque têm mais gente que têm o segundo grau, não só aqui. Hoje, talvez pegando uma comunidade parecida com essa noutra canto, você, fortalecendo a organização comunitária, fará em quatro, cinco anos, o que nós fizemos em dez anos”

Sobre Ponta Grossa, que é a comunidade em que o projeto de turismo comunitário mais tem avançado, René afirma que as chances de sucesso são grandes, principalmente pela qualidade das lideranças de lá, que foram expostas nos últimos 15 anos a prefeituras com governos participativos.

Sobre o auxílio ao nascimento de novos projetos, René ressalta a falta de técnicos especializados nesse tipo de turismo como um problema, mas aponta um trabalho que deve ser editado pela WWF, ainda este ano, como um avanço importante nesse campo.

“não há técnicos hoje preparados para o turismo comunitário (...) vai ter que se montar (um curso de técnicos em turismo comunitário). Tem um manual da WWF sobre eco-turismo comunitário (...) deve sair esses meses, ele é um trabalho bem feito e acho que ele vai ajudar muito nessa área. Foi feito com esses projetos de Guaporé, Mamirauá e Silves, os projetos da WWF. Ele vai ajudar, e outro é que tem que se construir, mais ou menos com a experiência daqui e de outras.”

Ou seja, há um reconhecimento por parte das lideranças de que certamente serão encontradas muitas dificuldades em implantar projetos como o da Prainha em outras comunidades. Há problemas como a falta de apoio governamental, falta de técnicos especializados, falta de agentes locais preparados, organizações sociais não participativas e democráticas etc.

O tempo de consolidação de um projeto como esse também é um ponto em questão. São realidades complexas, comunidades que têm um tempo de maturação distinto daquele vivido pelas pessoas nas grandes cidades.

Entretanto, está bem claro que há pontos que a experiência da Prainha pode ensinar a outros projeto,. aspectos que podem ser adaptados e tendências que podem ficar como sugestão de caminho. Além disso, os avanços conseguidos na educação nos últimos anos podem contribuir decisivamente para o sucesso de novos projetos como esse, sem a necessidade de uma interferência externa tão grande.

A experiência adquirida por técnicos de ONGs como o Instituto Terramar, e pelos próprios líderes locais também pode contribuir para o espraimento de projetos como esse. Isso está ocorrendo, de maneira exemplar, no Curso de Formação de Lideranças que vem

sendo realizado no estado do Ceará. Identifica-se que, embora isso não seja suficiente para possibilitar o desenvolvimento sócio-espacial das comunidades, pelo menos é um passo dado em direção a uma nova postura das comunidades frente ao Estado, e em direção ao fortalecimento da organização comunitária. Outro *locus* de discussão derivado de processos como o da Prainha é o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste, e outras organizações dos pescadores. Nestes, tem sido debatido a necessidade de regulação especial para a pesca artesanal, fator determinante para a sobrevivência digna daqueles umbilicalmente ligados à pesca. Seria interessante que o Estado passasse a apoiar essas iniciativas que já estão em curso e que vêm apresentando bons resultados. Muitas vezes, a burocracia estatal impede que projetos tão específicos e ambiciosos sejam feitos, logo, um apoio institucional que fortalecesse essas iniciativas seria muito interessante. Esse tipo de parceria Estado-ONGs vem apresentando bons resultados em diversos temas, e esse caso específico do Ceará parece ser uma opção promissora. Entretanto, não se pode generalizar e afirmar que essa é a saída para a gestão do turismo em todo o Brasil. Podem, e devem haver mais exemplos no Brasil de outros projetos com intuítos parecidos, e para aqueles que tenham realmente conteúdo e transparência, poderiam representar possíveis formas de o Estado lidar com a questão do desenvolvimento local. No caso do Ceará, o diálogo com o governo do estado do Ceará já ocorreu em alguma instância. Resta saber qual será a evolução disso.

Entretanto, esse tipo de parceria, se firmada, não exime o Estado de levar a cabo outras iniciativas, e não o exime de formular projetos que tenham sua ótica deslocada da acumulação de capital a qualquer preço, para uma nova visão que coloque a qualidade de vida dos indivíduos envolvidos no centro da questão. Isso, de maneira nenhuma irá impedir a valorização de certos capitais, nem vai impedir o desenvolvimento do turismo no Brasil. Pelo contrário, muitos dos projetos hoje em curso já nascem com seus dias contados, tanto pelo lado ambiental, quanto pelo lado da enorme concorrência internacional que enfrentam. E nesse caso, perdem a concorrência em preço por diversos motivos.

O que se espera do Estado é que ele dê, no mínimo, igualdade de condições de concorrência dos agentes locais pequenos com os agentes de fora, que são normalmente maiores e possuem uma inserção melhor tanto econômico como politicamente. Como uma das lições a serem levadas do projeto, podemos citar o fato de que auxílios externos serão, com certeza, necessários em todos os aspectos, desde a formulação do projeto,

acompanhamento, até sua divulgação. No próximo item serão discutidas mais lições que essa experiência nos deixa.

Os sucessos e especificidades do projeto e algumas lições a serem levadas em conta

Um novo projeto de turismo para o país pode ser exitoso, e o projeto da Prainha nos coloca perspectivas de que um bom projeto turístico pode ser uma alternativa interessante de dinamização econômica e de melhora nas condições de inserção política, social, espacial de muitas comunidades que vivem marginalizadas da sociedade contemporânea, pois não conseguem mais exercer atividades que possibilitem seu sustento, e portanto sua reprodução enquanto comunidade.

Esse novo projeto, não necessariamente deve ser como o da Prainha, o aprendizado com essa comunidade coloca lições sobre o turismo em baixas escalas e para comunidades onde a atividade é incipiente. Para localidades onde já há turismo consolidado, adaptações maiores do modelo seriam necessárias, ou mesmo a criação de um modelo distinto.

A forma de cooperativa encontrada pela Prainha, se não é perfeita em todos os seus aspectos, pelo menos se apresenta como uma alternativa interessante para a organização do turismo em pequenas localidades. A divisão do trabalho entre os cooperados pode proporcionar uma melhor distribuição de renda entre eles do que ocorreria no caso da livre concorrência. Entretanto, alguns aspectos da livre concorrência foram mantidos e os agentes ainda encontram incentivos para melhorar seus estabelecimentos, pois podem agradar seus clientes e torná-los cativos. O pagamento de uma porcentagem dos ganhos à cooperativa faz com que todos, inclusive as pessoas da comunidade que não trabalham com turismo, sejam beneficiados por este. Além disso, o caixa da cooperativa serve tanto para promover cursos para a educação dos cooperados e para a melhora dos serviços oferecidos, quanto para promover campanhas de marketing de melhor qualidade. Muitos outros usos podem ser feitos, como investimentos que melhorem a comunidade, investimentos sociais etc.

A história da comunidade pode também ser identificada como um fator importante para seu sucesso. No caso da Prainha sua história foi determinada por uma combinação muito feliz de uma população muito aguerrida e acostumada com grandes desafios, a um ambiente externo extremamente favorável, pois inúmeros colaboradores de fora da

localidade dispuseram seu tempo, e muitas vezes seu dinheiro, para ajudar a comunidade. Entre eles, muitas pessoas do Instituto Terramar e de outras universidades em geral. Mas principalmente, a Prainha teve uma participação efetiva do Sr. René. Sua visão empresarial e sua capacidade administrativa contribuíram decisivamente para que fossem implementados diversos projetos que talvez ficariam somente no papel, ou demorariam mais para serem postos em prática. Também foi importante sua rede de contatos que possibilitou a divulgação e angariação de doações para o projeto. Conforme foi notado na pesquisa de campo, sua influência é direta sobre a criação da cooperativa de turismo e sobre os demais avanços conseguidos pela comunidade. Em muitos aspectos, a comunidade se difere muito das demais localidades que a circundam, e grande parte deles foi fruto de projetos específicos que foram realizados na e pela comunidade. Esses projetos vêm nos mostrar como políticas específicas (que tinham em sua maioria um caráter não estatal, porém com um intuito de preencher o vácuo deixado pelo Estado), se bem planejadas, bem geridas e que tenham como pressuposto a direção e sentido indicados pela organização comunitária, podem ser exitosas.

Na Prainha, a forte organização comunitária sempre manteve as portas abertas para a discussão direta dentro da comunidade. Esse alto grau de consciência e participação dos indivíduos propiciou uma clareza maior sobre as necessidades da comunidade e sobre os processos que ocorriam fora desta e que afetariam-na caso nada fosse feito, como foi o caso do turismo.

A luta da terra foi também determinante de tudo o que ocorreu posteriormente, pois foi ela que exacerbou o espírito comunitário e de luta que hoje permeia o inconsciente de quase todos na Prainha. Isso é bem explicitado pela fala de D.Mirtes, na qual ela afirma que “a luta da terra é pai e mãe de tudo”. Como foi afirmado no texto, o grileiro mal sabia que estava alterando tanto o destino de todas as pessoas daquela comunidade. Por irônico que possa parecer (e sem afirmar que isso seja desejável), a comunidade já ganhou muito depois que tomou o susto de ver suas terras quase perdidas. É um dos poucos casos no nosso litoral em que a comunidade saiu vitoriosa de uma luta pela terra. Litoral esse que é marcado por recorrentes atos de grilagem de terras ou compra por preços irrisórios que expulsam comunidades inteiras de seus territórios, impondo-lhes barreiras físicas e psicológicas de acesso a áreas que lhes pertenciam, e os joga para a margem do sistema.

Outro aspecto central do projeto da Prainha é o Fundo Rotativo de Crédito. Essa é uma experiência exitosa que vem se juntar a uma série de outras experiências interessantes de micro-crédito, que dinamizaram, em várias partes do Brasil e do mundo, o desenvolvimento local. O micro-crédito, se bem administrado e voltado para o investimento produtivo, tem se mostrado um componente essencial de qualquer projeto que tenha esses fins.

A comunidade conseguiu também identificar um nicho de mercado muito interessante para explorar, principalmente no que diz respeito ao turismo de eventos, o qual trouxe enormes benefícios para a comunidade. Conseguiu-se juntar dois dos segmentos mais dinâmicos do turismo hoje: o turismo chamado “alternativo” e o turismo de eventos em um só segmento.

Ou seja, descobriu-se que há demanda para a realização de pequenos eventos em localidades com instalações simples, mas com um projeto de turismo inovador. Essa idéia foi decisiva para o avanço do fluxo de turistas na comunidade. Essa lição pode e deve ficar para ser seguida por outras comunidades, até porque é nos eventos que se consegue criar mais postos de trabalho que complementam aqueles normalmente existentes.

Outro ponto que pode ser ressaltado como um dos principais é o de como a renda foi distribuída entre os cooperados. Apesar dos números ainda tímidos do turismo na comunidade, a forma de se organizar da cooperativa conseguiu criar muitos postos de trabalho, principalmente para os jovens da comunidade. Isso teve como resultado o resgate nos jovens da vontade de permanecer na comunidade, o que se contrapõe ao antigo desejo de ir para a cidade grande trabalhar.

O turismo também ajudou a resgatar a auto-estima das pessoas que perceberam que os turistas, que para lá vão, estão interessados em ter contato com as pessoas do local. Além disso, percebeu-se que os cooperados gostam do trabalho que fazem e têm orgulho de trabalharem com turismo.

A ampla discussão participativa teve como frutos a generalização dos conceitos-chave pensados por eles quanto ao turismo. Há um notável afinamento do discurso quanto ao “turismo que nós queremos” e sobre os “efeitos perversos do turismo”. Isso pode ser tirado como exemplo para outras comunidades. Quando todos estão afinados no pensamento, é mais fácil conseguir sucesso para todos.

Entretanto, também podem ser citados problemas para serem pensados no caso da expansão desse projeto para outras comunidades. Seria necessário se pensar em uma maior ação da cooperativa durante os períodos em que não são realizados eventos. Uma idéia interessante é a da criação de um posto de informações turísticas na entrada das comunidades, o qual poderia fornecer informações sobre as pousadas, apresentar o projeto de turismo para deixar os turistas conscientes sobre a situação da comunidade. Além disso, esse posto pode fortalecer o processo de rodízio, tanto entre as hospedarias e restaurantes quanto entre guias etc.

A questão do acesso ao crédito também é central na discussão. Um projeto que preze pela iniciativa dos agentes locais terá que passar necessariamente por políticas que ampliem o acesso ao crédito para esses agentes. As cooperativas de crédito são idéias muito interessantes que já obtiveram resultados muito significativos em diversos lugares do Brasil e do mundo. Um projeto desse tipo, deveria tentar se articular regionalmente e não apenas localmente, para obter uma alavancagem maior. Porém, auxílio do Estado é imprescindível nessa questão. Deve-se aproveitar também os projetos de sucesso e repensá-los para a especificidade local.

2. Considerações Finais

Como já visto, de certa forma, o caso da Prainha guarda certas especificidades que não podem ser ignoradas quando se pensa sobre a possibilidade de ele se expandir para outras comunidades. Em primeiro lugar, a luta da terra, que foi extremamente importante para a formação de todo o espírito comunitário que possibilitou posteriormente a formação da cooperativa. Em segundo lugar, a participação do Sr. René, a qual foi decisiva para a comunidade tanto em termos de capacidade administrativa e visão empresarial para a implementação dos diversos projetos, como no que tange à arrecadação de doações, e à divulgação do projeto. Em terceiro lugar, vem a decisiva participação de outras pessoas, como as do Instituto Terramar e muito outros pesquisadores que trabalharam para a comunidade. Em quarto lugar, podemos citar a especificidade dos turistas que visitam a Prainha. O modelo de “o turismo que nós queremos” tem sido seguido à risca, e o grupo de turistas que visita a comunidade é extremamente seletivo. Esse grupo é composto

basicamente por universitários das áreas de geografia, turismo, e de outras áreas, mas que têm uma afinidade com o projeto, com a conservação da natureza e que querem conhecer a novidade implementada na comunidade. Ou seja, são pessoas que prezam por um convívio com os agentes locais, e prezam por não trazer os vícios e problemas das cidades para a comunidade. Isso foi refletido nas entrevistas quando foi relatado que todos têm uma convivência muito boa com os turistas, e que não há quase constrangimentos entre turistas e a população local, o que difere muito da situação da maioria das comunidades litorâneas brasileiras.

Logo, nota-se que a transposição desse projeto não será facilmente conseguida, pois alguns fatores foram frutos de elementos claramente específicos àquela comunidade. Entretanto, não se pode negar que uma vez conhecido esse exemplo de sucesso, muitas lições sejam tiradas dele. Como afirmamos, muitas das iniciativas desse projeto parecem perfeitamente adaptáveis a outras comunidades, e mesmo as especificidades, uma vez conhecidas, podem entrar como uma dica de que certos caminhos podem ser seguidos.

Não se deseja de maneira nenhuma criar um modelo que sirva para ser aplicado por técnicos em diversas localidades, porém, quer-se apontar qualidades consideradas desejáveis que possam servir como exemplos a serem seguidos e conseguidos por outras localidades pequenas que desejam conquistar melhores condições socioespaciais de vida através da implementação de projetos turísticos.

Um bom planejamento turístico, conforme discutido na parte I e II, deve considerar o turismo em toda a sua complexidade não só de consumidor de paisagens, mas também de produtor de inúmeros produtos e serviços que virão a ser consumidos. A discussão com os agentes locais deve ser pressuposto para qualquer ação, e a procura para que esses agentes tenham uma inserção ativa na atividade tem que ser a base de qualquer projeto.

As novas faces que a demanda turística vêm apresentando, que vêm junto com a nova roupagem social e ambientalmente justa do capitalismo, embora tenham um componente amplamente mercadológico, também fornecem uma perspectiva de sucesso para empreendimentos como o da Prainha. Assim como para o surgimento e fortalecimento de uma Rede de Turismo Comunitário da qual fizessem parte somente projetos que estejam centrados na real melhora da vida das populações locais. E isso não deve ser combatido, mas sim aproveitado com a ressalva de que uma percepção aguçada é necessária para

distinguir os projetos sérios, que colocam as questões socioespaciais no centro da discussão e aqueles que apenas se vendem pelo discurso da moda.

Bibliografia

- Alcântara, Elzenice de Nazaré Monteiro. *Prainha do Canto Verde: Turismo Socialmente Responsável e Gestão Participativa*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 2003 (Dissertação de Mestrado).
- Almeida, Henrique Luís de Paula e Silva de, *Indicadores de Qualidade de Vida, Instrumento para o monitoramento Participativo da Qualidade de Vida de Comunidades Costeiras Tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe-CE*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2002. (Dissertação de Mestrado)
- Barcellos, Jane Athayde & Beltrão, Ricardo Ernetso Vasquez. Instituição Comunitária de crédito Portosol: construindo uma economia solidária. In: Singer, Paul & Souza, André Ricardo de, (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Benevides, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, org. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Bittencourt, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares. In: Singer, Paul & Souza, André Ricardo de, (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Caltabiano, Venera. "*Prainha do Canto Verde, Brasilien. Analyse eines nachhaltigen tourismusprojektes*" (*Prainha do Canto Verde, Brasil. Análise de um projeto de turismo sustentável*). Sierre: Faculdade de Turismo Suiça . 2003 (Monografia)
- Castro, Carlos Henrique de; Pascali, Maria Júlia; Primavera, Heloisa; Whitaker, Stella. O Clube de Trocas de São Paulo. In: Singer, Paul & Souza, André Ricardo de, (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Cavaco, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In. Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, org. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001

- Cazes, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. Tradução de Eduardo Yázigi do original *Tourisme et sous-développement – les tendances récentes*. In: Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, (Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001
- Coriolano, Luzia Neide M.T.. Os limites do Desenvolvimento e do Turismo. In: Coriolano, Luzia Neide M.T. (org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNCENE, 2003
- Cruz, Ríta de Cássia. *Política de turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001
- EMBRATUR, Anuário estatístico EMBRATUR, vol.30. Brasília, 2003
- Gomes, Henrique Cezar Martins. *Para onde sopram os ventos? Escola, Vida e Cultura dos Povos do Mar*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2002. (Dissertação de Mestrado)
- Krippendorff, Jost. *Sociologia do Turismo – para a compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- Lima, Maria do Céu de Lima. *Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará. Territórios, Costumes e Conflitos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002 (Tese de Doutorado)
- Lopes Junior, Edmilson. Sombras sobre o Reino tropical de Dionísio: população, meio ambiente e urbanização turística no litoral do Rio Grande do Norte. In: Serrano, C.; Bruhns, H.T. & Luchiari, M.T.D.P. (Org.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- Luchiari, Maria Tereza D.P.. *Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo*. In: Serrano, C.; Bruhns, H.T. & Luchiari, M.T.D.P. (Org.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- Luchiari, Maria Tereza D.P. & Serrano, Célia. *Tourism and Environment in Brazil*. In: Hogan, Daniel Joseph et alli. *Population and environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: CNPD, ABEP, NEPO, 2002
- Reinhard, Angela e Welti, Denise. “*Nachhaltigkeit am Tourismusprojekt. Prainha do Canto Verde, Brasilien. Analyse eines Modells für nachhaltigen Tourismus*“ (*Sustentabilidade em projetos turísticos. Prainha do Canto Verde, Brasil. Análise*

- de um modelo para turismo sustentável*). Zurique. Escola internacional de Turismo. 2001. (Monografia)
- Rodrigues, Adyr A. Balastrieri. Turismo local: oportunidades para inserção. In: Rodrigues, Adyr Balastrieri, (Org.) *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Rodrigues, Adyr A. Balastrieri. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. In: Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, (Org.) *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 2001
- Rodrigues, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: Serrano, C.; Bruhns, H.T. & Luchiari, M.T.D.P. (Org.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.
- Saraiva, Maria Lianeide Souto Araújo. *Faces dos Novos Usos do Território Litorâneo de Beberibe-CE: Lazer e turismo em Praia das Fontes e Prainha do Canto Verde*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará. 2002. (Dissertação de Mestrado).
- Schärer, René. O Turismo Sustentável na Prainha do Canto Verde. In: Coriolano, Luzia Neide M.T. (org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNCENE, 2003
- Silveira, Marcos Aurélio T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, org. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Singer, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul & Souza, André Ricardo de, (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002
- Souza, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: Singer, Paul & Souza, André Ricardo de, (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Souza, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento local. In: *Revista TERRITÓRIO, ano II, nº3, jul./dez. 1997*. Rio de Janeiro.

Souza, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In: Rodrigues, Adyr A. Balastrieri, org. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Tupinambá, Soraya Vanini. *Do tempo da captura à captura do tempo livre. Terra e mar: caminhos da sustentabilidade*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.1999. (Dissertação de mestrado)

Urry, John. *O Olhar do Turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1996

Sites consultados:

www.fortalnet.com.br/~fishnet (Site da Prainha do Canto Verde)

www.turismo.gov.br (Site do Ministério de Turismo)

ANEXOS

ANEXO I

PRAINHA DO CANTO VERDE

Plano diretor - Regulamento para uso da terra

I. USO DA TERRA PARA MORADIA

- a) Cada família tem direito a uma moradia.
- b) Filhos (as) de 18 anos morando na Prainha do Canto Verde tem o direito de construir uma moradia, sem precisar comprovar necessidade. Filhos (as) com menos de 18 anos que se casar ou juntar tem o direito de construir uma moradia.
- c)a) Filhos (as) nativos (as) de moradores da Prainha do Canto Verde que venham a morar definitivamente e de forma continua tem o direito de construir uma moradia.
- c)b) Se tiver construído uma moradia e decide de deixar de morar na comunidade só poderá vender a casa para moradores da comunidade.
- c)c) Se, uma vez construído a casa; ele (ela) não ocupa a casa, poderá passar a casa para um membro da família imediata (pais, irmãos) que tiverem o direito a uma moradia de acordo com paragrafo a) e b) acima.
- c)d) Se não tiver ninguém da família em condições de ocupar a moradia, ela será colocada a disposição da Associação dos Moradores para fins comunitários.
- c)e) Quem tiver começado a construir alicerce e num prazo de um ano não continue a obra, terá que entregar o canto para qualquer morador que estiver com direito a construir casa e desejando aquele lugar, negociando o custo de material do alicerce.
- d) Não é permitido reservar canto com cercas, plantio de coqueiros ou outras benfeitorias na area da comunidade.
- e) O tamanho de terrenos incluindo moradia e quintal é limitado a uma area máxima de 12 metros por 25 metros. (300 m2)
- f) Quem já tiver mais de uma moradia, deverá passar uma delas para filhos que tem o direito (veja paragrafo b+c deste regulamento). Venda é permitido só com autorização da Associação dos Moradores.

- g) Qualquer morador que pensa em construir uma moradia, deverá procurar de construir a casa em fila para permitir o uso ordenado do espaço.
- h) Quem vende a moradia não terá direito a outra posse na area da Prainha do Canto Verde.
- i) Para qualquer construção é obrigatorio solicitar alvará de construção através da Associação dos Moradores de Prainha do Canto que fará o encaminhamento para Prefeitura.

Definição: "Necessidade de construir uma moradia existe quando um nativo (a), precisa de casa para ele (ela) ou a familia imediata (mulher, marido e filhos) morar na comunidade de forma continua."

2. USO DA TERRA PARA QUARTO DE PESCA

- a) O tamanho dos quartos de pesca será limitado a uma area total de 6 metros por 8 metros (48 m2).
- b) É permitido um quarto de pesca por dono de embarcação.
- c) Os quartos de pesca deverão ser localizado na praia.

3. USO DA TERRA PARA CASA DE COMERCIO (incluindo restaurantes, pousadas, bodegas,etc)

- a) Todos os moradores tem o direito de construir uma casa de comercio. A comunidade deverá autorizar atraves da Assembleia Geral o alvará para este fim.
- b) A proposta para construção de casa de comercio deverá ser acompanhado por um projeto simples mostrando claramente o fim do comercio e as fontes de financiamento quando houver alguma duvida que a construção poderia ser para terceiros.
- c) Não esta permitido o uso de casas de comercio para atividades que lesam a moral publica, por exemplo: casas de jogo, cabaré, motel etc.
Qualquer morador tem o direito de denunciar abusos contra a moral publica.
- d) O estabelecimento comercial não poderá ser vendida ou alugado sem autorização da Assembleia Geral

- e) Quem já tiver mais de uma propriedade, deverá usar uma delas para casa de comércio, não tendo direito a outra construção

4. USO DA TERRA PARA VAZANTES E COQUEIRAIS (bemfeitorias)

- a) Vazantes são áreas comunitárias. Moradores que quizessem fazer usufruto temporário deverão pedir autorização da Diretoria da Associação dos Moradores.
- b) Áreas de vazantes, coqueirais e outras bemfeitorias não podem ser vendidos.

5. USO DA TERRA PARA ÁREAS COMUNITÁRIAS

- a) A Diretoria fica encarregada de propor à Assembleia Geral a indicação de áreas para uso comunitário a ser aprovado pelos moradores.
- b) Consideram-se áreas comunitárias: Igreja, escola, creche, pousada comunitária, camping comunitário, área de esporte e lazer, praça pública, posto de telefone e de correio, escritório da Associação, chafariz público, entreposto, fábrica de gelo, garagem comunitária, casa de cultura, museu, posto de polícia etc.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a) Construções na Comunidade de Prainha do Canto Verde são limitadas ao andar térreo e o 1º andar, não sendo permitidas construções de dois andares.
- b) Qualquer autorização emitida pela Diretoria deverá ser afixada em lugar público para conhecimento dos moradores e com um prazo de 30 dias para entrar em vigor.
- c) Qualquer morador da Prainha do Canto Verde que se sentir lesado por uma decisão da Diretoria da Associação dos Moradores com respeito ao uso da terra, tem o direito de recorrer à Assembleia Geral dentro de um prazo de 1 mês a partir da decisão da Diretoria.

Prainha do Canto Verde, 28 de abril de 1996

PROPOSTA FINAL FOI APROVADA PELA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

ANEXO II

COOPERATIVA DE TURISMO E ARTESANATO LTDA. ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO E SOCIAL

Art. 1º - A **COOPECANTUR** - Cooperativa de Turismo e Artesanato do Canto Verde Ltda., rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais vigentes, tendo:

- a) sede e administração em Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará;
- b) foro jurídico na Comarca de Beberibe, Estado do Ceará;
- c) para efeito de admissão de associados, a área deverá abranger a comunidade de Prainha do Canto Verde.
- d) prazo de duração indeterminado e ano social compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

§ Único - A cooperativa poderá criar filiais sucursais, agências, postos e escritórios ou manter representantes em qualquer ponto do território nacional, para atender à consecução de seus objetivos sociais.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 2º - A Sociedade objetiva, com base na colaboração recíproca, a que devem se obrigar seus associados, visando *estimular* a permanência de turistas na Comunidade de Prainha do Canto Verde e seus arredores para melhorar o bem-estar dos moradores:

- I - promover o estímulo do desenvolvimento sustentável, a defesa e o aproveitamento do potencial turístico em todo e qualquer setor;
- II - a venda ou reserva de hospedagens nas casas, pousadas, albergues, campings ou hotéis de propriedade sua ou de seus associados;
- III - a venda de passeios turísticos, por meio de carro, jangada, catamarã, charrete ou cavalos seus ou pertencentes a seus associados;
- IV - o transporte de turistas até sua área de atuação;
- V - a venda de bebidas, refeições e similares (inclusive em pacotes turísticos) nos estabelecimentos seus ou de seus associados;
- VI - a venda de artesanato e de outros artigos para turistas e outros consumidores;
- VII - o aluguel de instalações de propriedade da comunidade ou dos seus associados para uso como centro de turismo e convenções, seminários, cursos e outros eventos de reuniões;
- VIII - a prestação de serviços de guia de turismo, guia de trilhas ecológicas e de organizadores de eventos, shows, reuniões e convenções.

§ 1º - Para assegurar a continuidade e regularidade dos objetivos propostos pela Cooperativa, a entidade deverá:

- a) firmar convênios com a Secretária de Turismo e Prefeitura Municipal de Beberibe ou outros municípios, Sebrae, Centro de Tecnologia Federal, Instituto Terramar, CIPAT, Universidades e outras instituições no Brasil ou no exterior que venham a possibilitar cursos e/ou treinamentos para melhorar o desenvolvimento dos trabalhos dos filiados à Cooperativa;
- b) firmar convênios com outros prestadores de serviço, inclusive de outras localidades;
- c) firmar convênios com patrocinadores, fundações, entidades governamentais e não governamentais e bancos no Brasil ou no exterior para apoiar e/ou financiar projetos da cooperativa;
- d) elaborar roteiros turísticos, visando uma orientação maior sobre as potencialidades turísticas da região, destacando cultura, tradições, cultura e os ecossistemas da região;
- e) procurar desenvolver o turismo no litoral do Ceará.

§ 2º - A Cooperativa efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Poderá ingressar na Cooperativa qualquer morador que *esteja associado a Associação dos Moradores* e em dia com as quotas, que possa livremente dispor de si e de seus bens e concorde com as disposições deste Estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da Sociedade.

§ 1º - Podem também ser admitidos como associados, desde que preencham os requisitos exigidos neste Estatuto, as cooperativas de produtores da pesca e outras associações da comunidade.

§ 2º O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá, em hipótese alguma, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa e a assinará com outro associado proponente.

§ 1º - Aprovado pela Diretoria a sua proposta, o candidato subscreverá as quotas-partes do capital, nos termos e condições deste Estatuto e, juntamente com o Presidente da Cooperativa, assinará o Livro da Matrícula.

§ 2º - A subscrição das quotas-partes do capital, pelo associado, e a sua assinatura no Livro de Matrícula, completam a sua admissão na Sociedade.

Art. 5º - Cumprindo o que está disposto no artigo anterior, o associado adquire os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 6º - O associado tem direito a:

- a) tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, ressalvados os casos tratados no artigo 25;
- b) propor à Diretoria ou às Assembléias Gerais, medidas de interesse da Cooperativa;
- c) votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Cooperativa ou outros;
- d) demitir-se da Sociedade, quando lhe for conveniente;
- e) realizar, com a Cooperativa, as operações que constituem o seu objetivo;
- f) elaborar seu próprio pacote turístico para comercialização pela Cooperativa, comissionando-a na forma do item "h" do Art. 7º, deste Estatuto;
- g) solicitar, por escrito, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária, consultar, na sede da Sociedade, os livros e peças do Balanço Geral.

Art. 7º - O associado tem o dever e a obrigação de:

- a) oferecer para comercialização pela Cooperativa os serviços de hospedagem, refeições, passeios e outros serviços destinados a turistas;
- b) subscrever e realizar as quotas-partes do capital, nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço, comissões e encargos que forem estabelecidos;
- c) cumprir as disposições da Lei, do Estatuto, respeitar resoluções regularmente expedidas pela Diretoria e as deliberações das Assembléias Gerais;
- d) satisfazer pontualmente os compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida secretária e empresarial;
- e) concorrer com o que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para a cobertura das despesas da sociedade;
- f) prestar à Cooperativa esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se;
- g) operar com a Cooperativa na prestação de serviços que lhe facultaram associar-se;
- h) pagar à Cooperativa uma comissão de 10 % (dez por cento) sobre o preço das reservas de hospedagem, refeições e vendas de passeios por ela intermediados, de 10 % (dez por cento) sobre o preço de serviços por ela agenciado;
- i) remunerar anualmente a Cooperativa pelo serviço de propaganda e agenciamento, de acordo com tabela do regimento interno

§ 1º - Todo associado será obrigado a cadastrar, junto à Cooperativa, o seu equipamento de turismo, informando o tipo, a capacidade, a quantidade e outros dados que se fizerem necessários, não podendo omitir nenhum item exigido;

§ 2º - Todo associado será obrigado de zelar pela limpeza e segurança na área do seu equipamento turístico.

Art. 8º – O associado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito.

§ Único – A responsabilidade do associado como tal, pelos compromissos da Sociedade, em face de terceiros, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada, depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 9º – As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a Cooperativa e oriundas de sua responsabilidade em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém após um ano de dia da abertura da sucessão.

§ Único – Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-lhes o direito de ingresso na Cooperativa, desde que preencham as condições estabelecidas neste Estatuto.

CAPÍTULO IV **DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO**

Art. 10 – A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao Presidente, sendo por este levada à Diretoria em sua primeira reunião e averbada no Livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente.

Art. 11 – A eliminação do associado, que será aplicada em virtude de infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão da Diretoria, depois de reiteradas notificações ao infrator e os motivos que a determinaram deverão constar do termo lavrado no Livro de Matrícula e assinado pelo Presidente da Cooperativa.

§ 1º – Além dos motivos acima, a Diretoria deverá eliminar o associado que:

- a) vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com os seus objetivos;
- b) houver levado a Cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- c) depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, da Resoluções ou Deliberações da Cooperativa.

§ 2º – Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3º – O atingido poderá, dentro do prazo de 30 dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo, até a primeira Assembléia Geral.

Art. 12 – A exclusão do associado será feita;

I – por morte da pessoa física;

II – por incapacidade civil não suprida;

III – por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§ Único – A exclusão do associado, com fundamento nas disposições do item III deste artigo, será feita por decisão da Diretoria, aplicando-se, no caso, o disposto no artigo 11.

Art. 13 – Em qualquer caso, como nos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado só terá direito à restituição do capital que integralizou, acrescido dos respectivos juros e das sobras que lhe tiverem sido registradas.

§ 1º – A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral, o balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º – A administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição do capital e o pagamento dos juros sejam feitos em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir ao que se deu o desligamento.

§ 3º – Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número tal que as restituições e os pagamentos das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-los mediante critérios que resguardam a sua continuidade.

§ 4º – Os deveres de associados perduram para demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas, pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que o associado deixou de fazer parte da sociedade.

§ 5º - Readmissão de sócios precisa de uma maioria de 2/3 dos votos.

Art. 14 Não existe vínculo empregatício entre a COOPECANTUR e seus cooperados nos termos do Art. 90. Da lei 5.764/71 e, nem entre os cooperados e os tomadores de serviços, conforme a lei 8.949/94, independentemente do local da sua prestação, sendo obrigatório sua inscrição junto à Previdência Social como autônomo para ingressar na cooperativa.

CAPÍTULO V DO CAPITAL SOCIAL

Art. 15 - O capital da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes, subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 1'000.00 (hum mil reais).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 50.00 (cinquenta reais) cada uma.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não poderá ser negociada de modo algum, nem ser dada em garantia; sua subscrição, realização, transferência ou restituição, será sempre escriturada no Livro de Matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcialmente, será escriturada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

§ 4º - O associado poderá pagar as quotas-partes á vista, de uma só vez, ou em até 5 (cinco) prestações mensais.

§ 5º - A partir do ano 2002 a cooperativa distribuirá juros, que serão contados sobre a parte do capital integralizado, se houver sobras. O valor dos juros anuais será determinado pela Assembléia Geral no final do ano 2001.

§ 6º - Para efeito de admissão de novos cooperados ou novas subscrições, a Assembléia Geral atualizará, anualmente, com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes com direito a voto, o valor da quota parte, consoante proposição do Conselho de Administração, respeitados os índices de desvalorização da moeda, publicados por entidade oficial do governo.

Art. 16 - Ao ser admitido, cada associado deverá subscrever, *no mínimo 1 (uma)* quota-parte do capital social.

CAPÍTULO VI DOS ORGÃOS DIRECIONAIS

Art. 17 - São Órgãos Direcionais da Cooperativa:

1. Assembléia Geral;
2. Diretoria;
3. Conselho Fiscal;

Art. 18 - A Assembléia Geral dos associados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo e soberano da Cooperativa, dentro dos limites da Lei e do Estatuto, tendo poderes para tomar toda e qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 19 - As Assembléias Gerais serão convocados pelo Presidente, sendo por ele presididas, após deliberação da Diretoria.

§ 1º - 20 % (vinte por cento) dos associados em condições de votar, podem requerer ao Presidente a convocação de Assembléia Geral Extraordinária, justificando sua motivação e, em caso de recusa, convocá-la eles próprios, escolhendo um Presidente "ad hoc".

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 20 - É impedido de votar e ser votado o associado que:

- a) tenha sido admitido após a convocação da Assembléia Geral;
- b) não tenha operado com a Cooperativa, nos termos do item "h" do artigo 7º deste Estatuto;
- c) tenha sido empregado da Cooperativa até a Assembléia Geral aprovar as contas do ano social em que tenha deixado de existir o vínculo empregatício.

Art. 21 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo 18 deste Estatuto, as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez)

Dias para a primeira convocação e de 01 (uma) hora para a Segunda e 01 (uma) hora para a terceira.

§ Único - As três convocações poderão ser feitas num único edital, desde que dele constem expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 22 - Não havendo "quorum" que, por 03 (três) vezes consecutivas torne impossível a instalação da Assembléia Geral, apesar de regularmente convocada em prazos que guardem intervalo nunca inferior a 10 (dez) dias, entre cada série de 03 (três) convocações estabelecidas em editais distintos, presume-se a intenção de dissolver a Cooperativa.

Art. 23 - Os editais de convocação das Assembléias Gerais deverão conter:

1. a denominação da Cooperativa, seguida pela expressão "Convocação da Assembléia Geral", Ordinária ou Extraordinária;
2. o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
3. a seqüência numérica da convocação;
4. a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
5. o número de associados existentes na data da expedição do edital, para efeito de cálculo do "quorum" de instalação;
6. data e assinatura do responsável pela convocação;

§ 1º - No caso da convocação ser feito por associados, o edital será assinado, no mínimo, pelos 05 (cinco) primeiros signatários que a solicitaram.

§ 2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das principais dependências da Cooperativa e comunicados aos associados por meio de circulares.

Art. 24 - O "quorum" mínimo para a instalação da Assembléia Geral é o seguinte:

1. Dois terços (2/3) dos associados em condições de votar, na primeira convocação;
2. Metade, mais um dos associados, na segunda convocação;
3. Mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação, salvo quando a convocação for feita nos termos de & 1º do artigo 22 deste Estatuto, caso em que só poderá funcionar com a presença de, no mínimo, a totalidade dos responsáveis pela convocação.

§ Único - O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas constantes do livro de Presença.

Art. 25 - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário.

§ Único - Nas Assembléias Gerais que não forem convocados pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariados por outro associado, convidado pelo primeiro.

Art. 26 - Os ocupantes de cargos sociais, bem como os associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais: os de prestação de contas do exercício; mas não ficam privados de tomar parte dos debates correspondentes.

Art. 27 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não poderão dirigir os trabalhos, quando a Assembléia estiver deliberando sobre o relatório e as contas de gestões em que estejam exercendo ou houverem exercido seus mandatos, devendo o plenário escolher entre os associados presentes, um Presidente para dirigir os trabalhos no interregno, retornando a direção ao Presidente da Cooperativa, uma vez terminado o impedimento.

Art. 28 - As deliberações das Assembléias Gerais, somente poderão versar sobre os assuntos constantes no Edital de Convocação e os que com ele tiveres direta e estreita relação.

§ 1º - Habitualmente, a votação será por aclamação, mas a Assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se, então, às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembléia deverá constar da ata circunstanciada, lavrada no livro próprio das atas das Assembléias Gerais, lida, aprovada e assinada ao fim dos trabalhos pelos membros da mesa, por uma comissão de 10 (dez) associados designada em plenário e pelos demais que o queiram fazer.

§ 3º - As decisões das Assembléias serão tomadas pelo voto pessoal dos associados, sendo vedada a representação por procuração.

§ 4º - As votações que digam respeito a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão sempre por escrutínio secreto. No caso de empate, considerar-se-á eleito o associado de matrícula mais antiga.

§ 5º - Nas eleições para o preenchimento dos cargos da Diretoria só poderão concorrer chapas que forem registradas na Secretaria da Cooperativa, no mínimo, 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembléia Geral por solicitação de número não inferior a 05 (cinco) associados, em pleno gozo de seus direitos, cumprindo à Administração afixar as chapas registradas em local visível.

§ 6º - As chapas correspondentes à eleição deverão ser acompanhadas de declaração de seus membros de, se eleitos, assumirem e exercerem os respectivos cargos.

§ 7º - Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciada de erro, dolo, fraude, ou simulação, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia tiver sido realizada.

Art. 29 - A Assembléia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, dentro de 90 (noventa) dias do encerramento do exercício, cabendo-lhe especialmente:

- a) deliberar sobre a prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório da gestão, as demonstrações financeiras e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) dar destino às sobras ou repartir as perdas;
- c) elege, reelege ou destituir ocupantes de cargos sociais;
- d) fixar os honorários, gratificações e cédulas de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 30 - As eleições dos membros dos órgãos de administração e fiscalização ocorrerão após esgotado todos os assuntos de interesse social, mencionados no edital da convocação da Assembléia Geral.

Art. 31 - A aprovação das demonstrações financeiras e do Relatório da Diretoria desonera seus membros de responsabilidade para com a Cooperativa, salvo no caso de erro, dolo ou fraude.

Art. 32 - A Assembléia Extraordinária reúne-se sempre que necessário e tem poderes para deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 33 - Compete privativamente à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) reforma do Estatuto
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objeto da Cooperativa;
- d) dissolução voluntária da Cooperativa;
- e) nomeação de liquidantes;
- f) deliberação sobre as contas dos liquidantes.

Art. 34 - E competência das Assembléias Gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, a destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, em face de causa que a justifique.

§ Único - Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, poderá a Assembléia designar administradores provisórios até a posse de novos, para cuja eleição haverá o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 35 - A Cooperativa será administrada por uma Diretoria composta de 05 (cinco) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Diretor de Finanças e um *Diretor de Relações com a Comunidade*, + 5 diretores conselheiros todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 03 (três) anos. (7 dos 10 diretores deverão ser representantes dos 7 grupos de prestação de serviço – 1 de cada grupo)

§ 1º - É obrigatória, ao término de cada período de mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria.

§ 2º - Os membros da Diretoria não poderão ter entre si laços parentesco até o 2º grau, em linha reta ou colateral

§ 3º - Os diretores que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da Cooperativa, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 4º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas respondem solidariamente pelos prejuízos resultante de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 5º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 36 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a penas que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

§ 1º - O associado, mesmo ocupante de cargo eletivo na Cooperativa, que em qualquer operação tiver interesse oposto ao da Sociedade, não poderá participar das deliberações que sobre tal versarem, cumprindo-lhe acusar seu impedimento.

§ 2º - Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, os liquidantes, equiparam-se aos administradores das Sociedades Anônimas, para efeitos de responsabilidade criminal.

§ 3º - Sem prejuízo da ação que couber a qualquer associado, a Cooperativa por seus administradores, ou representada pelo cooperado escolhido em Assembléia Geral terá direito de ação contra os administradores para promoverem sua responsabilidade.

Art. 37 - A Diretoria rege-se pelas seguintes normas:

1. reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria da própria Diretoria, ou ainda, por solicitação do Conselho Fiscal.
2. delibera validamente com a presença da maioria de seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.
3. as deliberações serão consignadas em ata circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lida e aprovada ao final dos trabalhos pelos membros da Diretoria.

Art. 38 - Compete a Diretoria, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as deliberações ou recomendações da Assembléia Geral:

- a) regulamentar as operações e serviços da Cooperativa;
- b) elaborar ou reformar o Regimento Interno;
- c) deliberar sobre as despesas da administração;
- d) deliberar sobre admissão, eliminação e exclusão dos associados;
- e) deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais;
- f) fixar critérios para liberação de verbas, empréstimos e/ou adiantamentos a associados em geral, por conta de serviços realizados e/ou a realizar com a Cooperativa;
- g) avaliar a conveniência ou não de fazer o seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa, fixando os limites;
- h) examinar os balancetes mensais e o estado econômico e financeiro da Cooperativa;
- i) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- j) fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;
- k) regulamentar e tarifar os serviços;
- l) contratar os serviços de auditoria ;
- m) contrair obrigações, transigir, adquirir e alienar bens móveis e constituir mandatários;
- n) realizar a contratação de operações de financiamento com bancos oficiais e/ou privados, comerciais e/ou de fomento, ou qualquer outro estabelecimento de crédito;
- o) velar pelo cumprimento de legislação trabalhista e fiscal;
- p) abrir, transferir, fechar postos, entrepostos, escritório, depósitos e filiais, em sua área de ação;
- q) criar o comitê comunitário ;
- r) indicar os bancos nos quais devem ser feitos os depósitos de numerário disponível;
- s) firmar convênios com instituições governamentais e não governamentais para prestação de serviços, capacitação e assessoria;
- t) elaborar projetos para financiamento através de empréstimos, doações e/ou com capital próprio;
- u) fechar acordos de patrocínio com empresas ou outras instituições governamentais e/ou não governamentais.

§ Único - As decisões da Diretoria são baixadas em forma de Resoluções.

Art. 39 - Compete ao Presidente:

- a) articular-se junto a instituições de financiamento, Fundações e outras entidades visando a obtenção de recursos destinados ao financiamento das atividades sociais;

- b) supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com o coordenador, prestadores de serviço e empregados;
- c) verificar freqüentemente o saldo em caixa e no banco;
- d) assinar cheques bancários, conjuntamente com outro diretor;
- e) convocar, ordinária ou extraordinariamente, depois de deliberação da Diretoria, as Assembléias Gerais;
- f) mobilizar-se junto aos Ministérios, Secretárias, Prefeitura, Federações, Empresas Públicas e Privadas, visando realizar convênios destinados ao desenvolvimento das atividades sociais;
- g) representar a Cooperativa junto às Autarquias, Prefeituras e Superintendências visando a obtenção de licenças e permissões para regularidade de seu funcionamento;
- h) incumbir-se do processo de comercialização dos serviços e produtos da Cooperativa, isoladamente ou em conjunto com diretor e/ou coordenadores;
- i) presidir as Assembléias e reuniões da Diretoria;
- j) definir, em comum acordo com os diretores, a política geral de pessoal da Cooperativa;
- k) assinar, com o Secretário ou com o Vice-Presidente, os cheques, instrumentos de procuração e quaisquer documentos que se refiram a terceiros;
- l) elaborar o relatório anual que deve ser apresentado à Assembléia Geral;
- m) representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- n) admitir e demitir, fora do quadro social, o coordenador, o contador e demais empregados.

Art. 40 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) coordenar e supervisionar a execução do projeto de turismo domiciliar, relações com os cooperados e a comercialização dos produtos da Cooperativa;
- b) coordenar e supervisionar obras da Cooperativa;
- c) organizar e orientar os serviços internos da administração;
- d) assessorar o Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa dias)..

Art. 41 - Compete ao Secretário:

- a) acatar e executar todas as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno e da Diretoria;
- b) autorizar pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo numerário de sua área;
- c) responsabilizar-se pela conservação dos bens móveis e imóveis da Cooperativa, ou sob sua responsabilidade e instituir inventário permanente para os mesmos;
- d) secretariar e lavar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos inerentes;
- e) secretariar os serviços de expediente, arquivo e fichário dos associados.

Art. 42 - Compete ao Diretor de Finanças:

- a) verificar freqüentemente o saldo de caixa e banco;
- b) elaborar o relatório anual que deve ser apresentado à Assembléia Geral;
- c) executar a contabilidade e responsabilizar-se por pagamentos, recebimentos, guarda de valores, títulos, documentos e arquivos inerentes;
- d) fazer pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo numerário de sua área.

Art. 43 - Compete ao Diretor de Relações com a Comunidade:

- a) coordenar as relações com os grupos organizados dentro da comunidade;
- b) supervisionar levantamentos socio-demográficos e manter em dia o cadastramento das famílias da comunidade demográficos;
- c) administrar os diferentes fundos sociais e educacionais;
- d) coordenar e supervisionar os serviços de marketing da Cooperativa
- e) manter contatos com parceiros, entidades governamentais e não governamentais e outras comunidades no Brasil e no exterior

Art. 44 novo – Compete aos Diretores Conselheiros

- a) participar das reuniões da diretoria garantindo a representação dos grupos de prestação de serviços
- b) levar propostas e assuntos a ser tratados de interesse dos grupos de prestação de serviços.
- d) coordenar as relações com os prestadores de serviços

Art. 44 - O Conselho Fiscal é constituído por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, qualquer destes para substituir qualquer daqueles, todos associados eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição, para o período imediato de apenas 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter entre si ou com os membros da Diretoria, nem com o gerente ou contador, laços de parentesco até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral

§ 2º - O associado não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal.

Art. 45 - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for necessário, com a participação de 03 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião, escolherá entre os seus membros efetivos um secretário e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir os trabalhos das reuniões.

§ 2º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria ou da Assembléia Geral, ou ainda por 20 % (vinte por cento) dos associados em condição de votar.

§ 3º - Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, proibida a representação e constarão da ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião pelos 03 (três) Conselheiros Fiscais presentes.

Art. 46 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar a administração da Cooperativa, examinando as operações, atividades e serviços;
- b) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa e no banco, verificando também se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria;
- c) verificar se os extratos bancários conferem com a escrituração da Cooperativa;
- d) investigar eventuais reclamações dos associados sobre os serviços prestados ou de denúncias sobre alguma irregularidade financeira;
- e) inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se as obrigações são atendidas com pontualidade;
- f) certificar-se se existem exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos de Cooperativismo;
- g) verificar se os estoques de produtos ou mercadorias estão em boa guarda e se suas quantidades e valores registrados estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias;
- h) examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer sobre os últimos para a Assembléia Geral;
- i) informar a Diretoria sobre conclusões de seus trabalhos, denunciando a este as irregularidades constatadas e, se não sanadas em tempo hábil e ocorrendo motivos graves e urgentes, convocar a Assembléia Geral Extraordinária, levando ao conhecimento das autoridades competentes, se a natureza das irregularidades assim o aconselhar.

§ Único - Para os exames e verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento de suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal, contratar o assessoramento de técnicos especializados e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

Art. 47 - Fica criado um órgão denominado Comitê Comunitário, sem poder decisório, integrado por um número não limitado de membros.

& Único - Os membros do Comitê Comunitário serão sempre indicados e convidados pela Diretoria e aprovados pela Assembléia Geral

Art. 48 - A escolha deverá recair sempre sobre pessoas que se destaquem por saber, reputação e moral na comunidade.

Art. 49 - São atribuições do Comitê Comunitário:

- a) difundir entre os associados os princípios do Cooperativismo, sua doutrina, história e filosofia;
- b) esclarecer aos associados os seus direitos e deveres na Cooperativa;
- c) incentivar a participação do associado no funcionamento e administração da Cooperativa;
- d) orientar os associados quanto às operações e serviços da Cooperativa;
- e) preparar lideranças para assumir cargos eletivos na Administração e Fiscalização da Cooperativa;
- f) desenvolver o espírito comunitário dos associados para promover sua integração social;
- g) aconselhar, supervisionar e fiscalizar a Diretoria e a Assembléia Geral na aplicação dos recursos dos fundos sociais e educacionais.

CAPÍTULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 50 - A Cooperativa fará realizar a cada 03 (três) anos, eleições para a Diretoria.

Art. 51 - Somente poderão votar os associados que estejam em dia com as suas obrigações com a Cooperativa e a Associação dos Moradores.

Art. 52 - Cada associado terá direito a um único voto.

Art. 53 - A Diretoria será eleita por voto secreto, direto e pessoal, por associado em pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme artigo 51.

Art. 54 - Em cada período deverá ser renovado, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria.

Art. 55 - As chapas para concorrerem à Diretoria e/ou Conselho Fiscal deverão ser inscritas na Secretária da Cooperativa, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da realização das eleições, compostas por associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme artigo 51 deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 56 - O Balanço Geral, incluído o confronto de receitas e despesas será levantado no último dia útil de dezembro de cada ano.

& Único - Os resultados deverão ser apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 57- Das sobras verificadas no final do ano serão deduzidas as seguintes taxas:

- a) 10% (dez por cento) para o Fundo de Reservas;
- b) 20 % (vinte por cento) para o Fundo Social e Educacional;

§ 1º - Nos primeiros dois anos de exercício as sobras, após deduzidas as taxas de acordo com Art.57, a sobra será destinada integralmente para o Fundo de Reservas;

§ 2º - A partir do terceiro ano de exercício as sobras líquidas apuradas na forma deste artigo, deduzido o valor de eventuais gratificações aos membros dos órgãos de Administração e empregados, se assim determinar a Assembléia Geral Ordinária, serão distribuídas aos associados na proporção de números de quotas-partes, após aprovação do Balanço, salvo destinação diversa.

§ 3º - As perdas verificadas que não tenham cobertura do Fundo de Reserva, serão rateadas entre os associados, após a aprovação do Balanço pela Assembléia Geral Ordinária, *na proporção das quotas-partes*.

§ 4º - Comporão, ainda, o Fundo Social doações a qualquer título.

Art. 58 - O Fundo de Reserva destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que lhe será dada a destinação expressa em lei.

§ Único - Sempre e quando o Fundo de Reserva superar o valor do capital social da Cooperativa a sobra poderá ser destinada a investimentos da Cooperativa, aumento do capital social ou ao fundos social e educacional por decisão da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Art. 59 - O Fundo Social e Educacional destina-se a fornecer serviços educacionais ou sociais aos moradores da comunidade de acordo com a proposta do Comitê Comunitário aprovado pela Diretoria e a Assembléia Geral da Cooperativa, podendo os respectivos recursos serem aplicados mediante convênios com entidades públicas ou privadas.

§ Único - Os Fundos Educacionais e Sociais são indivisíveis entre os associados mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que lhe será dada destinação legal.

CAPÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 60 - A dissolução da Cooperativa dar-se-á:

- a) por deliberação espontânea dos associados manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada;
- b) quando a Cooperativa não contar com o número mínimo de 20 (vinte) associados, previsto em Lei ou pela redução do Capital Social mínimo;
- c) em virtude da alteração de sua forma jurídica.

Art. 61 - Determinada a liquidação da Cooperativa pela Assembléia Geral Extraordinária, esta nomeará um ou mais liquidantes, no máximo 03 (três), elegendo igualmente um Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros.

Art. 62 - Os liquidantes devem proceder à liquidação de conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO X DOS LIVROS

Art. 63 - A Cooperativa terá os seguintes livros:

- I. de matrícula;
- II. de Atas das Assembléias;
- III. de Atas de reuniões da Diretoria;
- IV. de Atas do Conselho Fiscal;
- V. de Atas do Comitê Comunitário;
- VI. de presença dos associados às Assembléias Gerais;
- VII. outros fiscais e contábeis obrigatórios.

§ Único - É facultado a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 64 - No livro ou ficha de matrícula, os associados são inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- b) a data de sua admissão, e quando for o caso, a de sua demissão, eliminação ou exclusão;
- c) a conta corrente das respectivas quotas-partes do Capital Social.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65 - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, de acordo com a legislação em vigor, ouvindo, se necessário, os órgãos de representação do cooperativismo.

Prainha do Canto Verde, Janeiro de 2001

ANEXO III

Literatura de cordel – O turismo na Prainha do Canto Verde – Beberibe/CE

Caro amigo leitor
Ouça o que eu vou falar
Do **TURISMO** na Prainha
Pra você ler e apreciar.

É um meio trabalhado
Que na **COMUNIDADE** tem
Complementando a pesca
Melhorando a renda também.

Não há que viva no mundo
Que não deseje **TRABALHAR**
No caso o turismo é bom
Para dinheiro ganhar

O turismo na Prainha
É uma coisa **ORGANIZADA**
Começou em noventa e sete
Com pouca gente integrada

Mas agora é diferente
Porque tudo **MUDOU**
Tem mais gente trabalhando
Do que quando começou

Nosso turismo é um projeto
Que preserva a **NATUREZA**
E são grupos de pessoas
Que vem deixando riqueza.

Hoje na Prainha
Tem uma forma diferente
Pra's pessoas trabalharem
E cuidar da **ECOLOGIA** da gente.

Temos um **TURISMO ECOLÓGICO**
E queremos preservar
Porque é muito bom ter turista
Que saiba nos valorizar.

O turismo do Canto Verde
Que tem **SUSTENTABILIDADE**
Só pensa em coisas boas
Para preservar a comunidade

O turista que queremos
É de pessoa **EDUCADA**
Que goste da natureza
E não gente mal amada

A Prainha é visitada
Por pessoas de todo lugar
São gente civilizada
Que pensam em AJUDAR

Esse é mais um motivo
Pra nós se organizar
Para trazer mais turistas
Pra mais gente TRABALHAR

Mas também vem uns turistas
Que só querem bagunçar
Mas estão na praia errada
Só precisamos ALERTAR

Na Prainha do Canto Verde
Tem muito o que APRECIAR
Tem as dunas e o mar lindo
E o por do sol para olhar

O turista tem direito
De apreciar as belezas
Tem muita coisa bonita
Que são nossas RIQUEZAS.

Quando se trabalha certo
Tudo é recompensado
Com força de todo POVO
Nada será atrasado.

Da feira de turismo em BERLIM
Não podemos esquecer
Do prêmio que ganhamos
E o mundo pôde nos conhecer.

Ganhamos este prêmio
De melhor projeto apresentado
Foi em noventa e nove
Tivemos nosso lugar HONRADO.

Criou-se a COOPERATIVA
Para melhor trabalhar
Ajudando uns aos outros
Para o turismo melhorar.

Existe uma DIRETORIA
Para melhor organizar
Quando há algum problema
Eles tentam consertar.

Em nossa cooperativa
Há muita regra a seguir
Uma é da Associação ser SÓCIO
Quem entrar tem que seguir.

Tem vários GRUPOS de serviços
Que faz gosto então falar
São pessoas preparadas
Que esperam o turista chegar.

JOVENS GUIAS é um deles
Todos prontos para agir
Os turistas até gostam
Do que eles tem a servir.

Há também as MERENDEIRAS
Um grupo bem importante
Providenciam a merenda
De sabor interessante.

Sempre que temos eventos
Elas vem pra trabalhar
É o grupo das COZINHEIRAS
Comida não vai faltar.

Dentre as várias belezas
Que o turista sempre vê
Tem ainda o ARTESANATO
Que o artesão faz pra vender.

Você que vem a Prainha
E quer saborear um comida
Procure nas BARRACAS
Que será bem atendida.

Se preferir tem RESTAURANTES
São todos de Qualidade
Pra você que é importante
Qualquer barraca da localidade.

Procuramos dá o MELHOR
Pra que se sinta a vontade
Somos todos nativos
Filhos dessa comunidade.

O turista tem direito
A preferência é dele
Uma casa confortável
Ou uma POUSADA pra ele.

O preço pra pagar
É muito BOM E BARATO
Quem vem aqui uma vez
Fica feliz de imediato.

Tem o Fundo Social
E o de SOLIDARIEDADE
Que ao final de cada ano
Ajuda a comunidade.

Precisamos sempre ser
Muito bem ORGANIZADO
Pra não desagradar
A quem nos tenha visitado.

Você que estar ouvindo
E quer nos visitar
Estamos dando o ENDEREÇO
Basta se interessar

Do turismo que eu falei
E não quero repetir
Quando fizermos outro cordel
Nós vamos nos GARANTIR.

Autores: Erenilson, Eudes e Luis – Alunos da Escola dos Povos do Mar.

“Este cordel é fruto de um trabalho realizado com os alunos da Escola dos Povos do Mar que contou com a assessoria de José Erivam Bezerra de Oliveira (sociólogo e mestre em literatura) e apoio de José Maria da Costa Ferreira (pedagogo e professor da escola) e Henrique Cezar Martins Gomes (coordenador do projeto).

O cordel é uma das linguagens em processo de aprimoramento na Escola dos Povos do Mar, que possibilita a construção coletiva do conhecimento e a difusão dos saberes que estão sendo produzidos.

A escola dos Povos do Mar é uma iniciativa do **Instituto Terramar, Escola Bom Jesus do Navegantes da Prainha do Canto Verde e da Associação dos Moradores** daquela comunidade.

É um projeto experimental que pretende tornar-se alternativa para outras comunidades e municípios do litoral cearense.”

Fonte: Serie Literatura de Cordel editada pelo próprio projeto e conseguida no Instituto Terramar.

ANEXO IV

Roteiro de questões aplicado aos moradores da Prainha

Esse roteiro serviu como base para me orientar nas minhas entrevistas, as quais, porém foram levadas como longas conversas pois evitei ao máximo formular as perguntas diretamente, tentando conduzir a conversa sem promover um interrogatório.

- 1- Fale um pouco sobre o surgimento da cooperativa de turismo e artesanato.
 - De onde vem a idéia de cooperativa?
 - Porque cooperativa?
 - O que é bom e ruim ?
 - O que você mudaria se pudesse?
 - Você acha que a renda é bem distribuída entre os cooperados?

- 2- Fale um pouco sobre as pessoas que fundaram a cooperativa.
 - Você acha que haveria cooperativa sem associação?
 - E sem o René?
 - E sem as ajudas financeiras?
 - Os valores do cooperativismo são importantes? Melhoraram a convivência?

- 3 – O que mudou aqui desde que o turismo chegou?
 - Em que melhorou a vida das pessoas?
 - Melhorou para todos? igualmente?

- 4 – O que você sonha para o futuro da cooperativa?
 - Você acha que tem que expandir?
 - Quer que vire renda principal?
 - Que mais pode ser explorado?
 - Sobre as sobras, como você acha que esse dinheiro deve ser gasto?
 - Com o aumento do turismo as pessoas não podem se desinteressar da pesca?

- 5- Fale um pouco sobre como são as relações como os turistas.
 - O que é bom e o que é ruim?
 - Você aprende alguma coisa? Você acha que os ensina?
 - Acha que os turistas influenciam os costumes da comunidade?
 - Como a comunidade os vê?

- 6 – Fale um pouco sobre as relações do turismo com a comunidade.
 - Você acha que o turismo beneficia não só os cooperados mas os que não trabalham com isso também?
 - A comunidade hoje tem mais dinheiro? Vive melhor?
 - Foram criados novos postos de trabalho? Mais gente trabalha hoje?
 - As pessoas dão valor ao fundo de educação e aos outros repasses que a cooperativa faz?

- 7 – Fale um pouco sobre a maneira como você gasta seu dinheiro.
 - Você consome mais dentro ou fora da comunidade?
 - Onde você gasta mais dinheiro? Com que item?

ANEXO V

Benefício econômico e social do turismo: Apesar da atual crise na pesca, a renda da captura de peixe e lagosta continuará de sustentar as 180 famílias da aldeia por muitos anos ainda. Quem sabe a pesca poderia até melhorar, se os nossos esforços para o ordenamento da pesca da lagosta tivessem sucesso.

O nosso projeto de turismo deverá gerar renda complementar, alguns empregos e aumentar a produção de labirinto e artesanato, assim como abrir oportunidades para carreiras profissionais no turismo para os nossos jovens.

Mais importante porém é o fato de que o projeto garantira que a renda e o lucro que vem do turismo ficará na comunidade em vez de enriquecer algum investidor externo. Alguns exemplos:

Coordenador do turismo; serviço de comida para eventos e banquetes; guias de trilhas ecológicas e de turismo; motorista; frete de jangadas, produção de artesanato e loja de artesanato; merendeira e faxineira; shows artísticos; aluguel de quartos e casas; e outros mais.

É claro que nem todos os moradores terão uma participação direta no turismo, por isso que o conselho de turismo procurou caminhos para que os moradores menos favorecidos pela educação poderá ser beneficiados também. Os estatutos da cooperativa de turismo prevê a criação de um fundo de educação e solidariedade, o qual será administrado por um conselho de solidariedade. O fundo será alimentado por contribuições voluntários dos visitantes e com 20% da sobra anual da cooperativa. Com estes recursos serão financiado cursos de capacitação profissional, moradia, banheiros, assim como, ajuda a famílias em caso de acidentes graves ou desastres naturais. Para evitar o temido assistencialismo os beneficiados terão que retribuir com prestação de serviços comunitários.

O fundo rotativo: A comunidade mantém um fundo de investimentos com um capital de R\$ 6.000.00 disponível para pequenos empréstimos de até

R\$ 800.00 para membros da cooperativa destinado a pequenos negócios turísticos. A diretoria analisa os projetos pela sua viabilidade econômica e os pequenos empreendedores terão apoio com conselhos e capacitação. Os primeiros empréstimos concedidos em 1998 estão sendo pagos sem qualquer atraso e o dinheiro fica disponível para novos projetos.

Investimentos comunitários: Para adequar a nossa oferta turística as demandas prevemos os seguintes investimentos para os próximos três anos:

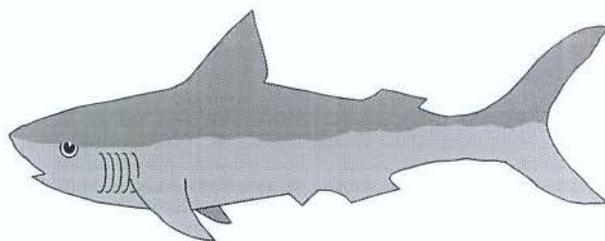
Quartos para hospedagem domiciliar;

Reforma dos quartos na pousada comunitária;

Ampliação da palhoça de praia comunitária;

Topic ou Kombi para traslados e excursões;

Catamarã para expedições de pesca;



Sinalização na comunidade e trilhas ecológicas;

**Museu de pesca artesanal e jangadas;
Centro de turismo e loja de artesanato.**

Os nossos acionistas: O projeto de turismo comunitário visa criar oportunidades para que os jovens da comunidade possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade em vez de migrar para os grandes centros e aumentar as filas dos desempregados. Os Amigos da Prainha do Canto Verde, um grupo de pessoas que acredita no nosso trabalho resolveu investir no empreendimento. Os dividendos serão pagos com hospedagem e refeições nos estabelecimentos afiliados a cooperativa no valor de 10% do capital investido. Para informações:

René Schärer, Caixa Postal 52722, 60151-970 Fortaleza, Ceará, Brazil. Tel. 085 9947 9794, fax 088 4133 1426. e-mail: fishnet@uol.com.br

Homepage: www.fortalnet.com.br/~fishnet

PROJETO TURISMO ECOLÓGICO

PRAINHA DO CANTO VERDE BRASIL

Em Março de 2000 a comunidade foi premiada na Feira Internacional de Turismo em Berlim com o Prêmio TODO199. A Prainha do Canto Verde sendo o primeiro projeto brasileira a ser considerado socialmente responsável.

A atividade principal dos moradores da comunidade sempre foi a pesca e atividades relacionadas com ela. Nos tempos de fartura da lagosta, a renda era suficiente para sustentar as famílias, manter a jangada e adquirir bens de consumo. Com a dramática queda das capturas de lagosta nos últimos dez anos a sobrevivência econômica está ameaçada e precisamos procurar outras fontes de renda. O desenvolvimento do turismo comunitário é uma destas oportunidades.

Desenvolvimento do turismo no Nordeste: Desde 1989 o nosso governo está promovendo o desenvolvimento do turismo com apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que faz parte do grupo do Banco Mundial; somente no Ceará estão disponível 800 milhões de dólares para infra-estrutura. Contrário ao compromisso assumido na carta de intenções o planejamento do Projeto Prodetur foi executado sem o envolvimento da sociedade civil e das comunidades litorâneas. O resultado foi uma corrida de especuladores bem informados para ocupar as terras de praia de qualquer jeito, já que o mega-investimento em estradas, energia e saneamento prometia uma valorização dos terrenos. O projeto também não contribui em redistribuir a riqueza e renda dos ricos para os moradores que continuam marginalizados e mudam as suas moradias para atrás do morro. O projeto gera poucas empregos de qualidade para a população que carece de uma educação adequada. Assim, poucas comunidades resistirão ao assalto do turismo com as suas estruturas culturais e comunitárias preservadas.

Mais uma vez Prainha do Canto Verde mostra uma caminho diferente: Esta comunidade destacou-se nos últimos sete anos pelos seus projetos inovadores na área de saúde, educação e cooperativismo de pesca e assumiu a liderança no combate a pesca predatória. Faz 4 anos que a

comunidade vem planejando o projeto de turismo de forma participativa para chegar a um desenvolvimento sustentável do turismo ecológico. O objetivo geral adotado pelo conselho de turismo é o seguinte:

"Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitário para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores; preservando os nossos valores culturais e as belezas naturais da nossa região".

Os investimentos na educação formal e informal, assim como a capacitação das lideranças da comunidade estão mostrando resultados, e a comunidade dispõe hoje de pessoas preparadas para executar este ambicioso projeto.

Seminário de turismo determina o rumo do projeto:

Moradores da aldeia junto com representantes de ONG's, universidades, secretarias de meio ambiente e turismo e da Prefeitura reuniram-se durante três dias no final de 1998 na Prainha do Canto Verde e elaboraram as seguintes estratégias de desenvolvimento turístico:

Criação de uma cooperativa de turismo/artesanato;

Concentrar o marketing para o turismo de reuniões, seminários e cursos e turistas individuais;

Aproveitamento da infra-estrutura já existente para hospedagem e reuniões;

Programa de capacitação profissional intensivo para membros da cooperativa e os alunos;

Programas de conscientização para adultos e adolescentes sobre drogas e sexualidade;

Diversificação da produção de artesanato;

Ampliação controlada de equipamentos turísticos, assim como centro e loja de artesanato e quartos para hospedagem domiciliar;

Criação de um fundo de educação e solidariedade para as famílias da comunidade;

Demarcação de trilhas ecológicas através de dunas, coqueirais e envolta das lagoas da região.

Evitar o prejuízo do turismo: Não precisamos ir muito longe para observar as conseqüências negativas do turismo quando este se desenvolve sem o envolvimento da comunidade local, quando a prioridade é o lucro fácil de uma minoria endinheirada. Nossos moradores conhecem as praias turísticas como Morro Branco e Canoa Quebrada, e até tem familiares que lá moram. Conhecem então as trágicas histórias de vítimas de drogas e da prostituição infantil.

Graças ao generoso apoio dos nossos Amigos, a Prainha do Canto Verde dispõe de uma boa estrutura para zelar para os nossos visitantes:

Pousada comunitária; Centro comunitário; Auditório e biblioteca; o restaurante escolar Bela Vista - ideal para eventos com até 50 pessoas; vários restaurantes; Pousada Sol e Mar; quartos e casas de aluguel, jangadas para passeios no mar.

Podemos hospedar até 30 visitantes em hospedagens simples e aconchegantes; restaurantes e pousadas pertencem a comunidade ou residentes nativos. Já atendemos vários seminários e eventos com bons resultados e turistas satisfeitos.

O nosso público alvo: São pessoas que procuram a tranquilidade e beleza natural da região, que se interessam para a cultura e tradições dos Jangadeiros e se engajam na preservação do meio ambiente. São ecologistas, membros de ONG's, movimentos de direitos humanos e grupos de igrejas. São pessoas que possam abrir mão de piscinas, boutiques e da vida noturna agitada.

A nossa oferta turística: Comida natural pescado no nosso mar e das hortas comunitárias. Quartos com cama e rede. Passeios a pé através das dunas até as lagoas. Serestas dos músicos e poetas da terra, apresentações do coral das crianças. Labirinto e artesanato da comunidade, camisetas e cartões postais desenhados e fotografados pelos nossos moradores. Não faltam as festas da

comunidade como a Regata Ecológica de Jangadas, Sábado de Aleluia ou a procissão no mar na Festa de São Pedro, padroeiro da comunidade. A escola Bom Jesus dos Navegantes organiza uma série de eventos com participação de alunos, professores e a comunidade.